



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

SOLICITAÇÃO DA DEMANDA

Unidade Emitente: DLCC /Divisão de Logística e Consumo Consciente

Supervisão Administrativa,

Informamos a Vossa Senhoria que o prazo de vigência do Contrato n.º 027/2019-DPE/MA, resultante do Processo n.º 0427/2019-DPE/MA, celebrado entre a Defensoria Pública do Estado do Maranhão e a empresa TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, cujo objeto corresponde na "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO COM USO DE TECNOLOGIA DE CARTÕES MAGNÉTICOS INDIVIDUAIS, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS NO ESTADO DO MARANHÃO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DA FROTA DE VEÍCULOS E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS para a Defensoria Pública do Estado do Maranhão em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2018-POE/MA (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS) e da proposta apresentada.", se expira no próximo dia **29 de abril do corrente ano**.

Contudo, informamos que identificamos a Ata de Registro de Preços n.º 42050/2023-ARP-081 da Marinha do Brasil, oriunda do Processo administrativo n.º 63232.001934/2021-98, Pregão Eletrônico SRP n.º 063/2023, cujo objeto corresponde no "Registro de Preços para a eventual contratação de empresa especializada nos serviços de Administração e gerenciamento de frota para intermediação de manutenções detectiva, preventiva, corretiva e preditiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços, em atendimento as necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMSP, Centro Industrial Nuclear de ARAMAR – CINA e do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR (BtlDefNBQR-ARAMAR), especificado nos grupos 1 e 2 do termo de Referência, anexo I do edital de Pregão n.º 063/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independente de transcrição". Tendo como vencedora do certame a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Inscrita no CNPJ N.º 05.340.639/0001-30, sediada na Calçada Canopo, n.º 11 – 2º andar – sala 03 – Centro de Apoio II – Alphaville, Santana de Parnaíba-SP CEP: 06.502-160, tendo como representante da Empresa a Sr.ª Renata Nunes Ferreira, portadora do RG: 48.537.010-4 SSP/SP e CPF: 371.237.288-40, contato: (19) 3518-7000 e (19) 3518-7021, e-mail: licitaprime@primebeneficios.com.br

Considerando a necessidade manter os veículos da Defensoria Pública do Estado do Maranhão circulando em condições de segurança, dar-se-á necessidade da manutenção preventiva e corretiva, bem como a lavagem e higienização dos veículos pertencentes a esta Instituição.

Considerando o avanço da interiorização da Defensoria Pública do Estado do

Maranhão, por meio dos Núcleos Ecológicos, demandando com isso, a realização de viagens de acompanhamento de obras, estruturação núcleos e demais ações ligadas às atividades fins da Instituição, que necessitaram de transporte e conseqüentemente a realização de manutenção da frota dos veículos.

Considerando os princípios norteadores da atual gestão da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, dos quais se destaca a Economicidade, a adesão a referida ARP n.º 42050/2023-ARP-081 da Marinha do Brasil se apresenta mais vantajosa a esta Instituição, conforme pesquisa de mercado realizada em outras 02 (duas) Atas de Registro de Preços: ARP n.º 013/2023-SEMPPLAN/Corumbiara/RO, ARP n.º 016/2023-POLÍCIA FEDERAL e em 01 (um) termo de homologação do Pregão Eletrônico 24.173/2023-STTU/Natal/RN, tendo o objeto similar. Pois a mesma, apresenta percentual de desconto maior em relação as outras e sem taxa de administração, conforme demonstrativo em anexo.

Outrossim, informamos que encaminhamos ofício para a empresa registrada vencedora do certame, solicitando a adesão a referida ARP, onde obtivermos a anuência, conforme apenso.

Diante do exposto, solicitamos autorização junto ao setor competente para ser realizado a adesão a Ata de Registro de Preços n.º 42050/2023-ARP-081 da Marinha do Brasil, para início em **02 de maio de 2024**, objetivando o não interrompimento das atividades cotidianas da Instituição, no que tange ao fornecimento de transportes.

Outrossim, informamos que a referida adesão, importa em um valor total de **R\$ 621.173,35 (Seiscentos e vinte e um mil, cento e setenta e três reais e trinta e cinco centavos)**, já com o desconto, conforme descrição abaixo.

GRUPO 1						
Item	Descrição	Un	Quant	Desconto %	Valor Unit.	Valor Total
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS – serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleos de motor, lubrificantes, etc), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes a Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE/MA.	MÊS	12	17,02%	R\$ 38.951,4012	R\$ 467.416,8139
2	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	MÊS	12	99,99%	R\$ 0,0652	R\$ 0,7818
			Valor Total Grupo 1			R\$ 467.417,5957
GRUPO 2						
Item	Descrição	Un	Quant	Desconto %	Valor Unit.	Valor Total

3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS – serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleos de motor, lubrificantes, etc), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes a Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE/MA.	MÊS	12	17,02%	R\$ 12.812,9584	R\$ 153.755,5008
4	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	MÊS	12	99,99%	R\$ 0,0214	R\$ 0,2574
			Valor Total Grupo 2			R\$ 153.755,7581
VALOR TOTAL GLOBAL GRUPO 1 + GRUPO 2					R\$ 621.173,3544	

Contudo, para fins de dotação orçamentária para o **exercício de 2024**, estimamos o valor mensal de **R\$ 38.800,00 (Trinta e oito mil e oitocentos reais)**, totalizando o montante de **R\$ 310.400,00 (Trezentos e dez mil e quatrocentos reais)** para o período de maio a dezembro de 2024.

Quadro de Detalhamento:

Número do Processo:	0001218.110000937.0.2024
Tipo:	Prestação de Serviço
Especificação:	Adesão a ARP N.º 42050/2023-ARP-081 - Adm. e gerenciamento de frota para Manutenção de veículos
Interessado:	Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
Descrição:	Adesão a ARP N.º 42050/2023-ARP-081 - Adm. e gerenciamento de frota para Manutenção de veículos
Valor Total	R\$ 621.173,35 (Seiscentos e vinte e um mil, cento e setenta e três reais e trinta e cinco centavos)

Atenciosamente, em **26 de março de 2024**.

Catarina Pinheiro Silva
Chefe de Divisão
Divisão de Logística e Consumo Consciente



Documento assinado eletronicamente por **Catarina Pinheiro Silva, Chefe da Divisão de Logística e Consumo Consciente**, em 26/03/2024, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0033866** e o código CRC **08DCF460**.



MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE INTENDÊNCIA TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 42050/2023-ARP-081

PREGÃO N.º 063/2023

A União, por intermédio do Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo – CeITMSP, conforme Portaria de criação nº 266/MB, de 1º de setembro de 2020, com sede na Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2468 – Cidade Universitária – Butantã, CEP 05508-000 – São Paulo – SP, inscrito no CNPJ sob o nº 40.188.327/0001-53, Isenta de Inscrição Estadual, neste ato representado pelo Capitão de Mar e Guerra (IM) ANDERSON CHAVES DA SILVA, nomeado pelo Comandante da Marinha, conforme Portaria nº 230/MB/MD, de 16 de setembro de 2022 considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **063/2023**, publicada no Diário Oficial da União de **16/08/2023**, processo administrativo n.º **63232.001934/2021-98**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada nos serviços de **Administração e gerenciamento de frota para intermediação de manutenções detectiva, preventiva, corretiva e preditiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços, em atendimento as necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMSP, Centro Industrial Nuclear de ARAMAR – CINA e do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR(BtlDefNBQR-ARAMAR)**, especificado nos

grupos 1 e 2 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº **063/2023**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

Calçada Canopo, nº 11 - 2º Andar - Sala 03 – Centro de Apoio II – Alphaville

Santana de Parnaíba - SP CEP: 06.502-160

CNPJ: 05.340.639/0001-30

RENATA NUNES FERREIRA – Representante da Empresa

RG 48.537.010-4 SSP

CPF: 371.237.288-40

Contato: 19 3518.7000 19 3518.7021 e-mail: licitaprime@primebeneficios.com.br,

GRUPO 1

Item	Descrição	Un	Quant	Desconto %	Valor Unit.	Valor total
1	SERVIÇO DE MAMUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS – serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleos de motor, lubrificantes, etc), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes ao CINA e BtlDefNBQR-ARAMAR (local de execução, Iperó/SP).	MÊS	12	17,02%	77.902,8107	934.833,7284
2	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	MÊS	12	99,99%	0,1305	1,566
			Valor Total Grupo 1			934.835,2944

GRUPO 2

Item	Descrição	Un	Quant	Desconto %	Valor Unit.	Valor total
3	SERVIÇO DE MAMUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS – serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleos de motor, lubrificantes, etc), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes ao CTMSP (local de execução, São Paulo/SP)	MÊS	12	17,02%	25.625,9168	307.511,0016
4	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	MÊS	12	99,99%	0,0429	0,5148
			Valor Total Grupo 2			307.511,5164

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Não haverá órgãos participantes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública.

blica federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

VALIDADE DA ATA

4.7. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da **data de assinatura**, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantagem dos preços registrados nesta Ata.
- 5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 - 5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - 5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - 5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
 - 5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

- 5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 5.9.1. por razão de interesse público; ou
 - 5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

- 6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

- 7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 7.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

- 7.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou
- 7.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances
- 7.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Paulo, SP, na data da assinatura.

RENATA NUNES
FERREIRA:37123728840
3728840
RENATA NUNES FERREIRA
CPF: 371.237.288-40
Representante da Empresa

Assinado de forma digital
por RENATA NUNES
FERREIRA:37123728840
Dados: 2023.09.28
08:54:23 -03'00'

ANDERSON
CHAVES DA
SILVA:07056666701

Assinado de forma digital
por ANDERSON CHAVES
DA SILVA:07056666701
Dados: 2023.10.03
17:26:31 -03'00'

ANDERSON CHAVES DA SILVA
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Ordenador de Despesas
Diretor

DIRETORIA-GERAL DE DESENVOLVIMENTO NUCLEAR E TECNOLÓGICO DA MARINHA

CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO

CENTRO DE INTENDÊNCIA TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

Na publicação feita em 04/10/2023, edição 190, seção 3, página 34. Referente ao processo 63232.001267/2022-24, Onde se Lê: "Contrato 42050/2023-063/00". Leia-se "Contrato 42050/2023-097/00"

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Número do Processo: 63232.01934/2021-98. Pregão Nº 063/2023. Empresa Registrada: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, CNPJ 05.340.639/0001-30 Ata nº 42050/2023-ARP-081, Itens: Grupo 1 (Itens 1, 2), Grupo 2 (Itens 3, 4). Valor Total: R\$ 1.242.346,8108. Objeto: Administração, gerenciamento de frota para intermediação de manutenções detectiva, preventiva e preditiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços em atendimento as necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP, Centro Industrial Nuclear de ARAMAR - CINA e do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiologica de ARAMAR (BtDefNBQR-ARAMAR, Crédito Orçamentário: Serão alocados recursos do ano de 2023. Data de Assinatura: 03/10/2023. Prazo de Vigência: 12 meses.

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

GRUPAMENTO DE NAVIOS HIDROCEANOGRÁFICOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2023 - UASG 751200

Número do Contrato: 3/2023.
Nº Processo: 63453.001694/2023-99.
Dispensa. Nº 1003/2023. Contratante: GRUPAMENTO DE NAVIOS HIDROCEANOGRAFICOS. Contratado: 01.531.962/0001-30 - WILKASON ELETRO DIESEL LTDA - EPP. Objeto: Pelo presente termo aditivo, ficam incluídos os seguintes serviços ao objeto:

- retirada das tampas de válvulas;
- retirada dos bicos injetores;
- retirada dos tubos de pressão dos bicos injetores;
- retirada das redes de entrada de combustível das bombas injetoras;

1 de continuação do primeiro termo aditivo nº 51200/003/2023/01.

- retirada das redes de retorno de combustível das bombas injetoras;
- retirada das bombas injetoras;
- retirada dos balancins;
- retirada das varetas de válvulas;
- retirada das capas das varetas de válvulas;
- retirada das tampas das gaiolas dos balancins;
- retirada da secção do coletor de descarga;
- retirada da secção do coletor de admissão;
- retirada dos cabeçotes;
- assentamento de válvulas do 1º cilindro;
- substituição dos anéis de fogo dos cabeçotes do 1º e 6º cilindros;
- substituição das secções do coletor de descarga;
- substituição das secções do coletor de admissão;
- remontagem de todos os componentes acima mencionados.
- registro de válvulas do motor; e
- teste de cais e mar. Vigência: 04/10/2023 a 30/08/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 21.513,00. Data de Assinatura: 03/10/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 03/10/2023).

DIRETORIA-GERAL DO PESSOAL DA MARINHA

DIRETORIA DE ENSINO

ESCOLA NAVAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 442/2023 - UASG 762400

Nº Processo: 63099007407202331 . Objeto: Repor material de reabilitação da fisioterapia. Total de Itens Licitados: 00007. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.. Justificativa: Atender demandas previstas no Plano de Aplicação de Recursos destas Escola. Declaração de Dispensa em 04/10/2023. KAMILLA CANDIDA CORDEIRO DA SILVA. Encarregada do Setor de Compras e Contratos. Ratificação em 04/10/2023. LEANDRO FERRONE DEMETRIO DE SOUZA. Ordenador de Despesas. Valor Global: R\$ 1.854,70. CNPJ CONTRATADA : 24.550.559/0001-53 WORKOUT COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA.

(SIDECE - 04/10/2023) 762400-00001-2023NE000079

AVISO DE REVOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 431/2023

Fica revogada a Dispensa de Licitação supracitada referente ao processo Nº 63099007236202340

KAMILLA CANDIDA CORDEIRO DA SILVA
Encarregada da Seção de Compras e Contratos

(SIDECE - 04/10/2023) 762400-00001-2023NE000079

DIRETORIA DE SAÚDE

CENTRO MÉDICO ASSISTENCIAL

POLICLÍNICA NAVAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATADA: Processo nº 63065.000978/2022-51 Contrato nº 65704/2022-005/00. Contratante: Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória. CNPJ: 00.394.502/0065-09. Contratada: CONTROLE DE QUALIDADE PARA LABORATÓRIOS LTDA. CNPJ: 29.511.607/0001-18. Objeto: Aditamento de contrato com empresa especializada em Controle de Qualidade Laboratorial - CQE. Prazo de Vigência: 22/10/2023 a 21/10/2024. Valor: R\$ 8.291,28/ano. Data de Assinatura: 02/10/2023. Fundamento legal: Lei nº 8666/93. Ordenador de Despesas: Capitão de Mar e Guerra (Md) MARCELO LEAL GREGÓRIO.

SECRETARIA-GERAL

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 779000/18-28/06; Processo: nº 63192.000423/2018-77; Objeto: PRORROGAR, de FORMA EXCEPCIONAL, nos termos do art. 57, §4, da Lei 8.666/93, o prazo da vigência do Contrato nº 779000/18-28/00, por 03 (três) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 04/10/2023 a 05/01/2024. O contrato poderá findar-se antes de 05/01/2024, com aviso prévio de 30 (trinta) dias corridos, se o Pregão nº 06/DPHDM/2023, atualmente em curso, finalizar antes dessa data; Contratada: FREEDOM SOLUÇÕES EM SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 36.609.235/0001-22; Contratante: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), CNPJ 00.394.502/0192-44; Valor: R\$ 49.718,92 (quarenta e nove mil, setecentos e dezoito reais e noventa e dois centavos) mensais; Procedimento: Pregão Eletrônico nº 06/2018; Data da Assinatura 3 de outubro de 2023; Rio de Janeiro - RJ, em 4 de outubro de 2023. CMG (T) Patrícia Aparecida Torres de Lima; Ordenadora de Despesas.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

AVISO DE LICENÇA

AMBIENTAL SIMPLIFICADA
Processo nº 54000.059845/2018-78. A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO SR(DF), CLÁUDIA PEREIRA FARINHA, nomeada pela Portaria Nº 162, datada de 11/04/2023, publicada no DOU de 13/04/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Autarquia Agrária, Torna público que está requerendo do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença Ambiental Simplificada para atividade de Assentamento Rural de Reforma Agrária, situado na Gleba Chapadinha da Fazenda Palma e Rodeador, situada em Sobradinho II - DF. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental.

CLAUDIA PEREIRA FARINHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

EXTRATO DE CESSÃO DE USO

Processo Administrativo nº 54000.129689/2022-04. Espécie: CONTRATO DE CESSÃO DE USO entre a Superintendência Regional do Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária - INCRA no estado do Maranhão - SR(MA) e a Prefeitura Municipal de Matões do Norte, CNPJ: 01.612.831/0001-87. OBJETO: CEDER O USO do bem imóvel localizado no PA Lago do Coco, no município de Matões do Norte - MA, de propriedade do INCRA, cuja área soma 100,00 m² conforme coordenadas geográficas e croqui discriminados neste processo, à Prefeitura Municipal de Matões do Norte com CNPJ:01.612.831/0001-87, representada na pessoa de seu prefeito, o Senhor SOLIMAR ALVES DE OLIVEIRA RG:000004196493-4 SESP e CPF:110589943-87, tendo por motivação a implantação de sistema simplificado de Abastecimento d'água para benefício da Associação dos Trabalhadores Rurais P.A Lago do Coco, em atendimento ao interesse público. DATA DE ASSINATURA: 05/09/2023. SIGNATÁRIOS: Jose Carlos Nunes Junior, Superintendente Regional e Solimar Alves de Oliveira - Prefeito Municipal.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2023 - UASG 373052

Número do Contrato: 3/2021.
Nº Processo: 54000.027635/2021-16.
Pregão. Nº 1/2021. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. DE SERGIPE - SR(SE). Contratado: 25.237.529/0001-54 - CONDAV VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA.. Objeto: O objeto do presente instrumento é: prorrogar o prazo da vigência do contrato nº 3/2021 por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 14/10/2023 a 14/10/2024, nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666, de 1993.. Vigência: 14/10/2023 a 14/10/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 465.646,90. Data de Assinatura: 03/10/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 03/10/2023).

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SUREG-AM Nº 4/2023

A Companhia Nacional de Abastecimento, através da Superintendência Regional do Amazonas, UASG 135045, nos autos do processo nº 21218.000516/2022-01, e por intermédio da Superintendente Regional, designada pela Portaria nº 217, de 28/07/2020, torna público a homologação do Pregão Eletrônico SUREG-AM nº 04/2023, o qual trata da contratação de serviço especializado de movimentação de cargas (milho em grãos e alimentos) e demais atividades operacionais da unidade armazenadora da Conab SUREG/AM, por demanda, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, em favor da empresa RMC SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 22.111.081/0001-30, pelo valor anual de R\$ 764.193,60.

LUÍZA FRANCISCA GOMES DE MOURA
Superintendente Regional

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

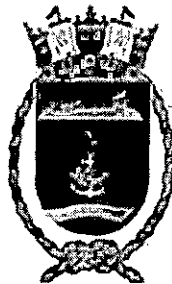
SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ENTIDADES DE APOIO E ACOLHIMENTO ATUANTES EM ÁLCOOL E DROGAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2023 - UASG 550009

Número do Contrato: 18/2019.
Nº Processo: 08129.006925/2018-67.
Inexigibilidade. Nº 309/2018. Contratante: DEPARTAMENTO DE APOIO A COMUNID. TERAPEUTICAS. Contratado: 78.505.435/0001-85 - CASA DE RECUPERACAO NOVA VIDA DE CHAPECO. Objeto: Trata-se da publicação do 5º termo aditivo do contrato administrativo nº 18/2019 (13985012), firmado entre este ministério e a comunidade terapêutica - casa de recuperação nova vida de chapeco, tendo como objeto prorrogação de prazo de vigência nos termos previstos do contrato nº 105/2019, visando a prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, conforme demanda específica e condicionada à disponibilidade de crédito no orçamentária.





Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 63232.001934/2021-98

Serviços Continuados sem mão de obra exclusiva

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo – CeITMSP**, por meio da **Divisão de Licitações**, situada à **Av. Prof. Lineu Prestes nº 2468, Cidade Universitária “Armando Salles de Oliveira”, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo** realizará licitação, para **registro de preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013**, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 28/08/2023

Horário: 09h00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: Maior desconto por grupo

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada nos serviços de administração e gerenciamento de frota para intermediação de manutenções detectiva, preventiva, corretiva e preditiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços, em atendimento as necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMSP, Centro Industrial Nuclear de ARAMAR – CINA e do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR (BtlDefNBQR-ARAMAR),** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. **A licitação será dividida em 2 (dois) grupos, formados por 2 (dois) itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. **O critério de julgamento adotado será o maior desconto GLOBAL do grupo**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de

todos licitantes em ambos os itens e seguindo-se a ordem de adjudicação entre eles (ou lotes/grupos).

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6 que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.6.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor mensal/unitário e anual/total com os respectivos percentuais de desconto de cada item;

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo percentual de desconto aplicável ao valor unitário do item.

- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o **maior desconto**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.26.1 por empresas brasileiras;

7.26.2 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o **auxílio da Proposta** a ser preenchida pelo licitante.

8.3. A Proposta deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **(02 horas)**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada **inexequível** a proposta de preços ou menor lance que:

8.5.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas** sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

9 DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

- 9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação
- 9.8. Habilitação jurídica:**
- 9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
- 9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**

- 9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:

9.1.1. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.1.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **3 (três) anos** na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 3 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.1.1.2. Execução de contratos de prestação dos serviços compatíveis com o objeto dessa licitação, cujo valor anual seja igual ou superior a esta.

9.11.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados,

apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2. VISTORIA: As empresas, cadastradas ou não no SICAF, poderão realizar vistoria nas instalações do local, a ser realizada de segunda a sexta-feira, das 09:00 as 16:00 horas, devendo ser agendado pelos telefones (15) 3229-8296 e (15) 3229-8423 com o 1º Ten (AA) Mateus ou 1º SG-MI KYLSON e apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

9.11.2.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.2. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.3. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.3.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, à critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.5. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

9.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.8. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate

ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este Edital;

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o **prazo de 10 (dez) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 15.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 15.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 15.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

16 DO TERMO DE CONTRATO

- 16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.
- 16.2 O adjudicatário terá o **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
- 16.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993 conforme estabelecido no Termo de Referência.
- 16.4 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.4.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.4.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.5 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20 DO PAGAMENTO

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3 apresentar documentação falsa;

- 21.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.6 não manter a proposta;
- 21.1.7 cometer fraude fiscal;
- 21.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

21.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 21.4.2 Multa de **5% (cinco por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
 - 21.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
- 21.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração

Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem participação de agente público.

21.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.13 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

22.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail ctmsp.pregao@marinha.mil.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço **Av. Prof. Lineu Prestes, 2468, Cidade Universitária "Armando Salles de Oliveira", cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, seção de Pregão.**

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

23.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **www.gov.br/compras**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço **Av. Prof. Lineu Prestes, 2468, Cidade Universitária "Armando Salles de Oliveira", cidade de São Paulo, Estado de São Paulo**, nos dias úteis, no horário das **09:00** horas às **16:00** horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.12.1 Termo de Referência;

24.12.2 Apêndice A do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar – ETP;

24.12.3 Apêndice B do Anexo I – Mapa de Riscos;

24.12.4 Apêndice C do Anexo I - Instrumento de Medição de Resultado – IMR;

24.12.5 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

24.12.6 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

24.12.7 ANEXO IV – Modelo de Proposta.

São Paulo, 26 de abril de 2023

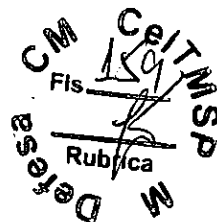


Ordenador de Despesas

Diretor

ANDERSON CHAVES DA SILVA
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Diretor

EM BRANCO



TERMO DE REFERÊNCIA

(Prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra)

CENTRO INDUSTRIAL NUCLEAR DE ARAMAR

PREGÃO Nº **63/2023**

(Processo Administrativo n.º 63232.001934/2021-98)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada nos serviços de administração e gerenciamento de frota para intermediação de manutenções detectiva, preventiva, corretiva e preditiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços, em atendimento as necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP, Centro Industrial Nuclear de ARAMAR - CINA e do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR (BtlDefNBQR-ARAMAR), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UN	Qtd.	Valor Unitário	Total
1	1	25518	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS - serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleo de motor, lubrificantes etc.), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes ao CINA e BtlDefNBQR-ARAMAR (local de execução, Iperó/SP)	Mês	12	R\$ 93.881,43	R\$ 1.126.577,12
	2	25518	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	Mês	12	R\$ 1.304,04	R\$ 15.648,48
	VALOR TOTAL DO GRUPO 1						R\$ 1.142.225,60
2	3	25518	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS - serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleo de motor, lubrificantes etc.), inclusive, transporte em suspenso por guincho e	Mês	12	R\$ 30.882,04	R\$ 370.584,52

		socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes ao CTMSP (local de execução, São Paulo/SP)				
4	25518	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	Mês	12	R\$ 428,96	R\$ 5.147,52
VALOR TOTAL DO GRUPO 2						R\$ 375.732,04

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de administração e gerenciamento de frota.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a *Empreitada por Preço Unitário*.
- 1.5. *O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.*
- 1.6. Para garantir a ampla participação dos fornecedores do ramo não foi atribuído percentual de desconto mínimo ou máximo de referência, restando aos mesmos apresentarem propostas consoante a capacidade para perfeita execução dos serviços, em virtude das peculiaridades das localidades em que deverão disponibilizar os serviços.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. A escolha pelo Sistema de Registro de Preços se justifica pela contratação enquadrar-se nos incisos I, III e IV do Art. 3º do Decreto no 7.892/2013.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 5.1.2. *Para atendimento das necessidades que justificam a contratação e o alcance dos resultados esperados os serviços devem satisfazer os requisitos, procedimentos, metodologias e tecnologias listados no Edital e seus anexos, não se tratando de rol exaustivo.*
- 5.1.3. *O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.*

- 5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. *Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.*

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 7.1. *Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.*

- 7.2. *O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.*

- 7.2.1. *Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

- 7.3. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

7.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica para os serviços de manutenção da frota:

8.1.1.1. Operações realizadas interativamente, através de sítio eletrônico na rede mundial de computadores (internet), entre o sistema da CONTRATADA e os operadores - servidores autorizados da CONTRATANTE, de acordo com cada nível de acesso, mediante opções de execução oferecidas (menus), com possibilidade de acesso a partir de qualquer terminal conectado à internet, por meio de login e senha de usuário;

8.1.1.2. Disponibilizar rede de oficinas e mecânicas para a prestação dos serviços de manutenção de veículos/máquinas/equipamentos nos municípios de municípios de Sorocaba, Boituva e da grande São Paulo, ambos no estado de São Paulo, e nos municípios de Resende, Itaguaí e do grande Rio de Janeiro, ambos no estado do Rio de Janeiro, bem como nas principais cidades do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, quando for solicitado, credenciando estabelecimentos idôneos;

8.1.1.3. A plataforma de trabalho deverá estar disponível de forma contínua para a CONTRATANTE realizar, no mínimo, as seguintes operações:

8.1.1.3.1. abrir Ordens de Serviço on-line/real time;

8.1.1.3.2. receber orçamento on-line/real time, com opção para extração em formato planilha ou PDF, para fins de controle e arquivo;

8.1.1.3.3. avaliar e aprovar on-line/real time orçamentos de peças, acessórios e serviços;

8.1.1.3.4. cotar preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time;

8.1.1.3.5. visualizar a combinação mais econômica entre as cotações realizadas;

8.1.1.3.6. autorizar a realização de serviços de manutenção e reparos, bem como o fornecimento de autopeças e acessórios para os veículos da frota da contratante junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração;

8.1.1.3.7. acompanhar on-line o status dos serviços que estiverem sendo executados;

8.1.1.3.8. cadastrar e alterar operadores e veículos;

8.1.1.3.9. controlar e gerenciar as regras de uso e limites de despesas;

8.1.1.3.10. gerar relatórios gerenciais, com opção para extração em formato planilha ou PDF;

8.1.1.3.11. gerar relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, individualizados por veículos ou grupos de veículos, máquinas/equipamentos, no que couber, que possibilitem a análise de gastos discriminados por item (peças e serviços);

- 8.1.1.3.12. visualização dos saldos de cada veículo e possibilidade de redistribuição dos saldos;
- 8.1.1.3.13. demonstrativo do faturamento mensal, relativo a cada fechamento de período e emissão de nota fiscal para pagamento, discriminando valores gastos com manutenção (peças, serviços) e taxa de administração.
- 8.1.1.4. A plataforma de trabalho deverá possibilitar à CONTRATANTE a aquisição, por meio da rede credenciada da CONTRATADA, de quaisquer peças de reposição, nos termos do previsto na norma ABNT NBR 15296;
- 8.1.1.5. para efeito de solicitação da origem de peças a serem fornecidas serão consideradas as seguintes nomenclaturas:
- 8.1.1.5.1. genuínas: produzidas com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo. Serão obrigatoriamente utilizadas quando na execução de revisões periódicas realizadas durante o período de garantia especificado pelo fabricante;
- 8.1.1.5.2. originais: aquelas que possuem os mesmos padrões e níveis de qualidade exigidos pelo fabricante;
- 8.1.1.5.3. segunda linha: produto não original, que não seja reconicionado, mas que atenda os níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo.
- 8.1.1.6. excepcionalmente, quando não houver disponibilidade de peças novas e originais no mercado e mediante comprovação por parte da credenciada pela CONTRATADA, poderá ser admitida a substituição por peça de segunda linha.
- 8.1.1.7. O sistema da Contratada deverá, de forma automática, enviar solicitação de orçamento para todas as oficinas credenciadas na localidade em que se pretende executar o serviço;
- 8.1.1.8. deverá ser apresentado 3 (três) orçamentos ou mais para cada Ordem de Serviço aberta, a depender da avaliação da gestão e fiscalização, previamente à autorização para sua execução.
- 8.1.1.9. a CONTRATADA é responsável pelas cotações e transações que envolvam os orçamentos, junto à rede credenciada de oficinas, devendo estabelecer o mesmo critério de competição considerando a localização de prestação do serviço.
- 8.1.1.10. o sistema deverá permitir o registro da negociação dos preços junto a rede credenciada.
- 8.1.1.11. a CONTRATADA obriga-se a credenciar novos fornecedores, sem custo adicional, se em pesquisa de mercado realizada pela Administração fora da rede credenciada, os preços não forem compatíveis com a realidade de mercado.
- 8.1.1.12. a CONTRATANTE deverá contratar os serviços e adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede conveniada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.
- 8.1.1.13. as oficinas integrantes da rede conveniada deverão ter como limite máximo de preço para peças e acessórios originais que possuam código da montadora (número de peça), os constantes da Tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual o material está sendo adquirido.
- 8.1.1.14. os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa conveniada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da CONTRATADA, e respectiva autorização da CONTRATANTE.

8.1.1.15. Define-se por plataforma de trabalho o ambiente informatizado e integrado de gerenciamento de frota, disponibilizado em tempo real para operacionalização de todo o processo, com captura eletrônica instantânea das transações efetivadas na rede credenciada, o controle financeiro das despesas, a gestão das informações da frota pertencente à CONTRATANTE, além da fiscalização das operações realizadas pelos condutores, usuários e gestores do sistema, contemplando, minimamente, os seguintes módulos, funcionalidades ou dispositivos:

8.1.1.15.1. Cadastramento do Administrador/Gestor do Sistema – a CONTRATANTE designará servidores para exercer esta função, o qual irá operar, gerenciar e manter as informações pertinentes ao uso do sistema;

8.1.1.15.2. Cadastramento de usuários – os quais terão acesso ao sistema e às informações através de relatórios e telas de consulta. Toda operação se dará mediante identificação de senha pessoal e intransferível. Será considerado usuário os servidores indicados pela CONTRATANTE, representantes das unidades regionais onde está distribuída a frota de veículos, designados fiscais setoriais e responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento dos serviços, aos quais a CONTRATADA disponibilizará senhas de acesso ao sistema web, em diferentes níveis, conforme o caso, seguindo determinação do Gestor.

8.1.1.15.3. Cadastramento de veículos/máquinas/equipamentos;

8.1.1.15.4. Cadastramento de condutores;

8.1.1.15.5. Parametrização mínima para controle e gerenciamento do uso e despesas;

8.1.1.15.6. Emissão de Relatórios Gerenciais, Financeiros, Operacionais, Analíticos e Sintéticos que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículos/máquinas/equipamentos e por centro de custo;

8.1.1.15.7. O sistema deverá emitir Comprovante da Transação de Despesa, independentemente da solicitação do condutor, contendo as seguintes informações:

8.1.1.15.7.1. identificação do fornecedor (nome, CNPJ, endereço);

8.1.1.15.7.2. identificação do veículo (placa);

8.1.1.15.7.3. identificação do condutor (nome e matrícula);

8.1.1.15.7.4. marcação do hodômetro do veículo no momento da transação;

8.1.1.15.7.5. produtos ou serviços comprados;

8.1.1.15.7.6. valor unitário e total da transação;

8.1.1.15.7.7. data e hora da transação.

8.1.1.15.8. Em caso de danos involuntários ao cartão destinado ao veículo ou à leitora de cartão, instalada no fornecedor credenciado, ou em situações de força maior (falta de energia elétrica, etc.) a CONTRATADA obriga-se a disponibilizar procedimento contingencial de maneira segura e que garanta a continuidade do registro das informações no sistema, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais da frota.

8.1.1.15.9. No caso de oficinas que não tenham equipamentos para operar cartões magnéticos, a CONTRATADA deve providenciar outra forma de fornecimento de produtos e prestação de serviços, de forma a não prejudicar o atendimento das demandas da CONTRATANTE.

- 8.1.1.16. Capacitar e treinar os operadores da CONTRATANTE, sem custo adicional, sempre que houver atualizações na plataforma de trabalho ou mudanças na sua operacionalização, de forma a manter a maior eficiência e eficácia na utilização do sistema.
- 8.1.1.17. Manter ampla rede de estabelecimentos conveniados (borracharias, lava jatos, concessionárias, oficinas automotivas, autopeças e serviços de guincho) em todo o Estado do São Paulo e Rio de Janeiro, destinados aos diversos tipos de marcas e modelos dos veículos da CONTRATANTE.
- 8.1.1.18. No prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contatos da assinatura do Contrato a CONTRATADA deverá comprovar a existência de, no mínimo, 1 (um) estabelecimento próprio ou credenciado nos municípios de Sorocaba, Boituva e da grande São Paulo, ambos no estado de São Paulo, e nos municípios de Resende, Itaguaí e do grande Rio de Janeiro, ambos no estado do Rio de Janeiro.
- 8.1.1.19. Havendo qualquer inviabilidade para a ampliação da rede credenciada a CONTRATADA deverá informada oficialmente pela CONTRATANTE de forma motivada.
- 8.1.1.20. Caso a CONTRATADA não comprove a rede credenciada no prazo estipulado e, se for o caso, as motivações não sejam aceitas pela CONTRATANTE, a empresa poderá ser penalizada nos termos do item 20 deste Instrumento, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- 8.1.1.21. Durante a vigência do contrato a CONTRATADA deve promover o credenciamento de outros estabelecimentos, a pedido da CONTRATANTE, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais de: mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retifica, alinhamento, balanceamento e fornecimento de peças e acessórios em geral, tendo para isso o prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da solicitação.
- 8.1.1.22. Os prazos para execução das manutenções/reparos necessários devem ser estabelecidos de comum acordo com a CONTRATADA, e registradas nas Ordens de Serviço, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, não podendo ser superior a 360 (trezentos e sessenta) horas, a partir da aprovação do orçamento.
- 8.1.1.23. Os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 96 (noventa e seis) horas.
- 8.1.1.24. A CONTRATADA se responsabilizará pela execução dos serviços, objeto da contratação, através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.
- 8.1.1.25. Os estabelecimentos integrantes da rede conveniada da CONTRATADA deverão estar plenamente equipados para prestação dos diversos tipos de serviços demandados, bem como para fornecimento e instalação de peças, componentes e acessórios automotivos.
- 8.1.1.26. Os estabelecimentos da rede conveniada da CONTRATADA deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados; dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação da credenciada.
- 8.1.1.27. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada da CONTRATADA deverão confeccionar Check-list dos itens e acessórios no interior dos veículos/máquinas/equipamentos no momento do recebimento e entrega do mesmo.

8.1.1.28. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada da Contratada deverão proceder à entrega ao usuário das peças substituídas, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo.

8.1.1.29. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada da CONTRATADA deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:

8.1.1.29.1. 90 (noventa) dias para as peças substituídas e instaladas nas oficinas conveniadas da CONTRATADA, a partir da emissão do comprovante da transação, excetuando-se aquelas que tenham garantia superior especificada pelo fabricante;

8.1.1.29.2. 90 (noventa) dias para os serviços executados pelas oficinas credenciadas da CONTRATADA, onde não houver utilização de peças, a partir da emissão do comprovante da transação;

8.1.1.29.3. 30 (trinta) dias para os serviços de alinhamento de direção e balanceamento, a partir da emissão do comprovante da transação;

8.1.1.29.4. 12 (doze) meses para os serviços de lanternagem e pintura, a partir da emissão do comprovante da transação.

8.1.1.29.5. 06 (seis) meses para os serviços e peças utilizados em serviços de retífica de bloco e/ou cabeçote de motor, bem como seus componentes, caixa de câmbio, diferencial, motor de partida, bomba injetora, turbinas, bomba de direção hidráulica e compressor de ar condicionado, contados a partir da emissão do comprovante da transação, ou, ainda, de 10.000 (dez mil) quilômetros rodados, utilizando-se como critério o que ocorrer primeiro.

8.1.1.30. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para a Contratante, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, estão obrigados a:

8.1.1.30.1. substituir o material defeituoso;

8.1.1.30.2. corrigir defeitos de fabricação;

8.1.1.30.3. trocar o material, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de comunicação.

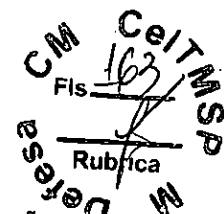
8.1.1.31. A garantia das peças e dos serviços deverá ser cumprida mesmo após o término ou após rescisão do contrato.

8.1.1.32. Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelos estabelecimentos conveniados pela CONTRATADA, estarão sujeitos à aceitação pela Contratante, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

8.1.1.33. Na hipótese prevista no subitem anterior os estabelecimentos conveniados pela CONTRATADA, obrigam-se a fazer os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicado à CONTRATADA a não aceitação pelo Fiscal do Contrato.

8.1.1.34. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento às demandas da CONTRATANTE não deverá ser superior a 12h (doze horas).

8.1.1.35. A CONTRATADA se responsabilizará diretamente pela prestação dos serviços de administração e gerenciamento de que trata este Termo e responderá pela quantidade, qualidade e cumprimento dos prazos, obedecendo às exigências do Edital e seus anexos.



- 8.1.1.36. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a CONTRATANTE e tais prestadores de serviço.
- 8.1.1.37. Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da CONTRATADA, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender o CONTRATANTE em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.
- 8.1.1.38. A Contratada ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como repassá-los a terceiros, por quaisquer meios, sem autorização prévia e por escrito da Administração.
- 8.1.1.39. A execução dos serviços será iniciada com a celebração do Instrumento de Contrato, devendo a mesma cumprir com os prazos máximos estipulados para o perfeito funcionamento do sistema e capacitação dos servidores indicados pela instituição para a sua operacionalização.
- 8.2. A execução dos serviços será iniciada no máximo até 10 (dez) dias corridos após a publicação do Contrato, tempo este em que deverá ser instalado o sistema e disponibilizado o treinamento para o servidor responsável pelo gerenciamento do sistema logo após início da vigência do contrato, na forma que segue:
- 8.2.1. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá treinar e capacitar os servidores indicados pela CONTRATANTE a utilizar todos os recursos do sistema, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.
- 8.2.2. Deverão ser fornecidos todos os materiais didáticos e os manuais de operação para os fiscais e usuários do sistema, além de outros que podem ser indicados pela CONTRATANTE.
- 8.2.3. A data de realização e conteúdo programático do curso deverão ser previamente alinhados com a CONTRATANTE.
- 8.2.4. A CONTRATADA deverá oferecer treinamento de reciclagem sempre que houver necessidade, e este treinamento poderá ser demandado pela CONTRATANTE a qualquer tempo.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1. O CINA e o BtIDefNBQR-ARAMAR funcionam no km 12,5 da Estrada Vicinal Sorocaba-Iperó, Bacoetava, Iperó - SP, 18560-000, distante cerca de 128 km da capital paulista, tendo coordenações técnicas locais na cidade de São Paulo/SP, Resende/RJ, Itaguaí/RJ e Capital Fluminense, para os quais é requerido a prestação dos serviços, o que justifica a necessidade de uma rede credenciada especialmente nos municípios citados. O CTMSP está situado a Av. Professor Lineu Prestes, 2468 - Cidade Universitária - CEP: 05508-000 - São Paulo - SP - Brasil.

9.1.2. A Frota atualmente é constituída por veículos e diversos equipamentos, conforme tabela abaixo:

CENTRO INDUSTRIAL NUCLEAR DE ARAMAR – CINA		
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PLACA

AUTOMÓVEL DE PASSEIO		PLACA
1	PALIO FIRE	DJP-1726
2	GOL 1.0	KPG-4750
3	GOL 1.0	CMW-1740
4	FIESTA	EHE-8473
5	FIESTA	EHE-8474
6	FIESTA	EHE-8475
7	FIESTA	EHE-8476
8	FIESTA	EHE-8477
9	FIESTA	EHE-8478
10	FIESTA	EHE-8480
11	FIESTA	EHE-8483
12	SIENA	FRE-5250
13	LOGAN	DBS-0248
14	VW GOL	CMW-1721
15	GM CORSA	BPZ-7950
16	VW GOL	CMW-1734
17	FIAT UNO	BPZ-8066
18	GM CORSA	BPZ-7933
19	VW GOL	GCG-1436
20	NISSAN VERSA	FOO-5389
21	NISSAN VERSA	EUA5A39
22	NISSAN MARCH	EBU-5F33
23	NISSAN MARCH	FEA-3I21
24	NISSAN MARCH	EVU-8B37
25	VW GOL	FEW-5085
26	FIESTA HATCH	FED-4011
27	VW-GOL	CMW-1741
MICRO-ÔNIBUS		PLACA
28	AGRALE	EHE-8455
29	AGRALE	EHE-8456
30	MERCEDES	FTF-2368
31	MERCEBES	EIO-7820
32	MERCEDES	ENG-2135
33	MERCEDES	ELR-0743
ÔNIBUS		PLACA
34	AGRALE MAXBUS	EHE-8462
35	VOLVO	FED-4024
36	IVECO	EOC-8511
37	FIAT DUCATO	EHE-8494
38	FIAT DUCATO	EHE-8495
39	FIAT DUCATO	EHE-8496
40	PEUGEOT BOXER	DBA-2986
41	RENAULT MASTER	ELU-9710
42	DOBLO	DQJ-6888

CM Ce/TMSP
Fls. 164
Rubrica

CAMINHONETA DE CARGA		PLACA
43	DOBLÔ CARGO	FED-4010
44	DOBLÔ CARGO	FED-4012
45	FIAT STRADA	FTY-0150
46	COURRIER	EHE-8484
47	COURRIER	EHE-8485
48	COURRIER	EHE-8486
49	COURRIER	EHE-8488
50	COURRIER	EHE-8489
51	COURRIER	EHE-8491
52	COURRIER	EHE-8487
53	FIAT STRADA	FAU-6059
54	DOBLÔ CARGO	FCI-1926
55	PICK-UP CORSA	CDV-6562
56	PICKUP TOYOTA	CDZ-9694
CAMINHONETA USO MISTO		PLACA
57	S-10	FED-4017
58	S-10	BNZ-9706
59	S-10	FED-4015
60	FORD RANGER	DBA-2994
61	FORD RANGER	DBA-2992
62	FORD RANGER	EHE-8453
63	FORD RANGER	EHE-8458
64	FORD RANGER	EHE-8459
65	FORD RANGER	EHE-8468
66	FORD RANGER	EHE-8469
67	FORD RANGER	EHE-8470
68	FORD RANGER	EHE-8471
69	FORD RANGER	EHE-8472
70	FORD RANGER	GDR-8958
71	FORD RANGER	EZO-7723
72	Mitsubishi L-200	FUS-9457
73	Mitsubishi L-200	FUX-1308
74	Mitsubishi L-200	FVW-0733
75	BLAZER	ALM-2643
76	PICKUP TOYOTA	BRZ-7098
77	PICKUP TOYOTA	BRZ-7138
78	Mitsubishi L-200	EVA-5D82
79	Mitsubishi L-200	ECU-7B95
CAMINHÃO CARROCERIA CONVENCIONAL		PLACA
80	VW 15.190	FQN-4336
81	IVECO DAILY	FED-4013
82	IVECO DAILY	FED-4007
83	AGRALE	DBS-0402
CAM. TIPO CAÇAMBA BASCULANTE		PLACA
84	M. BENZ 1719	FED-4021

CAMINHÃO (BAÚ)		PLACA
85	IVECO VERTIS	FED-4014
86	MERCEDES BENZ ATRON 1319	FED-4005
87	VW	FED-4019
88	VOLVO	FED-4022
89	FORD/CARGO 1217	DBA-2943
90	RENAULT MASTER CH CABINE	FSG-5D37
CAM. GUINCHO PARA REBOQUE DE VIATURA		PLACA
91	IVECO TECTOR - PLATAFORMA	FED-4023
VIATURA OPERATIVA (caminhão fuzileiro)		PLACA
92	CAMINHÃO OPERATIVO	SEM PLACA
93	CAMINHÃO OPERATIVO	SEM PLACA
CAM. CARROC. CONV. LANÇA ARTICUL.		PLACA
94	FORD CARGO CESTO AEREO	ITP-9293
95	FORD CARGO 1217	DBA-2944
96	MERCEDES BENZ ATRON 1319	FED-4020
AMBULÂNCIA		PLACA
97	PEUGEOT BOXER	DJL-7984
98	PEUGEOT BOXER	DBA-2995
99	RENAULT MASTER UTI	FWH-6383
CAMINHÃO COMBATE A INCÊNDIO		PLACA
100	M. BENZ	CDZ-9682
101	IVECO TECTOR	FED-4025
102	IVECO TECTOR	FED-4026
103	VOLKSWAGEN 17-280	BYJ-0D23
EMPILHADEIRA À DIESEL		
104	EMPILHADEIRA À DIESEL CLARK	SEM PLACA
105	EMPILHADEIRA À DIESEL CLARK	SEM PLACA
106	EMPILHADEIRA À DIESEL CPQD-25N-RW22	SEM PLACA
107	EMPILHADEIRA À DIESEL HANGCHA CPQYD50 - LABGENE	SEM PLACA
EMPILHADEIRA ELÉTRICA		
108	EMPILHADEIRA ELÉTRICA SKAN	SEM PLACA
109	EMPILHADEIRA ELÉTRICA SKAN	SEM PLACA
110	EMPILHADEIRA ELÉTRICA PALETRANS	SEM PLACA
111	EMPILHADEIRA ELÉTRICA PALETRANS	SEM PLACA
TRATOR		
112	TRATOR FORD. 7610	SEM PLACA
113	TRATOR PDDM YTO	SEM PLACA
114	TRATOR NEW HOLLAND	SEM PLACA
115	TRATOR NEW HOLLAND	SEM PLACA
116	TRATOR NEW HOLLAND	SEM PLACA
117	TRATOR NEW HOLLAND	SEM PLACA
118	TRATOR PLATAFORMA SKY JACK SJ63AJ	SEM PLACA
119	FORD. 6610	SEM PLACA
RETRO ESCAV. E PÁ CARREG.		

120	RETRO ESCAVADEIRA AGRALE	SEM PLACA
121	RETRO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND	SEM PLACA
122	RETRO ESCAVADEIRA 5065-4	SEM PLACA
REBOQUE DE CARGA		
123	REBOQUE DE CARGA AMADIESEL	SEM PLACA
124	REBOQUE DE CARGA LAVRALE	SEM PLACA
125	REBOQUE DE CARGA LAVRALE	SEM PLACA
126	REBOQUE DE CARGA LAVRALE	SEM PLACA
127	REBOQUE DE CARGA LAVRALE	SEM PLACA
128	REBOQUE DE CARGA LAVRALE	SEM PLACA

Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR (Bt/DefNBQR-ARAMAR)		
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PLACA
AUTOMÓVEL DE PASSEIO		PLACA
1	NISSAN VERSA 1.6	EWJ7189
2	FORD KA HATCH 1.5	FUK6115
ÔNIBUS		PLACA
3	IVECO	EKD5H55
CAMINHONETA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS		PLACA
4	RENAULT MASTER	FRR6173
CAMINHONETA DE CARGA		PLACA
5	RENAULT MASTER CH CABINE	FSZ4A34
6	RENAULT MASTER CH CABINE	FV15H81
CAMINHONETA USO MISTO		PLACA
7	Mitsubishi L-200	DIM8B39
8	Mitsubishi L-200	GAC7J67
9	Mitsubishi L-200	CUH1A49
10	Mitsubishi L-200	EHB7E26
11	Mitsubishi L-200	EKU9I95
12	Mitsubishi L-200	FYP3E22
13	Mitsubishi L-200	BKH5C73
CAMINHÃO PIPA		PLACA
14	IVECO	HQH-6657
VIATURA OPERATIVA (militar)		PLACA
15	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
16	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
17	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
18	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
19	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
20	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
21	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
22	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1720	SEM PLACA
23	AGRALE Marruá AM-1	SEM PLACA
24	AGRALE Marruá AM-1	SEM PLACA

CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO - CTMSP		
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PLACA
AUTOMÓVEL DE PASSEIO		PLACA
1	CIVIC SEDAN LXS	JJE0947
2	C-4 PALLAS GLX	EHE8493
3	408 SEDAN ALLURE	FBU8994
4	PALIO FIRE 1.0 8v	DJP1749
5	GOL POWER TOTAL FLEX 1.6Mi A/G 4p	CMW1738
6	SIENA EL 1.4 8v mpi Fire	FQC2903
7	SIENA EL 1.4 8v mpi Fire	FQJ2501
8	SANDERO EXPRESSION Hi-Power (N.Geracao)	FCO1799
9	FOCUS SEDAN 2L FC FLEX	KXJ5846
10	SENTRA SV(N.Geracao) 2.0 16v-CVT(FlexStart) A/G 4p	LTN6711
11	NEW VERSA SV 1.6 16v(FlexStart) A/G 4p	FZN0676
12	NEW VERSA SV 1.6 16v(FlexStart) A/G 4p	FJF8942
13	GOL TL MBV 1.6	FQG5735
14	GOL TL MBV 1.6	GAC2362
15	COROLLA SEDAN GLi UPPER 1.8 16v (Aut.)	FNU8064
16	DOBLO ESSENCE 1.8 16v (7 Lug) (Flex)	ENN1590
17	NEW MARCH SV 1.6 16v CVT	DEI3A44
18	NEW MARCH SV 1.6 16v CVT	CUD0G59
19	NEW MARCH SV 1.6 16v CVT	FRU0D83
20	NEW VERSA S 1.6 16v(Flex)	FOP5J21
21	NEW VERSA S 1.6 16v(Flex)	CUL6E28
MICRO-ÔNIBUS		
22	MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5)	ENN-2177
ÔNIBUS		PLACA
23	ÔNIBUS RODOVIÁRIO VW/MASCA ROMA 42P DIES	EMU8G65
24	ÔNIBUS VW/MASCARELO IVECO/NEOBUS 50P DIES	EOB-4020
CAMINHONETA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS		PLACA
25	FIAT DUCATO	DBA2979
26	MASTER EXTRA VITRE FURGAO L3H2 2.3DCI 16V	EQU5946
27	TRANSIT 2.2 FURGAO 350(Longo) TDCi	LQV6246
28	DOBLO ESSENCE 1.8 16v (7 Lug) (Flex) A/G 5p	FWT-2346
CAMINHONETA DE CARGA		PLACA
29	DOBLÔ CARGO 1.4 8v	DJM0611
30	CORSA PICK-UP ST 1.6 MPFI Gas. 2p	CDV6549
31	MONTANA LS(N.Serie) 1.4 8v(Econo.Flex)	FED4016
32	STRADA WORKING Celebration (C.Dup)	FAU9838
33	BONGO K-2500 2.5 4x2 TB (NAC) Dies.	HOE0491
34	MONTANA LS(N.Serie) 1.4 8v(Econo.Flex)	PBJ1638
35	MASTER CHASSI CAB L2H1 2.3DCI 16V	FZT3A32

36	MONTANA LS(N.Serie) 1.4 8v(Econo.Flex)	GCH7I03
37	MONTANA LS(N.Serie) 1.4 8v(Econo.Flex)	GCL1D26
CAMINHONETA USO MISTO		PLACA
38	L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4	ECU 1C05
39	L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4	GEA 2J22
40	RANGER XLS (C.DUP) 4X4 2.2 4p DIES	ELO-1525
CAMINHÃO CARROCERIA CONVENCIONAL		PLACA
41	IVECO DAILY 45S17 (EURO 5)	FED-4008
CAMINHÃO (BAÚ)		PLACA
42	IVECO VERTIS 90V18 4X2 (BAÚ)	FED-4018
43	MERCEDES-BENZ 1214 C	JMY-3214
AMBULÂNCIA		PLACA
44	BOXER FURGAO 350(Ch.Longo T.Elevado) 2.3 JTD Dies. 4P	DJL-9326
45	RENAULT MASTER Reves A	BXD9G37
CAMINHÃO COMBATE A INCÊNDIO		PLACA
46	VOLKSWAGEN 17.800 MITREN BOM	CUN-4F66
EMPILHADEIRA À DIESEL		
47	Empilhadeira PALETRANS Retratil PR 20 I	SEM PLACA
48	Empilhadeira HELI Diesel ZSM-470	SEM PLACA
49	Empilhadeira HELI Diesel CPCD 80	SEM PLACA
EMPILHADEIRA ELÉTRICA		
50	SKAN	SEM PLACA

9.1.3. Os veículos, máquinas agrícolas e demais equipamentos serão abastecidos e efetuadas as manutenções conforme necessidades institucionais, cuja periodicidade será observada mediante relatório gerencial emitido pela CONTRATADA.

9.1.4. O início da prestação dos serviços ocorrerá até no máximo 10 (dez) dias corridos após a publicação do Contrato, tempo este em que deverá ser instalado o sistema e disponibilizado o treinamento para o servidor do órgão Contratante responsável pelo gerenciamento do sistema.

9.1.5. Os valores e quantidades estimados são apenas referenciais, podendo haver variação na execução do contrato, no entanto somente haverá o pagamento do que efetivamente for utilizado.

9.1.6. Os serviços de fornecimento de manutenção em geral também deverão ser disponibilizados para os veículos/máquinas/equipamentos que ainda serão adquiridos pela Contratante, bem como os doados, ademais dos que estejam à sua disposição, inclusive os veículos que estejam em atividades e ações em parceria com outros órgãos, incluindo também os locados pela instituição.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

- 10.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.6.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 10.6.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 10.6.3.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 10.6.4.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10.** *Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;*
- 10.11.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.12.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 10.13.** Fornecer a relação de veículos e usuários da Contratante autorizados a utilizar a plataforma de trabalho para os serviços de manutenção.

10.14. Realizar a aprovação/rejeição do orçamento, acompanhamento da realização dos serviços, averiguar se a empresa fez a cotação do menor preço para a administração, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, recepção e aceitação dos serviços/peças através de ateste das notas fiscais, bem como ateste eletrônico se for o caso.

10.15. Solicitar a substituição de estabelecimentos de atendimentos credenciados cadastrados que forem considerados incompatíveis.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" é do Anexo VII - F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

11.24. Adotar e exigir da rede credenciada a observância de normas legais relativas a sustentabilidade ambiental, em especial as seguintes:

11.25. utilização de sistema eletrônico para gerenciamento de todo processo de prestação dos serviços, em substituição a ordens de serviços, planilhas e orçamentos em suporte papel, sem o comprometimento do bom desempenho da solução;

11.26. recolher lâmpadas utilizadas na prestação dos serviços para descartá-las junto ao sistema de coleta do fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, conforme sistema de Logística Reversa previsto Lei nº 12.305, de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS;

11.27. providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento por eles indicados, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 2010, combinado com o artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 - PNRS, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 2009, e legislação correlata;

11.28. providenciar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305, de 2010 - PNRS e Resolução CONAMA nº 362, de 2005, obedecendo minimamente aos seguintes procedimentos:

11.28.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 2005, e legislação correlata;

11.28.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação

de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 2005, e legislação correlata; e

11.28.3. dar destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizado pelo órgão ambiental competente, exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 2005, e legislação correlata.

11.29. providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, responsáveis pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 2012, combinado com o artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 - PNRS, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 2008, e legislação correlata;

11.30. Não permitir formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

11.30.1. Lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

11.30.2. Queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; e

11.30.3. Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

11.31. Utilizar, preferencialmente, pilhas recarregáveis evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;

11.32. Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para aquisição de pilhas e baterias respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

11.33. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos;

11.34. Não utilizar quaisquer substâncias que destruam a Camada de Ozônio - SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos essenciais permitidos pelo mencionado Protocolo, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 2000, e legislação correlata;

11.35. Observar às recomendações técnicas e legais para uso de produtos químicos;

11.36. apresentar a composição química dos produtos utilizados na prestação dos serviços quando solicitado pela CONTRATANTE;

11.37. verificar e não permitir a utilização de produtos que contenham substâncias perigosas, biodegradabilidade dos tensoativos, toxicidade aquática e teor de fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada;

- 11.38. utilizar, preferencialmente, produtos de origem animal e que sejam biodegradáveis, sendo permitido o uso de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais;
- 11.39. não utilizar produtos oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção;
- 11.40. adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora e a coleta seletiva, conforme legislação específica;
- 11.41. realizar a disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos e materiais inservíveis após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no Art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010 - PNRS;
- 11.42. caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010, (PNRS), possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos, aprovado pela autoridade competente;
- 11.43. acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, observando as normas municipais que estabelecem as regras para seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem e que indicam os locais de entrega e coleta;
- 11.44. firmar convênios com cooperativas de reciclagem para destinação de resíduos sólidos;
- 11.45. treinar e capacitar periodicamente seus funcionários em práticas de redução do consumo de energia elétrica, água tratada, geração de resíduos, desperdícios e poluição, de forma a implementar as lições aprendidas durante a prestação dos serviços, zelando pela preservação do meio ambiente;
- 11.46. adotar boas práticas de otimização na utilização de recursos naturais, redução de desperdícios e menor poluição, tais como:
- 11.46.1. racionalizar/economizar energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), para os casos possíveis, conforme regulamentações vigentes;
- 11.46.2. evitar o desperdício da água potável com a verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos);
- 11.46.3. racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- 11.46.4. substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; e
- 11.46.5. reciclar e destinar adequadamente os resíduos gerados durante a realização dos serviços.
- 11.47. destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e substâncias utilizados na prestação de serviços;
- 11.48. não utilizar as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
- 11.48.1. deposição inadequada no solo;
- 11.48.2. deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

- 11.48.3. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- 11.48.4. lançamento in natura a céu aberto;
- 11.48.5. lançamento em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
- 11.48.6. infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão e controle ambiental estadual competente;
- 11.48.7. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- 11.48.8. outras formas vedadas pelo poder público;
- 11.48.9. utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente; e
- 11.48.10. utilização para alimentação humana.
- 11.49. observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 2010, além de outras práticas sustentáveis aplicáveis a prestação dos serviços;
- 11.50. respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
- 11.51. Adotar e exigir da rede credenciada a observância de normas legais relativas a sustentabilidade social, em especial as seguintes:
- 11.51.1. cumprir as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE quanto às condições de segurança e medicina do trabalho da mão de obra envolvida nas atividades objeto da contratação;
- 11.51.2. fornecer aos seus profissionais os equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança que se fizerem necessários à realização dos trabalhos, conforme o caso;
- 11.51.3. fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção e segurança, em especial os que constam da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- 11.51.4. utilizar equipamentos elétricos certificados com selo PROCEL e que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme Resolução do CONAMA e do INMETRO, de forma a reduzir o risco à saúde física e mental dos funcionários, bem como dos demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho;
- 11.51.5. qualificar seus profissionais consoante o previsto na Norma Técnica nº 15681:2009 da ABNT com o objetivo de estabelecer um padrão de qualidade na execução dos serviços;
- 11.51.6. proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual, religião ou estado civil na seleção da mão de obra;
- 11.51.7. disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como alocar os materiais e equipamentos necessários à realização dos trabalhos decorrentes da contratação;

- 11.51.8. *dispor de pessoal técnico devidamente treinado, habilitado e disponível para realização dos serviços, que atendam aos requisitos de norma técnica de capacitação ou regulamentação específica;*
- 11.51.9. *observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e os regulamentos de segurança e saúde do trabalho;*
- 11.51.10. *capacitar e treinar periodicamente seus funcionários no atendimento as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.*
- 11.51.11. *Orientar seus funcionários e exigir da rede credenciada o cumprimento de normas relativas a prevenção e combate a incêndios nas áreas de prestação dos serviços, zelando pela segurança de pessoas, bens e do meio ambiente;*
- 11.51.12. *Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;*
- 11.51.13. *Observar o fiel cumprimento da legislação afeta a realização dos serviços de manutenção veicular;*
- 11.51.14. *Os estabelecimentos que utilizarem equipamentos para serviços que medem as emissões veiculares, assim como os ligados diretamente à segurança veicular conforme NBR-ABNT 14.624:2018, deverão atender, caso exista, a exigência de comprovação de homologação junto ao INMETRO.*

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. *É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.*

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 14.1. *A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.*
- 14.2. *A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.*

14.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

14.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.13.1. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e,

na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme previsto no Anexo II, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

15.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

15.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

15.2.1. Prazo de conclusão dos serviços;

15.2.2. Conformidade dos itens fornecidos em relação à Ordem de Serviço aprovada pela Administração;

15.2.3. Os serviços efetuados pela rede de credenciados serão pagos/ressarcidos nas quantidades e qualidade efetivamente medidas, diminuídos dos eventuais descontos contratados, os preços desses poderão sofrer variação, de acordo com a sistemática do mercado, sem que isso importe em reajuste contratual.

15.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.3.1. não produziu os resultados acordados;

15.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

- 16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 16.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
- 16.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 16.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 16.3.5. No prazo de até 10 *dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 16.3.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 16.3.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 16.3.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 16.3.9. No prazo de até 10 (*dez*) *dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 16.3.9.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o



pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.3.9.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.3.9.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

16.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

16.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.5.1. o prazo de validade;

17.5.2. a data da emissão;

17.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.5.4. o período de prestação dos serviços;

17.5.5. o valor a pagar; e

17.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (*Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por aditamento.

18.9. Os reajustes serão efetuados unilateralmente pela Contratante, por Aditivo, quando esta considerar que os valores encontram-se defasados em face da inflação, promovendo perda na sua capacidade de aquisição, sendo este procedido aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

18.10. Em razão da natureza do objeto da licitação, e pelo fato de que a taxa de administração e os descontos sobre os preços dos itens foram cotados em percentuais, não caberá reajuste destes.

18.11. Define-se como fixo e irreajustável os percentuais de desconto propostos pelo vencedor do certame que vier a ser contratado, não sendo alterados durante a vigência do contrato, excetuando-se os casos em que a empresa aceitar elevar o percentual de desconto.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

19.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.



- 19.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 19.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 19.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 19.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 19.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 19.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 19.10. Será considerada extinta a garantia:
- 19.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 19.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 19.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 19.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

20.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço,	01

	por funcionário e por dia;	
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

21.3.2.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

21.3.2.2. Execução de contratos de prestação dos serviços compatíveis com o objeto dessa licitação, cujo valor anual seja igual ou superior a esta.

21.3.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

21.3.4. *Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.*

21.3.5. *Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.*

21.3.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local

em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: R\$ 1.517.957,64 (um milhão quinhentos e dezessete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global do grupo.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

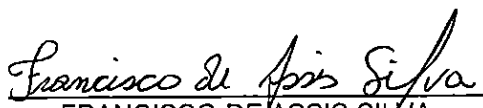
22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

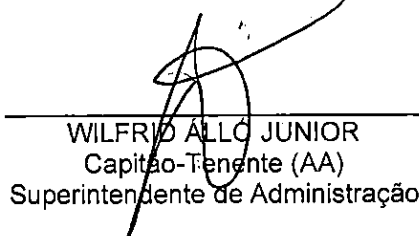
22.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será conforme tabela do item 1.1.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.


São Paulo, 04 de março de 2022.


FRANCISCO DE ASSIS SILVA
Primeiro-Tenente (AA)
Encarregado da Divisão de Transportes
Requisitante


WILFRIDO ALLO JUNIOR
Capitão-Tenente (AA)
Superintendente de Administração

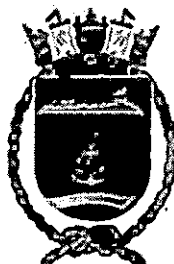
Após análise administrativa, APROVO, nos termos do art. 14, II do Decreto nº 10.024/2019 e do artigo 7º, §2º, inciso I da Lei nº 8.666/93, ressalvando que a análise de natureza técnica é de competência do setor Requisitante.

APROVO em 16 de setembro de 2022.


Ordenador de Despesas
Diretor
Fernando Antonio de A. BRITTO Lima
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Diretor

Anexos:

- I - Estudo Técnico Preliminar;
- II - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)



MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE INTENDÊNCIA TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO

(Processo Administrativo n.º 63232.001133/2022-11)

SERVIÇO NÃO CONTINUADOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº

A União, por intermédio do Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo – CeITMS, conforme Portaria de criação nº 266/MB, de 1º de setembro de 2020, com sede na Av. Professor Lineu Prestes nº 2468 - Cidade Universitária – Butantã, CEP 05508-000 – São Paulo – SP, inscrito no CNPJ sob o nº 40.188.327/0001-53, isenta de inscrição Estadual, neste ato representado pelo Capitão de Mar e Guerra (IM) ANDERSON CHAVES DA SILVA, nomeado pelo Comandante da Marinha, conforme Portaria nº 230/MB/MD, 16 de setembro de 2022, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no Diário Oficial da União de de/...../200....., processo administrativo n.º 63232.001934/2021-98, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada nos serviços de administração e gerenciamento de frota para intermediação de manutenções detectiva, preventiva, corretiva e preditiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços, em atendimento as necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMS, Centro Industrial Nuclear de ARAMAR – CINA e do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR (BtlDefNBQR-ARAMAR), especificados nos grupos 1 e 2 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador do serviço (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário
1				
2				
3				
...				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo.
- 3.2. Não haverá órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao **máximo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.



4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, **ao dobro do quantitativo de cada item** registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da **data de assinatura**.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.



8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.4. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.5. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.6. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

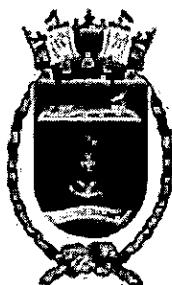
8.7. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

EM BRANCO



Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº...../2023

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º63232.001934/2021-98

ANEXO III

TERMO DE CONTRATO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E A EMPRESA
.....**

O Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo - CeITMSP, com sede na Av. Prof. Lineu Prestes, nº 2468, Cidade Universitária "Armando Salles de Oliveira", na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é contratação de **empresa especializada nos serviços de administração e gerenciamento de frota para intermediação de manutenções detectiva, preventiva, corretiva e preditiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços, em atendimento as necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMSP, Centro Industrial Nuclear de ARAMAR – CINA e do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR (BtIDefNBQR-ARAMAR),** que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EM BRANCO

LOGOTIPO DA EMPRESA

MODELO DA PROPOSTA

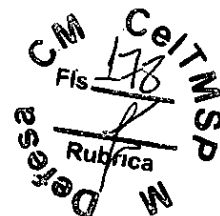
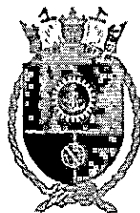
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UN	Qtd.	Valor Unitário	Total
1	1	25518	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS - serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleo de motor, lubrificantes etc.), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes ao CINA e BtlDefNBQR-ARAMAR (local de execução, Iperó/SP)	Mês	12		
	2	25518	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	Mês	12		
	VALOR TOTAL DO ITEM 1						
2	3	25518	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS - serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleo de motor, lubrificantes etc.), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes ao CTMSP (local de execução, São Paulo/SP)	Mês	12		
	4	25518	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	Mês	12		
	VALOR TOTAL DO ITEM 2						

Local/UF e data: _____ em _____ de _____ de 202__

Responsável pela Proposta
CPF:

[Assinatura]

EM BRANCO



MARINHA DO BRASIL
CENTRO INDUSTRIAL NUCLEAR DE ARAMAR

APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER LICITADO

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar (ETP), destinado à Contratação de caráter continuado de administração e gerenciamento de frota para intermediação de manutenção detectiva, preventiva, corretiva e preditiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços, para atender às necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMSP, Centro Industrial Nuclear de ARAMAR – CINA e do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR (BtlDefNBQR-ARAMAR), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

2. FORMALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

A presente licitação trata-se de Pregão Eletrônico de Sistema de Registro de Preços ou Tradicional. O Modo de Disputa será aberto. A contratação resultará em Contratos.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os serviços que se pretendem contratar suprirá a demanda de manutenção da frota de veículos oficiais do CTMSP, CINA e BtlDefNBQR-ARAMAR.

A presente licitação baseia-se no inciso I, III e IV do artigo 3º, do Decreto nº 7.892/2013.

O CTMSP, CINA e BtlDefNBQR-ARAMAR, estão servidos por um único contrato firmado recentemente por meio de Adesão constituído para suprir apenas as demandas emergenciais de manutenção da frota desses órgãos por período limitado de seis meses. Tanto o valor contratual quanto o seu prazo de vigência são considerados aquém da necessidade para promover de forma plena as manutenções demandadas pelos veículos oficiais, o que tem prejudicado a logística das ações programadas em cumprimento ao planejamento anual destinado ao atendimento das atividades vinculadas ao Programa Nuclear da Marinha (PNM).

Os serviços que se pretendem contratar são necessários e imprescindíveis para os órgão demandantes considerando a finalidade de preservação de seu patrimônio, frota de veículos, e principalmente da vida e integridade física de seus servidores, militares e civis que utilizam essas viaturas, bem como do público em geral, contribuindo diretamente para o cumprimento da missão do CTMSP (Contribuir para obtenção de sistemas, equipamentos, componentes, materiais e técnicas, nas áreas de propulsão e de geração de energia, de interesse da Marinha do Brasil (MB), em especial aqueles relacionados ao Setor Nuclear), do CINA (tem como propósito é fabricar, montar, testar, comissionar, operar, manter e descomissionar sistemas, equipamentos e itens desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha (DDNM), no âmbito do Programa Nuclear da Marinha (PNM) e de áreas de interesse da Marinha do Brasil, e adicionalmente, formar operadores de reatores nucleares para o LABGENE e para o SN-BR) e do BtlDefNBQR-ARAMAR (Prover segurança física às instalações do CEA e executar ações de controle de emergências de natureza Nuclear, Biológica, Química e Radiológica, potenciais ou reais, prioritariamente na área daquele Centro, contribuindo para a manutenção da integridade física do pessoal e das instalações, bem como para a atenuação das consequências internas e externas de uma emergência).

Esses serviços pretendidos permitirão aos órgãos suprir a demanda de manutenção da frota, além de permitir amplo leque de oferta de oficinas especializadas, favorecendo a otimização dos processos e eficiência nas suas atividades internas e externas, posto que na prática um único prestador não reúne todas as competências necessárias para a manutenção da diversidade de veículos, máquinas agrícolas e equipamentos. Além disso, um único fornecedor não permite a concorrência quanto aos valores de serviços e peças ao longo da execução do contrato, inviabilizando, nestes casos, melhores condições de contratação, aproveitamento de ofertas especiais, negociação de melhores valores, etc. Ressalte-se ainda a questão do atendimento adequado aos picos de demanda, ou seja, em situações de necessidade de várias demandas concomitantes, normalmente um único prestador não consegue atender no tempo necessário, o que afeta o cumprimento dos prazos e entrega de serviços (transporte de passageiros e materiais) geridos pelo Contratante.

Importa salientar que, o crescente deslocamento para o cumprimento de diversas ações em consequência da aceleração do desenvolvimento do Programa Nuclear da Marinha (PNM), demandam maior número de transporte de pessoal e de material para viabilidade e/ou continuidade das atividades-meio e fim desempenhadas pelos órgãos demandantes, causando como consequência desgastes prematuro dos componentes dos veículos utilizados. Exemplo disso, em relação a demanda atual de transportes conforme consta nos relatórios internos dos últimos 12 (doze) meses, mesmo em estado de Pandemia de Covid-19, foram atendidos 14.957 pedidos de apoio de viaturas, e percorridos cerca de 385.409,87 quilômetros.

Observa-se também que os serviços de administração e gerenciamento de frota propiciarão a ampliação da abrangência territorial e maior quantidade de opções no mercado para o atendimento, pois será possível contar com uma rede ampla de oficinas mecânicas e fornecedores de peças em diversos municípios inclusive, esse tipo de contratação propiciará a frota ser atendida em praticamente todo o estado de São Paulo e também do Rio de Janeiro, estados onde ocorrem a grande maioria dos deslocamentos relacionados às atividades do Contratante.

Diante da hercúlea tarefa de prover os meios necessários para atender as demandas supramencionadas, desponta a necessidade da unidade em manter sua logística básica, por meio dos serviços de fornecimento de manutenção da frota, os quais poderão ser devidamente supridos e melhor geridos pelos atuais modernos sistemas de gerenciamento de frota que serão disponibilizados pela Contratada.

Acrescente-se ainda, que esse tipo de serviço permite a simplificação dos procedimentos e das rotinas de controle das manutenções da frota, uma vez que o sistema permite ter maior controle dos serviços prestados, e com o reduzido quadro de servidores da instituição que acumula diversas funções, a migração do tradicional sistema manual para o sistema informatizado via internet proporcionará agilidade nos procedimentos, obtenção de informações sobre cada abastecimento e serviço de manutenção realizado em tempo real, o que facilitará o controle e gestão dos serviços e contrato, o que resultará em maior eficiência e economicidade para a Administração Pública.

Assim, os serviços pretendidos estão estritamente em consonância com o princípio da eficiência, facilitando o controle das atividades ligadas à área finalística e, em consequência, otimizando a execução das atividades dos órgãos em seus mais variados aspectos, tais como a redução de custos, melhor gestão orçamentária, eliminação de burocracia, eliminação do desperdício de tempo no controle efetivo da frota, redução do volume de trabalho envolvido para atender a demanda dos serviços Objeto dessa licitação.

Sobre a viabilidade jurídica da contratação, a Portaria MPDG no 443, de 27 de dezembro de 2018, que regulamenta o Decreto no 9.507/2018, o qual dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, assim prevê:

Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

[...]

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto no 9.507, de 2018.

Considerando que o serviço objeto da contratação pretendida não infringe quaisquer das vedações presentes no Decreto no 9.507/2018, sobretudo aquelas do seu art. 3º, ressaltando que não há cargo com atribuições semelhantes às inerentes ao serviço em questão em nenhum dos órgãos demandantes. Portanto, verifica-se que não há óbice jurídico à transferência da execução deste objeto para iniciativa privada.

Portanto, diante do exposto, visando suprir as necessidades básicas da logística do CTMSP, CINA e Bt/DefNBQR-ARAMAR, para apoio à perfeita execução das atividades da área meio e fim dos órgãos, se torna fundamental e necessário sua imediata contratação.

CM Cel/TMSP
Fls. 129
Rubrica

4. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO SE HOUVER

A licitação elaborada anteriormente contendo itens similares aos elencados neste processo resultou em sucesso e, portanto, será referência para esta nova contratação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços objeto da contratação estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Serviços - CATSER do SIASG. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATSER e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas;

Comprovação da capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a ser comprovado da seguinte forma:

Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

A prestação dos serviços de maneira alguma gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

O Objeto dessa licitação tem caráter continuado, sendo necessária a permanente prestação dos serviços.

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, estará facultado ao licitante realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços e para ciência de procedimentos de segurança e de alimentação. Para o item 01 a vistoria poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 09:00 as 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (15) 3229-8296 e (15) 3229-8423 com 1º Ten (AA) ASSIS ou 1º SG-MI KYLSON, ou pelos e-mails assis.francisco@marinha.mil.br ou kylson@marinha.mil.br. Para o item 02 a vistoria poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 09:00 as 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (11) 3817-7368 e (11) 3817-7336 com Suboficial-AV MOLINA ou Suboficial-MO CUNHA, ou pelos e-mails molina.sobrinho@marinha.mil.br ou cunha.da@marinha.mil.br

Para atendimento das necessidades que justificam a contratação e o alcance dos resultados esperados os serviços devem satisfazer os requisitos, procedimentos, metodologias e tecnologias listados abaixo, não se tratando de rol exaustivo:

a) prestar serviços de manutenção detectiva, preditiva, preventiva e corretiva de veículos/máquinas agrícolas/equipamentos com o fornecimento de peças, acessórios e componentes necessários para o perfeito funcionamento da frota institucional;

b) prestar serviços de lavagem, socorro mecânico e guinchamento por meio de rede própria ou credenciada;

c) possuir, em todo o estado de São Paulo e Rio de Janeiro, rede própria ou credenciada, amplamente distribuída, de oficinas, centros automotivos, concessionárias de veículos, fornecedores de peças, pneus e baterias, além de centros de troca de óleo, alinhamento, balanceamento, borracharias, capotarias, tapeçarias, funilarias, mecânicas especializadas em ar condicionado veicular, mecânicas especializadas em motores a combustão (diesel e gasolina), lava rápido, bem como prestadores de serviços de transporte por guinchamento em suspenso para remoção e socorro mecânico;

d) ter no prazo máximo de 30 (trinta) dias depois de assinado o contrato a disponibilidade de oficinas nos municípios de Sorocaba, Boituva e da grande São Paulo, ambos no estado de São Paulo, e nos municípios de Rezende, Itaguaí e do grande Rio de Janeiro, ambos no estado do Rio de Janeiro;

e) credenciar novos estabelecimentos em sempre que houver interesse da Contratante;

f) disponibilizar e manter funcionando, 24 horas por dia, 7 dias por semana, sistema informatizado online, via internet, com vários níveis de acesso a usuários, possibilidade de configurações, parametrizações e demonstrativos diversos, canais de suporte e atendimento completo, além das seguintes funcionalidades mínimas:

- I - registro de todas as etapas dos serviços, desde a entrada do veículos/máquinas agrícolas/equipamentos no estabelecimento até sua retirada, de forma padronizada e individualizada;
- I - módulo de orçamento de peças e serviços para fins de cotação de preços para manutenção e reparo de veículos/máquinas agrícolas/equipamentos do órgão contratante;
- II - possibilidade de múltiplas cotações sem deslocamento do veículos/máquinas agrícolas/equipamentos;
- III - disponibilidade de tabelas de preços referenciais de peças e de serviços;
- IV - controle de manutenções da frota;
- V - registro de peças e serviços requeridos por cada veículos/máquinas agrícolas/equipamentos com respectivas datas, quantidades, preços, prazo de garantia e cotações de outros estabelecimentos;
- VI - identificação do usuário que aprovou a cotação de preços e autorizou a execução dos serviços e/ou fornecimento de materiais;
- VII - possibilidade de definição e gerenciamento de regras e permissões para os serviços;
- VIII - acesso e acompanhamento de informações em tempo real e das transações realizadas e recusadas;
- IX - opção de emissão de demonstrativos operacionais, gerenciais, financeiros e de controle.

g) fornecer credenciais exclusivas de acesso para usuários do sistema informatizado;

h) disponibilizar acesso ao sistema Audatex Molicar, Cilia, Orion, ou outro instrumento hábil similar, composto por ferramenta que possibilite ao gestor/fiscal efetuar consulta online, tanto à tabela de preços dos fabricantes de peças, quanto às tabelas de tempos padrão de mão de obra (Tabela Tempária), conforme informação técnica do Sindicato da Indústria e Reparação de Veículos e Acessórios;

i) aceitar transações e processos de contingência para garantir a continuidade da prestação dos serviços pela rede própria ou credenciada no caso de impossibilidade temporária de se efetuar transações por meio eletrônico;

j) comprovar que tenha executado serviços compatíveis em quantidades e especificações com o objeto da presente contratação por período não inferior a 3 (três) anos;

l) comprovar que possui infraestrutura técnica e operacional para executar o objeto do futuro contrato;

m) observar o fiel cumprimento dos demais regulamentos técnicos do INMETRO, da ABNT e da legislação específica afeta aos serviços contratados;

n) atender às normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC);

o) declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

Este processo reuniu as necessidades de contratação dos serviços estimados com base no relatório de gastos no período de 12 (doze) meses (20/DEZ/2016 a 20/DEZ/2017), vinculado ao último contrato de mesmo objeto sob o nº 42000/201-067/00 e atualizado pelo IPCA acumulado de DEZ/2017 a MAR/2022 equivalente a 29,029740 %, com vistas a corrigir os custos pela variação da inflação do período para suprir adequadamente a necessidade imposta pela demanda atual, possibilitando o atendimento da necessidade de manutenção total da frota, considerando a aquisição de novos veículos e o envelhecimento da frota da Contratante, permitindo atender o transporte de pessoal e material com segurança e eficiência, e, diminuindo os riscos de interrupções indesejáveis.

Taxa de administração:

O valor da Taxa administrativa (%) foi calculada considerando o valor anual estimado multiplicado pelo valor médio da taxa (%) conforme pesquisa de mercado.

O valor total global estimada para essa licitação será calculado com base nos custos supracitados aplicando-se os percentuais máximo de taxas administrativas obtidas mediante a pesquisa de mercado.

Total Global estimado (serviços/peças) para 12 meses (202 veículos) reajustado pelo IPCA: R\$1.497.442,680

CONSUMO DE PEÇAS/SERVIÇOS EM 2017 (último contrato)		
mês	peças	serviços
janeiro	R\$ 59.556,94	R\$ 6.738,42
fevereiro	R\$ 45.701,32	R\$ 2.380,00
março	R\$ 80.073,79	R\$ 13.022,00
abril	R\$ 82.477,69	R\$ 3.920,80
maio	R\$ 36.389,98	R\$ 3.994,40
junho	R\$ 59.413,28	R\$ 0,00
julho	R\$ 72.600,39	R\$ 14.908,24
agosto	R\$ 44.362,58	R\$ 5.270,80
setembro	R\$ 43.251,37	R\$ 7.717,60
outubro	R\$ 67.249,77	R\$ 30.651,01
novembro	R\$ 128.192,65	R\$ 26.059,00
dezembro	R\$ 185.009,19	R\$ 72.656,70
Total (peças/serviços)	R\$ 904.278,95	R\$ 187.318,97
Contrato de mão de obra com dedicação exclusiva (valor mensal)		R\$ 716.902,92
Custo Total gasto com manutenção da frota de 190 veículos em 2017 (peças/serviços)	R\$ 904.278,95	R\$ 187.318,97
Total estimado para 12 meses (128 veículos da frota do CINA)	R\$ 609.198,450	R\$ 126.193,830
Total estimado para 12 meses (24 veículos da frota do BtlDefNBQR-ARAMAR)	R\$ 114.224,700	R\$ 23.661,340
Total estimado para 12 meses (50 veículos da frota do CTMSP)	R\$ 237.968,140	R\$ 49.294,460
VALOR ESTIMADO DE PEÇAS/SERVIÇOS (2017 + IPCA)		
IPCA acumulado no período de DEZ/2017 a MAR/2022	29,029740 %	29,029740 %
Total estimado para 12 meses (128 veículos da frota do CINA)	R\$ 786.047,170	R\$ 162.827,570
Total estimado para 12 meses (24 veículos da frota do BtlDefNBQR-ARAMAR)	R\$ 147.383,830	R\$ 30.530,160
Total estimado para 12 meses (50 veículos da frota do CTMSP)	R\$ 307.049,670	R\$ 63.604,510
Item 1 - Total Mensal estimado (128 veículos + IPCA)		R\$ 79.072,890
Item 1 - Total Mensal estimado (24 veículos + IPCA)		R\$ 14.826,160
Item 2 - Total Mensal estimado (50 veículos + IPCA)		R\$ 30.887,840
Item 1 - Total Global estimado para 12 meses (128 veículos + IPCA)		R\$ 948.874,680
Item 1 - Total Global estimado para 12 meses (24 veículos + IPCA)		R\$ 177.913,920
Item 2 - Total Global estimado para 12 meses (50 veículos + IPCA)		R\$ 370.654,080

Frota de veículos/Máquinas agrícolas/Equipamentos:

CENTRO INDUSTRIAL NUCLEAR DE ARAMAR - CINA		
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PLACA
AUTOMÓVEL DE PASSEIO		PLACA
1	PALIO FIRE	DJP-1726
2	GOL 1.0	KPG-4750

3	GOL 1.0	CMW-1740
4	FIESTA	EHE-8473
5	FIESTA	EHE-8474
6	FIESTA	EHE-8475
7	FIESTA	EHE-8476
8	FIESTA	EHE-8477
9	FIESTA	EHE-8478
10	FIESTA	EHE-8480
11	FIESTA	EHE-8483
12	SIENA	FRE-5250
13	LOGAN	DBS-0248
14	VW GOL	CMW-1721
15	GM CORSA	BPZ-7950
16	VW GOL	CMW-1734
17	FIAT UNO	BPZ-8066
18	GM CORSA	BPZ-7933
19	VW GOL	GCG-1436
20	NISSAN VERSA	FOO-5389
21	NISSAN VERSA	EUA5A39
22	NISSAN MARCH	EBU-5F33
23	NISSAN MARCH	FEA-3I21
24	NISSAN MARCH	EVU-8B37
25	VW GOL	FEW-5085
26	FIESTA HATCH	FED-4011
27	VW-GOL	CMW-1741
MICRO-ÔNIBUS		PLACA
28	AGRALE	EHE-8455
29	AGRALE	EHE-8456
30	MERCEDES	FTF-2368
31	MERCEDES	EIO-7820
32	MERCEDES	ENG-2135
33	MERCEDES	ELR-0743
ÔNIBUS		PLACA
34	AGRALE MAXBUS	EHE-8462
35	VOLVO	FED-4024
36	IVECO	EOC-8511
37	FIAT DUCATO	EHE-8494
38	FIAT DUCATO	EHE-8495
39	FIAT DUCATO	EHE-8496
40	PEUGEOT BOXER	DBA-2986
41	RENAULT MASTER	ELU-9710
42	DOBLO	DQJ-6888
CAMINHONETA DE CARGA		PLACA
43	DOBLÔ CARGO	FED-4010
44	DOBLÔ CARGO	FED-4012
45	FIAT STRADA	FTY-0150
46	COURRIER	EHE-8484
47	COURRIER	EHE-8485
48	COURRIER	EHE-8486

49	COURRIER	EHE-8488
50	COURRIER	EHE-8489
51	COURRIER	EHE-8491
52	COURRIER	EHE-8487
53	FIAT STRADA	FAU-6059
54	DOBLÔ CARGO	FCI-1926
55	PICK-UP CORSA	CDV-6562
56	PICKUP TOYOTA	CDZ-9694
CAMINHONETA USO MISTO		PLACA
57	S-10	FED-4017
58	S-10	BNZ-9706
59	S-10	FED-4015
60	FORD RANGER	DBA-2994
61	FORD RANGER	DBA-2992
62	FORD RANGER	EHE-8453
63	FORD RANGER	EHE-8458
64	FORD RANGER	EHE-8459
65	FORD RANGER	EHE-8468
66	FORD RANGER	EHE-8469
67	FORD RANGER	EHE-8470
68	FORD RANGER	EHE-8471
69	FORD RANGER	EHE-8472
70	FORD RANGER	GDR-8958
71	FORD RANGER	EZO-7723
72	Mitsubishi L-200	FUS-9457
73	Mitsubishi L-200	FUX-1308
74	Mitsubishi L-200	FVW-0733
75	BLAZER	ALM-2643
76	PICKUP TOYOTA	BRZ-7098
77	PICKUP TOYOTA	BRZ-7138
78	Mitsubishi L-200	EVA-5D82
79	Mitsubishi L-200	ECU-7B95
CAMINHÃO CARROCERIA CONVENCIONAL		PLACA
80	VW 15.190	FQN-4336
81	IVECO DAILY	FED-4013
82	IVECO DAILY	FED-4007
83	AGRALE	DBS-0402
CAM. TIPO CAÇAMBA BASCULANTE		PLACA
84	M. BENZ 1719	FED-4021
CAMINHÃO (BAÚ)		PLACA
85	IVECO VERTIS	FED-4014
86	MERCEDES BENZ ATRON 1319	FED-4005
87	VW	FED-4019
88	VOLVO	FED-4022
89	FORD/CARGO 1217	DBA-2943
90	RENAULT MASTER CH CABINE	FSG-5D37
CAM. GUINCHO PARA REBOQUE DE VIATURA		PLACA
91	IVECO TECTOR - PLATAFORMA	FED-4023
VIATURA OPERATIVA (caminhão fuzileiro)		PLACA

92	CAMINHÃO OPERATIVO	SEM PLACA
93	CAMINHÃO OPERATIVO	SEM PLACA
CAM. CARROC. CONV. LANÇA ARTICUL.		PLACA
94	FORD CARGO CESTO AEREO	ITP-9293
95	FORD CARGO 1217	DBA-2944
96	MERCEDES BENZ ATRON 1319	FED-4020
AMBULÂNCIA		PLACA
97	PEUGEOT BOXER	DJL-7984
98	PEUGEOT BOXER	DBA-2995
99	RENAULT MASTER UTI	FWH-6383
CAMINHÃO COMBATE A INCÊNDIO		PLACA
100	M. BENZ	CDZ-9682
101	IVECO TECTOR	FED-4025
102	IVECO TECTOR	FED-4026
103	VOLKSWAGEN 17-280	BYJ-0D23
EMPILHADEIRA À DIESEL		
104	EMPILHADEIRA À DIESEL CLARK	SEM PLACA
105	EMPILHADEIRA À DIESEL CLARK	SEM PLACA
106	EMPILHADEIRA À DIESEL CPQD-25N-RW22	SEM PLACA
107	EMPILHADEIRA À DIESEL HANGCHA CPQYD50 - LABGENE	SEM PLACA
EMPILHADEIRA ELÉTRICA		
108	EMPILHADEIRA ELÉTRICA SKAN	SEM PLACA
109	EMPILHADEIRA ELÉTRICA SKAN	SEM PLACA
110	EMPILHADEIRA ELÉTRICA PALETRANS	SEM PLACA
111	EMPILHADEIRA ELÉTRICA PALETRANS	SEM PLACA
TRATOR		
112	TRATOR FORD. 7610	SEM PLACA
113	TRATOR PDDM YTO	SEM PLACA
114	TRATOR NEW HOLLAND	SEM PLACA
115	TRATOR NEW HOLLAND	SEM PLACA
116	TRATOR NEW HOLLAND	SEM PLACA
117	TRATOR NEW HOLLAND	SEM PLACA
118	TRATOR PLATAFORMA SKY JACK SJ63AJ	SEM PLACA
119	FORD. 6610	SEM PLACA
RETRO ESCAV. E PÁ CARREG.		
120	RETRO ESCAVADEIRA AGRALE	SEM PLACA
121	RETRO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND	SEM PLACA
122	RETRO ESCAVADEIRA 5065-4	SEM PLACA
REBOQUE DE CARGA		
123	REBOQUE DE CARGA AMADIESEL	SEM PLACA
124	REBOQUE DE CARGA LAVRALE	SEM PLACA
125	REBOQUE DE CARGA LAVRALE	SEM PLACA
126	REBOQUE DE CARGA LAVRALE	SEM PLACA
127	REBOQUE DE CARGA LAVRALE	SEM PLACA
128	REBOQUE DE CARGA LAVRALE	SEM PLACA

Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR (BtDefNBQR-ARAMAR)		
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PLACA

AUTOMÓVEL DE PÁSSEIO		PLACA
1	NISSAN VERSA 1.6	EWJ7189
2	FORD KA HATCH 1.5	FUK6115
ÔNIBUS		PLACA
3	IVECO	EKD5H55
CAMINHONETA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS		PLACA
4	RENAULT MASTER	FRR6173
CAMINHONETA DE CARGA		PLACA
5	RENAULT MASTER CH CABINE	FSZ4A34
6	RENAULT MASTER CH CABINE	FVI5H81
CAMINHONETA USO MISTO		PLACA
7	Mitsubishi L-200	DIM8B39
8	Mitsubishi L-200	GAC7J67
9	Mitsubishi L-200	CUH1A49
10	Mitsubishi L-200	EH87E26
11	Mitsubishi L-200	EKU9I95
12	Mitsubishi L-200	FYP3E22
13	Mitsubishi L-200	BKH5C73
CAMINHÃO PIPA		PLACA
14	IVECO	HQH-6657
VIATURA OPERATIVA (militar)		PLACA
15	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
16	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
17	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
18	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
19	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
20	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
21	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1725	SEM PLACA
22	Caminhão Mercedes-Benz Atego 1720	SEM PLACA
23	AGRALE Marruá AM-1	SEM PLACA
24	AGRALE Marruá AM-1	SEM PLACA

CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO - CTMSP		
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PLACA
AUTOMÓVEL DE PASSEIO		PLACA
1	CIVIC SEDAN LXS	JJE0947
2	C-4 PALLAS GLX	EHE8493
3	408 SEDAN ALLURE	FBU8994
4	PALIO FIRE 1.0 8v	DJP1749
5	GOL POWER TOTAL FLEX 1.6Mi A/G 4p	CMW1738
6	SIENA EL 1.4 8v mpi Fire	FQC2903
7	SIENA EL 1.4 8v mpi Fire	FQJ2501
8	SANDERO EXPRESSION Hi-Power (N.Geracao)	FCO1799
9	FOCUS SEDAN 2L FC FLEX	KXJ5846
10	SENTRA SV(N.Geracao) 2.0 16v-CVT(FlexStart) A/G 4p	LTN6711

11	NEW VERSA SV 1.6 16v(FlexStart) A/G 4p	FZN0676
12	NEW VERSA SV 1.6 16v(FlexStart) A/G 4p	FJF8942
13	GOL TL MBV 1.6	FQG5735
14	GOL TL MBV 1.6	GAC2362
15	CÓROLA SEDAN GLI UPPER 1.8 16v (Aut.)	FNU8064
16	DOBLO ESSENCE 1.8 16v (7 Lug) (Flex)	ENN1590
17	NEW MARCH SV 1.6 16v CVT	DEI3A44
18	NEW MARCH SV 1.6 16v CVT	CUD0G59
19	NEW MARCH SV 1.6 16v CVT	FRU0D83
20	NEW VERSA S 1.6 16v(Flex)	FOP5J21
21	NEW VERSA S 1.6 16v(Flex)	CUL6E28
MICRO-ÔNIBUS		
22	MICRO-ÔNIBUS ACCELO 815 (EURO 5)	ENN-2177
ÔNIBUS		PLACA
23	ÔNIBUS RODOVIÁRIO VW/MASCA ROMA 42P DIES	EMU8G65
24	ÔNIBUS VW/MASCARELO IVECO/NEOBUS 50P DIES	EOB-4020
CAMINHONETA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS		PLACA
25	FIAT DUCATO	DBA2979
26	MASTER EXTRA VITRE FURGAO L3H2 2.3DCI 16V	EQU5946
27	TRANSIT 2.2 FURGAO 350(Longo) TDCi	LQV6246
28	DOBLO ESSENCE 1.8 16v (7 Lug) (Flex) A/G 5p	FWT-2346
CAMINHONETA DE CARGA		PLACA
29	DOBLÔ CARGO 1.4 8v	DJM0611
30	CORSA PICK-UP ST 1.6 MPFI Gas. 2p	CDV6549
31	MONTANA LS(N.Serie) 1.4 8v(Econo.Flex)	FED4016
32	STRADA WORKING Celebration (C.Dup)	FAU9838
33	BONGO K-2500 2.5 4x2 TB (NAC) Dies.	HOE0491
34	MONTANA LS(N.Serie) 1.4 8v(Econo.Flex)	PBJ1638
35	MASTER CHASSI CAB L2H1 2.3DCI 16V	FZT3A32
36	MONTANA LS(N.Serie) 1.4 8v(Econo.Flex)	GCH7I03
37	MONTANA LS(N.Serie) 1.4 8v(Econo.Flex)	GCL1D26
CAMINHONETA USO MISTO		PLACA
38	L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4	ECU 1C05
39	L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4	GEA 2J22
40	RANGER XLS (C.DUP) 4X4 2.2 4p DIES	ELO-1525
CAMINHÃO CARROCERIA CONVENCIONAL		PLACA
41	IVECO DAILY 45S17 (EURO 5)	FED-4008
CAMINHÃO (BAÚ)		PLACA
42	IVECO VERTIS 90V18 4X2 (BAÚ)	FED-4018
43	MERCEDES-BENZ 1214 C	JMY-3214
AMBULÂNCIA		PLACA
44	BOXER FURGAO 350(Ch.Longo T.Elevado) 2.3 JTD Dies. 4P	DJL-9326
45	RENAULT MASTER Reves A	BXD9G37
CAMINHÃO COMBATE A INCÊNDIO		PLACA
46	VOLKSWAGEN 17.800 MITREN BOM	CUN-4F66
EMPILHADEIRA À DIESEL		
47	Empilhadeira PALETRANS Retratil PR 20 l	SEM PLACA
48	Empilhadeira HELI Diesel ZSM-470	SEM PLACA

49	Empilhadeira HELI Diesel CPCD 80	SEM PLACA
	EMPILHADEIRA ELÉTRICA	
50	SKAN	SEM PLACA

CM CelTMS
Fls. 183
MSP
Rubrica
Defesa

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE OBJETO/SERVIÇO A CONTRATAR

Tratando-se de serviços comuns, o mercado possivelmente atenderá esta futura contratação em sua totalidade. Empresas potencialmente fornecedoras dos serviços:

Razão Social: TICKET SOLUCOES HDFGT S/A – TICKET LOG
CNPJ: 03.506.307/0001-57

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - PRIME
CNPJ: 05.340.639/0001-30

TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA – VALE CARD -
CNPJ: 00.604.122/0003-59

BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA
CNPJ: 03.817.702/0001-50

CARLETO GESTAO DE FROTAS LTDA
CNPJ: 08.469.404/0001-30

LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI
CNPJ: 12.039.966/0001-11

8. PREVISÃO DE ADESÃO À ATA DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

Observando o Acórdão 1297/2015 e limites estabelecidos pelo do Decreto 9.488/2018, este Centro manifesta-se favoravelmente à Adesão de outros órgãos ou entidades não participantes desta Ata de Registro de Preços em virtude da notória economia e celeridade, provocada pela desnecessidade de realização de novos processos. No entanto, a referida adesão está condicionada a estudo a ser realizado por tais órgãos e entidades não participantes, a fim de que demonstrem o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a Administração Pública Federal na utilização da Ata de Registro de Preços.

9. PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP

Observando o artigo 10º do Decreto 8.538/15, por não haver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, ficará afastada a exclusividade de participação de ME/EPP nesta licitação. Além disso, observando o artigo 6º do Decreto 8.538/15, devido os itens da licitação não possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ficará afastada a exclusividade de participação de ME/EPP nesta licitação. A pesquisa e as justificativas que fundamentam este fato foram expostas no processo.

10. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

A estimativa de preços está em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020, e de acordo com os preços de mercado, havendo compatibilidade dos quantitativos e dos custos com o projeto, tendo sido feita uma análise crítica a fim de evitar disparidades entre os preços coletados.

Foram encontrados preços para o presente processo licitatório no portal Painele de Preços, conforme consulta anexada nos autos, contudo NÃO são compatíveis com o objeto dessa licitação, portanto foram descartados; Para o fechamento da pesquisa de mercado, foram consultados 03 (três) fornecedores, sendo que somente 02 (dois) enviaram cotação de preço, até o presente momento, os demais fornecedores demonstraram interesse, contudo não enviaram orçamento, sem exposição do motivo;

A metodologia de pesquisa utilizada, dentre aquelas citadas na referida IN ("a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos"), foi a MEDIANA com análise criteriosa do mercado, considerando que as ARP encontradas referem-se a órgãos situados em estados diferentes da federação cujas condições são diferentes da realidade do estado de São Paulo, em consequência disso os custos vinculados aos serviços das mesmas são também desiguais;

A pesquisa de preços e o Mapa Comparativo de Preços, foram juntados ao processo. Considerando que esse tipo de objeto é utilizado por vários órgãos públicos, inclusive dentro das Forças Armadas, foram juntadas 03 (três) ATA de Pregão para comparar aos outros preços da pesquisa, tornando-a mais confiável.

A demanda dos serviços estimados foi calculada com base no relatório de gastos no período de 12 (doze) meses (20/DEZ/2016 a 20/DEZ/2017), vinculado ao último contrato de mesmo objeto sob o nº 42000/2016-067/00 e atualizado pelo IPCA acumulado de DEZ/2017 a MAR/2022 equivalente a 29,029740 %, com vistas a corrigir os custos pela variação da inflação do período para suprir adequadamente a necessidade imposta pela demanda atual, possibilitando o atendimento da necessidade de manutenção total da frota, considerando a aquisição de novos veículos e o envelhecimento da frota institucional. Objetivando atender o transporte de pessoal e material com segurança e eficiência, e mitigando os riscos de interrupções das atividades.

11. DEFINIÇÃO DE REAJUSTE

Dentro do prazo de vigência do Contrato os reajustes serão efetuados unilateralmente pela Contratante, por Aditivo, quando esta considerar que os valores encontram-se defasados em face da inflação, promovendo perda na sua capacidade de aquisição, sendo este procedido aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Em razão da natureza do objeto da licitação, e pelo fato de que a taxa de administração e os descontos sobre os preços dos itens foram cotados em percentuais, não caberá reajuste destes.

Os serviços efetuados pela rede de credenciados serão pagos/ressarcidos nas quantidades e qualidade efetivamente medidas, diminuídos dos eventuais descontos contratados, os preços desses poderão sofrer variação, de acordo com a sistemática do mercado, sem que isso importe em reajuste contratual.

Portanto, define-se como fixo e irrevogável os percentuais de desconto propostos pelo vencedor do certame que vier a ser contratado, não sendo alterados durante a vigência do contrato, excetuando-se os casos em que a empresa aceitar elevar o percentual de desconto.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

1) A Contratante deverá:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

d) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

e) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

CEITMSR M Def
Pis
CM

f) Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
I) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou superiores hierárquicos;
II) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
III) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
IV) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
g) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
h) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
i) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
j) Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, organogramas, termos de recebimento, contratos e aditivos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
l) Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
m) Fornecer a relação de veículos e usuários da Contratada autorizados a utilizar a plataforma de trabalho para os serviços de manutenção.
n) Realizar a aprovação/rejeição do orçamento, acompanhamento da realização dos serviços, averiguar se a empresa fez a colação do menor preço para a administração, determinando o que for necessário à regulamentação das falhas ou defeitos observados, recebendo e aceitação dos serviços/peças através de ateste das notas fiscais, bem como ateste eletrônico se for o caso.
o) Solicitar a substituição de estabelecimentos de atendimento cadastrados que forem considerados incompatíveis.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1) A Contratada deverá:
Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
A descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de frota para intermediação de fornecimento de serviços para manutenção preventiva, corretiva e preditiva da frota institucional, através de rede própria ou credenciada, com disponibilidade de sistema informatizado e integrado via internet, objetivando atender plenamente as necessidades do Contratante, os requisitos a seguir deverão ser alcançados:

Implantar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, o sistema integrado de gerenciamento de frota, sem ônus para a CONTRATANTE, bem como arcar com todas as despesas de instalação, manutenção e suporte dos equipamentos de transmissão de dados utilizados na operação do sistema.
Responsabilizar-se pelo desembolso necessário à implantação do sistema, tais como:
a) instalação dos equipamentos;
b) despesas relacionadas a softwares;
c) credenciamento de empresas na rede;
d) treinamento de pessoal e fornecimento de manuais de operação;
e) manutenção e suporte do sistema e dos equipamentos;
f) além de outros que forem necessários, todos a serem cobertos pela taxa de administração.
Os trabalhos de implantação pela CONTRATADA compreendem, entre outros especificados neste instrumento:

- a) distribuição e instalação de dispositivos de controle;
- b) parametrização do sistema, cadastramento de veículos e usuários;
- c) estudos da logística da rede de atendimento;

- d) estrutura de gestão;
- e) limites de crédito; e
- f) treinamento de usuários.

Garantir a compatibilidade do sistema implantado com a infraestrutura de Tecnologia da Informação existente na CONTRATANTE;

Fornecer credenciais para que os servidores designados acessem o sistema informatizado via internet, com diferentes perfis de operação, como por exemplo: solicitante, aprovador, orçamentista, motorista condutor, gestor, administrador, etc.;

Oferecer, sem ônus para a CONTRATANTE, programa de capacitação para todos os usuários envolvidos na utilização do sistema, com duração mínima de 8 (oito) horas, incluindo:

- a) operações de cadastramento, parametrização de limite de crédito;
- b) detalhamento dos procedimentos para utilização do ambiente web do sistema de gestão e para emissão de relatórios;
- c) informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las; e
- d) aplicação prática do sistema de acordo com o perfil do usuário.

Credenciar oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias, distribuidores de peças, pneus e baterias, centros de troca de óleo, alinhamento, balanceamento, borracharias, capotarias, funilarias, equipadoras, mecânicas especializadas em ar condicionado automotivo, lava rápido, bem como prestadores de serviços de transporte por guinchamento em suspenso para remoção e socorro mecânico, municípios de Sorocaba, Boituva e da grande São Paulo, ambos no estado de São Paulo, e nos municípios de Rezende, Itaguaí e do grande Rio de Janeiro, ambos no estado do Rio de Janeiro, sempre que houver interesse da CONTRATANTE;

Disponibilizar a relação e localização da rede credenciada nos municípios de interesse da CONTRATANTE, procedendo a atualização sempre que houver alterações;

Operacionalizar e manter disponível sistema informatizado online 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana;

Prestar serviços diversos de manutenção detectiva, preditiva, preventiva e corretiva de veículos/máquinas agrícolas/equipamentos, fornecer peças, acessórios e componentes, proceder reboques e guinchamentos, todos executados através da rede de oficinas mecânicas especializadas, concessionárias autorizadas, prestadores de serviços veicular de várias especialidades, centros automotivos multimarcas, borracharias, equipadoras, lava rápido, fornecedores varejistas de peças e afins, credenciados e disponibilizados pela CONTRATADA;

Atender plenamente as necessidades da CONTRATANTE no que diz respeito à gestão da frota abrangendo, além dos já citados expressamente, a lavagem, lubrificação, troca de óleo, alinhamento e balanceamento, serviços de borracharia, capotaria, funilaria, lanternagem e pintura, reparo de ar condicionado veicular, serviços elétricos, mecânica em geral, socorro mecânico, ademais dos serviços de reparo de motores automotivos diesel/gasolina;

O atendimento dos diversos serviços de manutenção e o fornecimento de peças deverá ocorrer por meio de rede própria ou credenciada, em caráter contínuo e ininterrupto, que inclui, entre outros, o fornecimento de pneumáticos, baterias e componentes, abrangendo todas as áreas e especialidades afetas à integridade dos veículos/máquinas agrícolas/equipamentos relativos a sua manutenção detectiva, preditiva, preventiva e corretiva, análise, avaliação, diagnóstico, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição, complementação e conservação;

Visando o aproveitamento da garantia dos veículos zero-quilômetro adquiridas pela Contratante, as revisões programadas serão obrigatoriamente realizadas nas concessionárias credenciadas da marca, conforme o caso;

Caso a CONTRATADA não possua em sua rede credenciada concessionária para a prestação dos serviços citados no subitem anterior, a Administração poderá, mediante a instrução do procedimento administrativo cabível, realizar os serviços diretamente com as autorizadas do fabricante, a fim de manter a garantia de seu veículo;

Os serviços de lavagem deverão ser disponibilizados compreendendo Lavagem Simples, Lavagem Completa e Lavagem completa com polimento;

Os serviços de socorro mecânico e guinchamento compreenderão:

- a) Reboque 24 (vinte e quatro) horas: Consiste nos serviços de socorro e/ou transporte através de veículo do tipo guincho em caso de acidente ou pane, podendo ser dentro ou fora das cidades mencionadas. Em caso de reboque de veículo, ele deverá ser encaminhado para oficina credenciada mais próxima de acordo com o tipo do veículo e o problema mecânico apresentado;*
- b) O Serviço de reboque, guincho e assistência de socorro mecânico, que será acionado mediante demanda da unidade, deverá estar apto a atender 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.*
- c) O serviço de reboque, prestado em regime de plantão, deverá dispor de número de telefone móvel (celular) para chamados diretos fora do horário normal de expediente, sem qualquer ônus para a Contratante.*

Na prestação dos serviços, a credenciada deverá:

Devolver os veículos/máquinas agrícolas/equipamentos para CONTRATANTE em perfeitas condições de funcionamento;

Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pelo gestor/fiscais da Contratante ou servidor designado;

Em casos específicos, a Contratante poderá não mais utilizar os serviços prestados pela oficina/estabelecimento credenciados da CONTRATADA, devendo esta ser comunicada dos fatos que motivaram a decisão, a fim de impedir os serviços do estabelecimento no sistema;

permitir que a Contratante realize fiscalização da execução dos serviços a serem prestados pela oficina credenciada;

Somente utilizar peças, materiais e acessórios genuínos, similares ou aqueles acertados entre a Contratante e a rede credenciada de estabelecimentos, desde que atendidas as recomendações do fabricante dos veículos/máquinas agrícolas/equipamentos e não podendo valer-se em nenhuma hipótese de itens recondicionados;

Atender com prioridade e agilidade as solicitações da CONTRATANTE referente à execução dos serviços;

NÃO APLICAR materiais/serviços nos veículos/máquinas agrícolas/equipamentos SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO, bem como prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratada;

Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos/máquinas agrícolas/equipamentos, devendo fornecer a relação delas e seus respectivos códigos, que serão verificados por servidor especialmente designado para esse fim;

Inspecionar o veículos/máquinas agrícolas/equipamentos da Contratante quando da entrada no estabelecimento credenciado providenciando o termo de vistoria prévia;

Deverá ser fornecido uma via do termo de vistoria preenchido para controle da Contratante;

Durante os testes de rua, porventura realizados pelas oficinas da rede credenciada, deverá ser utilizado identificação em local visível, nas portas laterais dos veículos da CONTRATANTE, indicando a execução de tal procedimento;

Responsabilizar-se civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da ação ou omissão que ocorram durante a realização dos serviços aprovados no sistema web via Ordem de Serviço – OS;

Disponibilizar profissionais qualificados para prestar os serviços de forma regular e eficiente;

Entregar os veículos/máquinas agrícolas/equipamentos, logo após a conclusão dos serviços, com todas as peças e componentes substituídos para conferência da CONTRATANTE;

O sistema web da CONTRATADA deverá promover a otimização e homogeneização das operações de manutenção automotivas realizadas, com o controle sobre todos os veículos e respectivos usuários.

Realizar cotação de preços de peças, acessórios e serviços de manutenção online/real time;

Fornecer, com a máxima rapidez possível, os orçamentos de materiais e serviços para manutenção de veículos através da rede de lojas e oficinas credenciadas;

Disponibilizar em tempo real (online), via sistema informatizado, todos os dados financeiros e operacionais relativos a cada serviço prestado, peças fornecidas ou serviços realizados, para visualização e controle do órgão CONTRATANTE;

Permitir que o servidor responsável pelo gerenciamento do sistema tenha pleno acesso às informações, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, peças fornecidas e serviços realizados, discriminados com os respectivos custos;

Disponibilizar sistema ou outro instrumento hábil similar, que possibilite que o gestor/fiscal efetue consulta online, tanto da tabela de preços padrão dos fabricantes de peças originais, quanto da tabela temporária (tempos padrão) de mão de obra das fabricantes de veículos;

Garantir a adoção da tabela temporária padrão do fabricante para o cálculo da hora/serviço pelos credenciados;

Possibilitar à Contratante realizar diretamente orçamentos para complementação/suplementação

dos orçamentos da contratada quando os bens ou serviços necessários não constarem nas tabelas padrão utilizadas;

Garantir que toda peça nova e original cobrada foi realmente instalada nos veículos da frota da CONTRATANTE, e que a rede credenciada devolva a CONTRATANTE todas as peças substituídas;

Utilizar equipamentos/ferramentas adequados para execução dos serviços objeto do contrato;

Possibilitar, durante a execução do contrato, que a CONTRATANTE inclua ou exclua veículos/máquinas agrícolas/equipamentos e motoristas, conforme sua necessidade e conveniência;

Adotar sistema de segurança de forma a garantir que não seja executado qualquer serviço em veículos/máquinas agrícolas/equipamentos que não estejam cadastrados na frota da CONTRATANTE;

Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à CONTRATANTE, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos ou em qualquer estabelecimento da rede credenciada, em idênticas hipóteses, ressalvado caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

Designar Preposto para atuar perante a CONTRATANTE para prestar todos os esclarecimentos necessários e atender as reclamações e solicitações que porventura surgirem durante a execução do contrato. Esse atendimento deverá ser feito de maneira contínua, inclusive nos finais de semana e feriados, a fim de garantir o permanente funcionamento da frota da CONTRATANTE;

Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da prestação dos serviços objeto do contrato, inclusive salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e fiscais, taxas, impostos, custos administrativos e outros porventura necessários, bem como qualquer prejuízo pessoal ou material causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, por quaisquer de seus funcionários, representantes ou prepostos envolvidos na execução do contrato;

Pagar pontualmente à rede credenciada pelos serviços prestados, materiais fornecidos e serviços realizados, ficando claro que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Regime de Execução:

Para a contratação será adotado o regime de execução por empreitada por preço unitário, uma vez que o preço é fixado por unidade determinada, ou seja serviço prestado, cujos pagamentos corresponderão à medição dos serviços efetivamente executados ao longo de cada mês, podendo estes variarem. Conforme TCU, este tipo de regime é o mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço, e cuja execução das "unidades" se

dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978/2013-Plenário, TC 007.109/2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013). Assim, na empreitada por preço unitário haverá a execução do contrato conforme a demanda, e esse regime de execução foi criado para resolver o problema da necessidade de fixar uma remuneração sem que se tivesse, desde logo, a quantidade exata do encargo a ser executado, o que se aplica perfeitamente a contratação pretendida.

A escolha pelo Sistema de Registro de Preços se justifica pela contratação enquadrar-se nos incisos I, III e IV do Art. 3º do Decreto no 7.892/2013, uma vez que os órgãos demandantes necessitam efetuar contratações frequentes e regulares, pois a aquisição das manutenções (peças/serviços) ocorrerão conforme necessidade da frota, sendo esta paga conforme consumo mensal, o que poderá variar. Ademais, os quantitativos apresentados são estimativos, pois aguarda definição orçamentária da CONTRATANTE para que possa proceder posterior contratação da totalidade ou não do objeto.

Consoante ao disposto legal, o prazo de vigência da futura ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, para a qual será admitida a adesão, isto se deve pela necessidade de fomentar na área de atuação do presente órgão o uso desse tipo de sistema, uma vez que tal permissão proporcionará a captação de maior amplitude de empresas interessadas em se cadastrar, além de atrair significativa parcela dos órgãos das distintas esferas interessados na mesma, o que garantirá preços mais acessíveis pela concorrência dos cadastrados. Portanto, fomentar a contratação dos órgãos da União quanto ao objeto da futura contratação é imprescindível para garantir a economicidade pela concorrência da rede credenciada, desta feita, ter a possibilidade de adesão a uma ata vigente que possa propiciar aquisições cruciais é de fundamental importância.

Em virtude da perenidade da necessidade pública a ser satisfeita por intermédio dos serviços objeto dessa licitação, o futuro contrato será firmado com possibilidade de prorrogação por até 60 (sessenta) meses, conforme dispõe o artigo 57,

CM CelTMS
Fis 186
RUBRICA
§1o, da Lei n. 8.666/93, bem como a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdão 1.737/2012-TCU- Plenário e Acórdão No 1604/2017 – TCU – Plenário, que se consolidou pela licitude da utilização do sistema de registro de preços (SRP) para contratação de serviços contínuos, desde que configurada uma das hipóteses delineadas nos dispositivos regulamentador, atualmente o art. 3º do Decreto 7.892/2013.

Além do exposto acima, considera-se importante e oportuno informar que a descontinuidade dessa contratação poderá acarretar no comprometimento da manutenção preventiva e corretiva de veículos/máquinas, além dos veículos operacionais/militares e de emergência e, conseqüentemente o aumento exponencial dos riscos à vida útil dos bens públicos, e principalmente, à vida dos passageiros e motoristas. Por outro lado, sua perenidade permitirá a implementações das ações planejadas de manutenções de curto, médio e longo prazos, proporcionando ganhos econômicos e de segurança para Administração.

Por não ser vantajoso a exclusividade no tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que estas não preponderam neste ramo, ademais de ser requerido que tenha uma saúde financeira razoável para manter o sistema e a rede credenciada, o CINA não adotará tal preferência ou mesmo cotas reservadas, conforme inciso III do artigo 48 da Lei Complementar no 123/2006, visto que isso representaria prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, e com fundamento no Art. 10, inciso II, do Decreto no 8.538/15, o benefício não será concedido no futuro pregão.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3o do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

13. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

Embora objeto deste presente processo licitatório seja divisível, não se optou pela contratação parcelada em grupos pois, conforme o estudo de mercado em contratações similares o parcelamento total (por item) não assegura ser técnica e economicamente viável, podendo causar perda de economia de escala, e não assegura aumento da competitividade e o aproveitamento de mercado, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário agrupando a demanda estimada de cada item à sua respectiva taxa de administração para o gerenciamento do mesmo, visto que, suas características individuais possibilitam a execução dos serviços de modo eficiente considerando o local da execução. Dessa forma tem-se a maior garantia para a preservação da integridade qualitativa do objeto licitado.

A contratação será composta por 2 (dois) grupos cada um subdividido em 2 (dois) itens, considerando o local da execução, para não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, não devendo o mesmo ser subdividido em mais itens ou grupos, visto que tal procedimento não amplia tampouco restringe a participação de licitantes. Ademais, em razão da compatibilidade e similaridade dos itens entre si, posto que na prática a taxa de administração é paga pelos serviços efetivamente prestados, o que permitirá uma melhor seleção de proposta em relação à economicidade, evitando a perda de economia de escala, sem descuidar dos princípios basilares das licitações públicas.

14. JUSTIFICAR A SOLUÇÃO APRESENTADA PARA CRITÉRIO DE JULGAMENTO (MENOR PREÇO GLOBAL OU UNITÁRIO). CASO UNITÁRIO, DISCRIMINAR SE POR EQUIPAMENTO, POR LOTE OU OUTROS

Devido ao reconhecimento das opções do mercado, o critério de julgamento das propostas será de menor preço Global do grupo.

A licitação será composta por 2 (dois) grupos, para cujos itens o licitante deverá apresentar proposta por meio de aplicação de percentual de desconto.

Para garantir a ampla participação dos fornecedores do ramo não foi atribuído percentual de desconto mínimo ou máximo de referência, restando aos mesmos apresentarem propostas consoante a capacidade para perfeita execução dos serviços, em virtude das peculiaridades das localidades em que deverão disponibilizar os serviços.

15. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS

Conforme apresentado no anexo II deste estudo, este processo reuniu as necessidades de Prestação de Serviços de caráter continuado de administração e gerenciamento de frota para intermediação de manutenção detectiva, preventiva, corretiva e preditiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços.

Assim, tais serviços estão estritamente em consonância com o princípio da eficiência, facilitando o controle e otimização da execução das atividades do órgão em seus mais variados aspectos, tais como a redução de custos, melhor gestão orçamentária, eliminação de burocracia, eliminação do desperdício de tempo no controle efetivo da frota, redução do volume de trabalho, tão essenciais ao cumprimento da missão da Contratante, e da continuidade das atividades inerentes ao desenvolvimento do PNM.

16. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não há necessidade de tomada de providências de adequações do ambiente do órgão para esta futura contratação

17. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objetivo final desta atual necessidade

18. EDITAL DE REFERÊNCIA ANTERIOR, CASO HAJA

O NUP 63230.003260/2016-19 refere-se a processo licitatório anteriormente elaborado e referência a este atual.

19. JUSTIFICATIVA PARA ENCAMINHAMENTO DO PROCESSO PARA PARECER AO GAM OU CJU/SP

Conforme características e aplicações dos objetos, o presente processo diz respeito a custeio, segundo parâmetros da Portaria 249, de junho de 2012, devendo ser analisado pela CJU.

20. APRESENTAR NÚMERO DE CATMAT OU CATSER

Os números de CATSER compõem a tabela referencial do Termo de Referência

21. INDICAR A CLASSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO COMO "CONFIDENCIAL OU SIGILOSO"

Os bens elencados neste processo são comuns de mercado e o mesmo, caracteriza-se como um processo licitatório (aberto a público e amplamente divulgado). Portanto, não haverá classificação do documento.

22. JUSTIFICATIVA PARA PERMISSÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO OU NÃO

Não haverá permissão de empresas reunidas em consórcio, pois tratam-se de bens comuns com valores baixos e com uma gama alta de empresas do ramo. Portanto, não há interesse das empresas em reunir-se para participar de tal certame.

23. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS OU NÃO

Não haverá permissão de cooperativas pois tratam-se de serviços comuns com grande oferta de mercado.

24. JUSTIFICATIVA PARA PERMISSÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação para esta contratação.

25. DEFINIÇÃO DO CÓDIGO E SUA RESPECTIVA DESCRIÇÃO DO REGISTRO NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) DO IBAMA OU JUSTIFICAR A OPÇÃO PELA NÃO OBRIGATORIEDADE DO CTF

Este item é um pré-requisito do guia de licitações sustentáveis da AGU e constatou-se através de consultas ao IBAMA que nenhum dos participantes da pesquisa de mercado possuem o cadastro. Portanto, sugere-se fortemente a dispensa desta exigência no TR.

CM
Fis 187
IBAMA
Rubrica
MSP
M

26. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Houve a consulta ao guia de licitações sustentáveis do AGU e todas as recomendações foram atendidas através do Termo de Referência.

27. DEFINIÇÃO DE OBRIGATORIEDADE NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES (MUNICIPAL OU ESTADUAL), CONFORME RAMO DE ATIVIDADE E OBJETO CONTRATUAL

Não haverá obrigatoriedade exclusivamente de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, cabendo à contratada manter regularizadas, até o final dessa contratação, todas as certidões exigidas no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

28. APRESENTAÇÃO DOS PRAZOS MÁXIMOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA A SEREM APRESENTADOS NO PROJETO BÁSICO

Consideram-se os prazos: Máximo de Execução de 365 dias corridos e Vigência de 365 dias corridos. Os serviços deverão ser iniciados na data da assinatura do contrato, e o sistema implantado no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da assinatura do mesmo. O sistema integrado de gerenciamento de frota, será parametrizado sem ônus para a CONTRATANTE, bem como a instalação, manutenção e suporte dos equipamentos de transmissão de dados utilizados na operação do sistema. Os serviços serão contratados por meio da celebração de instrumento específico escrito de contrato ou equivalente, o qual terá como termo inicial de vigência a data de sua celebração, e vigorará por 12 (doze) meses, admitidas prorrogações por iguais e sucessivos períodos, limitada a vigência ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme disposto no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Comprovado que a prorrogação do prazo de vigência contratual é vantajosa para a Administração, será ela formalizada por meio de instrumento de aditamento contratual.

29. APRESENTAÇÃO DO LOCAL DE EXECUÇÃO E/OU FORNECIMENTO

Local de entrega: Centro Industrial Nuclear de Aramar, endereço Estrada Vicinal Iperó-Sorocaba. Km 12,5 s/n, cidade Iperó/SP; CEP: 18560-000

30. APRESENTAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OS MESMOS DADOS A SEREM INSERIDOS NA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (DAO)

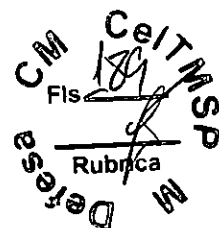
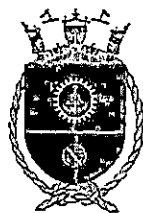
Programa: 2058 – Política Nacional de Defesa.
Ação: 14T7 – Descrição: Tecnologia Nuclear da Marinha.
Ação Interna: U499DV0.
Elemento de Despesa: 339039.19

31. APRESENTAÇÃO DO NÚMERO DE SOLICITAÇÃO DE COMPRA NO TOTVS/DATASUL

A(s) Solicitação(ões) de Compra(s) consta(m) no sistema Datasul-Totvs sob o(s) nº 112.842

32. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos anteriores apresentados por este Estudo Técnico Preliminar, declaramos a viabilidade desta futura contratação.



MARINHA DO BRASIL
CENTRO INDUSTRIAL NUCLEAR DE ARAMAR CINA

MAPA DE RISCOS

(X) Fase de Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

RISCO 01 - ATRASO NA CONTRATAÇÃO		
Probabilidade:	() Baixa	() Média
		(X) Muito Alta
Impacto:	() Baixa	() Média
		(X) Alta
Id	Dano	
1.	Atraso no processo de contratação e, conseqüentemente, atraso na prestação do serviço pretendido.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Instruir toda documentação em estrita observância à legislação atual, e observância ao trâmite interno, acompanhando todas as fases do processo.	Equipe de Planejamento da Contratação
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Exposição das leis e normas que embasarão a contratação do Objeto. Realização de diligências para acompanhamento do processo.	Equipe de Planejamento da Contratação
RISCO 02 - LICITAÇÃO FRACASSADA		
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média
		() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média
		(X) Alta
Id	Dano	
1.	Licitação sem nenhum interessado ou sem nenhum selecionado	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Utilizar a experiência da gerência para orçar e cotar o objeto da contratação.	Requisitante/ Equipe de Planejamento da Contratação
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Fazer um mapeamento de todas as empresas capacitadas que atuem na área e convidá-las a participar do processo licitatório.	Requisitante/ Equipe de Planejamento da Contratação
RISCO 03 - OBSOLESCÊNCIA DO ORÇAMENTO		
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média
		() Alta
Impacto:	() Baixa	(X) Média
		() Alta
Id	Dano	

1.	Risco de vencimento da proposta por sobrestamento		
2.	Recusa do licitante em manter a proposta.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Verificar e controlar as vigências das propostas e acordo coletivo		Requisitante/ Equipe de Planejamento da Contratação
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Solicitar a revalidação da proposta.		Requisitante/ Equipe de Planejamento da Contratação
RISCO 04 - ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO/ESCOPO MAL DEFINIDOS			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id	Dano		
1.	Requisitos/Especificação da Contratação que possam ser erroneamente interpretados pelos licitantes.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Elaborar uma especificação detalhada do serviço a ser prestado com todos os detalhes da contratação, incluindo as condições, medições e funções pretendidas.		Requisitante/ Equipe de Planejamento da Contratação
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Analisar os pontos que possam ser questionados, tomando por base as condições do mercado atual.		Requisitante/ Equipe de Planejamento da Contratação
RISCO 05 - QUANTITATIVO INADEQUADO			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id	Dano		
1.	Estimativa de quantidade inadequada		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Identificar as necessidades, fazendo um planejamento adequado de acordo com a necessidade atual.		Requisitante/ Equipe de Planejamento da Contratação
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Revisar os quantitativos com avaliação e confirmação dos mesmos		Requisitante/ Equipe de Planejamento da Contratação

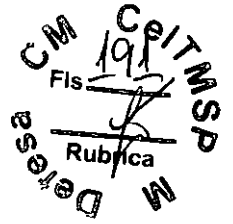


(X) Fase de Gestão do Contrato

RISCO 01 - EMPRESA NÃO EXECUTA O SERVIÇO CORRETAMENTE		
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média () Alta
Impacto:	() Baixa	() Média (X) Alta
Id	Dano	
1.	Não execução dos serviços.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Solicitar manifestação da empresa, utilizando instrumentos legais, se for o caso.	Gestor do Contrato
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Nova contratação/licitação.	Requisitante/ Equipe de Planejamento da Contratação
RISCO 02 - EXECUÇÃO CONTRATUAL EM NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE E QUALIDADE ABAIXO E/OU DIFERENTES DO CONTRATADO		
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa	(X) Média () Alta
Id	Dano	
1.	Recebimento de serviço em desacordo com o contrato.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Estabelecer as rotinas e parâmetros de fiscalização	Fiscais de Contrato
2.	Controlar e documentar o acompanhamento da execução do contrato em relação à produtividade/qualidade do serviço.	Fiscais de Contrato
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Ajuste do valor a ser pago pelo serviço por meio da aplicação do Acordo de Níveis de Serviço	Fiscais de Contrato
2.	Realizar reuniões com a empresa	Fiscais de Contrato
3.	Maior fiscalização	Fiscais de Contrato
4.	Abertura de Processo Administrativo de Penalização e aplicação de sanções previstas no Edital/Contrato	Coordenação de Compras e Contratos
RISCO 03 - FISCALIZAÇÃO INADEQUADA DO CONTRATO		
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média () Alta
Impacto:	() Baixa	() Média (X) Alta
Id	Dano	
1.	Recebimento de serviço em desacordo com o contrato	
2.	Não cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada	
3.	Pagamento indevido	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Compatibilizar o quantitativo e a complexidade dos contratos com o número de fiscais de contrato	Direção de Administração e Planejamento
2.	Capacitar o fiscal	Direção de Administração e Planejamento
3.	Disponibilizar manuais e modelos de documentos aos fiscais do contrato	Coordenação de Compras e Contratos
4.	Documentar o acompanhamento da fiscalização	Fiscais do Contrato

Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Capacitação específica para os gestores e fiscais do contrato, com foco nas falhas observadas		Direção de Administração e Planejamento
2.	Designação de novos fiscais		Direção de Administração e Planejamento

RISCO 04 - FALTA DE VERBA			
Probabilidade:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Id	Dano		
1.	Falta de recursos financeiros para atender a prestação de serviço.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Acompanhar o consumo do saldo autorizado.		Requisitante/ Equipe de Planejamento da Contratação
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Verificar possibilidade de transferir recurso de outra coordenadoria.		Requisitante/ Equipe de Planejamento da Contratação



MARINHA DO BRASIL
CENTRO INDUSTRIAL NUCLEAR DE ARAMAR CINA

MATRIZ DO MAPA DE RISCOS

		PROBABILIDADE				
IMPACTO		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO ALTO	3	4			
	ALTO	2	10	6		
	MÉDIO	1	2	6	4	
	BAIXO	1	1	2	3	4
	MUITO BAIXA	1	1	1	2	3

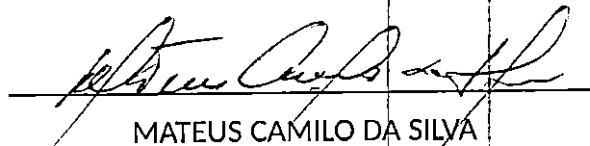
CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA PROBABILIDADE

	Descrição	Critério	Classificação
	Muito Alto	5	Risco 01;
	Alto	4	Risco 04;
	Médio	3	Risco 03; Risco 02;
	Baixo	2	Risco 02; Risco 05; Risco 06; Risco 01; Risco 03;
	Muito Baixo	1	

CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA IMPACTO

	Descrição	Critério	Classificação
	Muito Alto	5	Risco 01
	Alto	4	Risco 02; Risco 04; Risco 05; Risco 06; Risco 01; Risco 03;
	Médio	3	Risco 03; Risco 02;
	Baixo	2	
	Muito Baixo	1	

RESPONSÁVEL



MATEUS CAMILO DA SILVA
Primeiro-Tenente (AA)
Divisão de Transporte

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

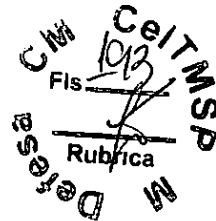
Nº 01 Prazo de atendimento de demandas (Ordem de Serviço)	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	Parâmetros da Proposta apresentada e aceita pela Administração (Gestor/Fiscais).
Instrumento de medição	Prazo previsto na proposta.
Forma de acompanhamento	No local da execução.
Periodicidade	Conforme prazo de conclusão estimado na Proposta aprovada pela Administração.
Mecanismo de Cálculo	Cada serviço será verificado e valorado por item contido na Ordem de Serviço Individualmente. O tempo gasto para conclusão/horas da proposta = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da Proposta De 1 a 1,5 - 95% do valor da Proposta De 1,5 a 2 - 80% do valor da Proposta
Sanções	20% das propostas acima de 2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total faturado no mês da ocorrência da falha 30% das propostas acima de 2 - multa de 15% (quinze por cento) + rescisão contratual
Observações	A metodologia de verificação tomará como base o Prazo previsto para a conclusão total do serviço, por Ordem de Serviço, contido na proposta da Empresa que ofertou o melhor preço por ocasião da pesquisa de mercado via sistema web. O prazo de conclusão será contado a partir da data de aprovação da Ordem de Serviço.

Nº 02 Conformidade dos itens fornecidos em relação à Ordem de Serviço (aprovada pela Administração)	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento de qualidade às demandas do órgão.
Meta a cumprir	Parâmetros da Proposta apresentada e aceita pela Administração (Gestor/Fiscais).
Instrumento de medição	Marcas dos produtos previsto na proposta.
Forma de acompanhamento	No local da execução.
Periodicidade	Durante o prazo de execução estimado na Proposta aprovada pela Administração.
Mecanismo de Cálculo	Cada serviço será verificado e valorado por item contido na Ordem de Serviço Individualmente. A qualidade (marcas) dos produtos utilizados na execução/marcas da proposta = X
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	X até 1 - 100% do valor da Proposta De 1 a 1,5 - 95% do valor da Proposta De 1,5 a 2 - 80% do valor da Proposta
Sanções	20% das propostas acima de 2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total faturado no mês da ocorrência da falha 30% das propostas acima de 2 - multa de 15% (quinze por cento) + rescisão contratual
Observações	A metodologia de verificação tomará como base as marcas (qualidade) dos produtos previstos para a execução do serviço, por Ordem de Serviço, contido na proposta da Empresa que ofertou o melhor preço por ocasião da pesquisa de mercado via sistema web. O acompanhamento da qualidade dos produtos ocorrerá durante todo o período de execução conforme aprovação da Ordem de Serviço.

Iperó-SP, 07 de 02 de 2022

Francisco de Assis Silva
FRANCISCO DE ASSIS SILVA

Primeiro-Tenente (GA)
Encarregado da Divisão de Transportes



RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00063/2023-000 SRP

1 - Itens da Licitação

1 - Administração / gerenciamento-manutenção veículo automotivo

Descrição Detalhada: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS - serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleo de motor, lubrificantes etc.), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes ao CINA e BtlDefNBQR-ARAMAR (local de execução, Iperó/SP)

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não
Quantidade Total: 12
Quantidade Mínima Cotada: null
Critério de Julgamento: Maior Desconto
Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável
Valor Unitário (R\$): 93.881,43
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Quantidade Máxima para Adesões: 24
Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,01
Local de Entrega (Quantidade): Ipero/SP (12)
Grupo: G1

2 - Administração / gerenciamento-manutenção veículo automotivo

Descrição Detalhada: TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não
Quantidade Total: 12
Quantidade Mínima Cotada: null
Critério de Julgamento: Maior Desconto
Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável
Valor Unitário (R\$): 1.304,04
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Quantidade Máxima para Adesões: 24
Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,01
Local de Entrega (Quantidade): Ipero/SP (12)
Grupo: G1

3 - Administração / gerenciamento-manutenção veículo automotivo

Descrição Detalhada: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS - serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleo de motor, lubrificantes etc.), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes ao CTMSP (local de execução, São Paulo/SP)

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não
Quantidade Total: 12
Quantidade Mínima Cotada: null
Critério de Julgamento: Maior Desconto
Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável
Valor Unitário (R\$): 30.882,04
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Quantidade Máxima para Adesões: 24
Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,01
Local de Entrega (Quantidade): São Paulo/SP (12)
Grupo: G2

4 - Administração / gerenciamento-manutenção veículo automotivo

Descrição Detalhada: TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 12

Quantidade Mínima Cotada: null

Critério de Julgamento: Maior Desconto

Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Valor Unitário (R\$): 428,96

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Quantidade Máxima para Adesões: 24

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): São Paulo/SP (12)

Grupo: G2

2 - Composição dos Grupos

Grupo 1			
Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento
1	Administração / gerenciamento-manutenção veículo automotivo	12	UNIDADE
2	Administração / gerenciamento-manutenção veículo automotivo	12	UNIDADE

Grupo 2			
Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento
3	Administração / gerenciamento-manutenção veículo automotivo	12	UNIDADE
4	Administração / gerenciamento-manutenção veículo automotivo	12	UNIDADE

Ofício nº 253/2024-DPGE

São Luís (MA), 19 de março de 2024.

A Sua Senhoria
RENATA NUNES FERREIRA
Representante da empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA
EMPRESARIAL LTDA.
Assunto: **Solicitação de Adesão a ARP de N.º 42050/2023-ARP-081**

Prezada Senhora,

Cumprimentando-o cordialmente, a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ nº 00.820.295/0001-42, sediada na Avenida Júnior Coimbra, nº 215, Bairro: Renascença II, São Luís/MA, vem manifestar interesse em aderir à ARP - Ata de Registro de Preços nº 42050/2023-ARP-081 da Marinha do Brasil, oriunda do Processo administrativo nº 63232.001934/2021-98, Pregão Eletrônico SRP nº 063/2023, cujo objeto corresponde no "Registro de Preços para a eventual contratação de empresa especializada nos serviços de Administração e gerenciamento de frota para intermediação de manutenções detectiva, preventiva, corretiva e preditiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços, em atendimento as necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMSP, Centro Industrial Nuclear de ARAMAR – CINA e do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR (BtIDefNBQR-ARAMAR), especificado nos grupos 1 e 2 do termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 063/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independente de transcrição. Tendo como vencedora do certame a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. inscrita no CNPJ Nº 05.340.639/0001-30.

Dessa maneira, se apresenta conforme Tabela contida na Ata de Registro de Preços nº 42050/2023-ARP-081 da Marinha do Brasil, o descritivo dos serviços, quantitativos e valores para solicitação de adesão.



PRIME CONSULTORIA A ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

Calçada Canopo, n.º 11 – 2º andar – sala 03 – Centro de Apoio II – Alphaville, Santana de Parnaíba-SP CEP: 06.502-160

CNPJ: 05.340.639/0001-30

RENATA NUNES FERREIRA – Representante da Empresa

RG: 48.537.010-4 SSP/SP CPF: 371.237.288-40

Contato: (19) 3518-7000 e (19) 3518-7021 E-mail: licitaprime@primebeneficios.com.br

GRUPO 1

Item	Descrição	Un	Quant	Desconto %	Valor Unit.	Valor Total
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS – serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleos de motor, lubrificantes, etc), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes a Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE/MA.	MÊS	12	17,02%	R\$ 38.951,4012	R\$ 467.416,8144
2	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	MÊS	12	99,99%	R\$ 0,0652	R\$ 0,7824
Valor Total Grupo 1						R\$ 467.417,5968

GRUPO 2

Item	Descrição	Un	Quant	Desconto %	Valor Unit.	Valor Total
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS – serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleos de motor, lubrificantes, etc), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes a Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE/MA.	MÊS	12	17,02%	R\$ 12.812,9584	R\$ 153.755,5008
4	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	MÊS	12	99,99%	R\$ 0,0214	R\$ 0,2568
Valor Total Grupo 2						R\$ 153.755,7576
VALOR TOTAL GLOBAL GRUPO 1 + GRUPO 2					R\$ 621.173,3544	



Tabela com o quantitativo e valores detalhados:

GRUPO 1								
Item	Descrição	Un	Qtd	Valor Unit.	Valor Global sem desconto	Desconto ofertado	Valor Unit. Com Desconto	Valor Total cor desconto
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS – serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleos de motor, lubrificantes, etc), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes a Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE/MA.	MÊS	12	R\$ 46.940,71	R\$ 563.288,52	17,02%	R\$ 38.951,4012	R\$ 467.416,813
2	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	MÊS	12	R\$ 652,02	R\$ 7.824,24	99,99%	R\$ 0,0652	R\$ 0,7824
Valor Total Grupo 1								R\$ 467.417,596
GRUPO 2								
Item	Descrição	Un	Qtd	Valor Unit.	Valor Global sem desconto	Desconto ofertado	Valor Unit. Com Desconto	Valor Total cor desconto
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS – serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleos de motor, lubrificantes, etc), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes a Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE/MA.	MÊS	12	R\$ 15.441,02	R\$ 185.292,24	17,02%	R\$ 12.812,9584	R\$ 153.755,500
4	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	MÊS	12	R\$ 214,48	R\$ 2.573,76	99,99%	R\$ 0,0214	R\$ 0,2568
Valor Total Grupo 2								R\$ 153.755,757
VALOR TOTAL GLOBAL GRUPO 1 + GRUPO 2							R\$ 621.173,3544	

Outrossim, informamos que a referida adesão, importa em um valor total de **R\$ 621.173,35 (Seiscentos e vinte e um mil, cento e setenta e três reais e trinta e cinco centavos).**



Oportunamente, disponibilizamos o endereço de e-mail: servtransp@ma.def.br e o telefone de contato (98) 988025350 e (98) 3221 6110, Ramal 3020 – Divisão de Logística e Consumo Consciente, para quaisquer esclarecimentos.

Na oportunidade, aproveitamos o ensejo para registrar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Gabriel Santana Furtado Soares
Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão



OFÍCIO DE DEFERIMENTO

Empresa: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

CNPJ: nº 05.340.639/0001-30 | Insc. Estadual: nº 623.051.115 | Insc. Municipal: nº72270

Endereço: Calçada Canopo, nº 11, 2º andar, Sala 03 – Centro Apoio II, Bairro Alphaville. Santana do Parnaíba / SP - CEP 06.541-078

Tel.: (19) 3518 – 7000 | (19) 3518 – 7021 | WhatsApp: (19) 99654 - 2970

E-mail: novoscontratosprime@primebeneficios.com.br

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

CNPJ: 00.820.295/0001-42

END: R ESTRELA, 421 – PRAIA GRANDE

SÃO LUIS - MA

CEP: 65010 - 200

NOME: CATARINA PINHEIRO SILVA

TELEFONE: (98) 988025350

E-MAIL: SERVTRANSP@MA.DEF.BR

CARGO/SETOR: CHEFE DA DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

ASSUNTO: DEFERIMENTO – MANUTENÇÃO

Em resposta à solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 81/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 63/2023, informo que a empresa é favorável ao pedido nos quantitativos e valores informados, nas mesmas condições sendo que a Autorização não prejudicará o bom andamento e fornecimento para com a Gestora.

OBJETO: Contratação de empresa especializada nos serviços de administração e gerenciamento de frota para intermediação de manutenções detectiva, preventiva, corretiva e preditiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços, em atendimento as necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo -CTMSP, Centro industriai Nuclear de ARAMAR - CINA e do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de ARAMAR (BtlDefNBQR-ARAMAR), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL OFERTADO
Contratação de empresa especializada nos serviços de administração e gerenciamento de frota para intermediação de manutenções detectiva, preventiva, corretiva e preditiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços, em atendimento as necessidades da Defensoria Pública - MA -conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	-17,02%

www.primebeneficios.com.br

Rua Calçada Canopo, 11 | Sala 03 - Andar 2 - Centro de Apoio II
Alphaville - Santana de Parnaíba-SP | CEP: 06541-078

(11) 4154-2398



Aguardaremos o Contrato de Adesão nas mesmas condições propostas em Minuta de Contrato no Edital do órgão gerenciador.

A validade deste deferimento é de 30 (trinta) dias corridos.

A Prime Benefícios tem o prazer de lhe dar as boas-vindas como cliente.

Trabalhamos para oferecer as melhores soluções, tecnologia e um atendimento de qualidade, de forma a garantir a excelência nos serviços prestados.

Santana do Parnaíba/SP, 25 de março de 2024.

RENATA NUNES

FERREIRA:37123728840

Assinado de forma digital por
RENATA NUNES
FERREIRA:37123728840
Dados: 2024.03.25 09:03:58 -03'00'

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

RENATA NUNES FERREIRA

CPF 371.237.288-40

(19) 3518-7000 – Ramal 7021



www.primebeneficios.com.br

Rua Calçada Canopo, 11 | Sala 03 - Andar 2 - Centro de Apoio II
Alphaville - Santana de Parnaíba-SP | CEP: 06541-078

(11) 4154-2398



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O Presente estudo técnico preliminar tem por objetivo evidenciar o problema a ser resolvido que é de contratação de empresa de gerenciamento de frotas para a manutenção dos veículos da Defensoria Pública do Estado do Maranhão e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, em consonância com os objetivos da Administração de observância da economicidade aliada à qualidade.

2. OBJETIVO

Assegurar a viabilidade técnica e a razoabilidade da contratação de empresa especializada nos serviços de Administração e Gerenciamento de frota para intermediação de manutenções detectivas, preventivas, corretivas e preditivas da frota institucional, por meio de Sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas de execução dos serviços, em atendimento às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade da contratação de gerenciamento da frota para o gerenciamento e administração de frota para intermediação das manutenções, é necessária em função da simplificação dos procedimentos e das rotinas de controle das manutenções da frota, uma vez que o sistema permite ter maior controle dos serviços prestados, e com reduzido quadro de servidores da instituição, que acumula diversas funções. O sistema informatizado, via internet, permite agilidade nos procedimentos, obtenção de informações sobre cada serviço realizado em tempo real, o que facilita o controle e gestão dos mesmos, resultando em maior eficiência e economicidade para a Administração Pública.

Registra-se que a frota de veículos da Defensoria, assim como a própria Instituição se encontram em plena expansão, com o incremento de novos veículos e unidades móveis de atendimento que requerem constantemente de serviços de manutenção, haja vista que as atividades e ações desenvolvidas por esses veículos geralmente se dão sobre estradas cuja pavimentação irregular causa avarias nos veículos.

Dessa maneira, o uso da tecnologia empregada, facilita a gestão da manutenção à medida que oferece um sistema capaz de monitorar ao mesmo tempo, as intervenções mecânicas e os gastos efetuados, oferecendo relatórios de consumo.

Por fim, seguindo os preceitos de economicidade da Gestão, estuda-se para essa contratação a ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigentes de várias instituições.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação objeto deste estudo preliminar, consta:

- a) Caracterização da frota de veículos da contratante;
- b) Definição exata da quantidade e dos municípios em que a contratada deverá disponibilizar oficinas e rede credenciada a serviços de reparo;
- c) Definição dos serviços a serem executados;
- d) Definição do valor estimativo da contratação, com a respectiva taxa de administração;
- g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional que comprove a prestação anterior de serviço similar, emitido por órgão da

Av. Júnior Coimbra, Quadra 21, Lote 02, Nº 215, Loteamento Jaracaty, Bairro: Renascença II

São Luís/MA CEP: 65075-698 CNPJ nº 00.820.295/0001-42

Fone / Fax: (098) 3221-6110 - Ramal: 210

Site: www.defensoria.ma.def.br

E-mail: servtransp@ma.def.br



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

administração pública ou empresa privada, devendo constar do atestado emitido pelas pessoas jurídicas de direito privado o nome completo do signatário, o número do CPF, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do pregoeiro e equipe de apoio;

h) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços, que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A contratação de empresa especializada no gerenciamento de rede credenciada para manutenção de veículo, atendendo à demanda da Administração, onde a necessidade surgir. Neste modelo de contrato, determinada empresa gerencia para terceiros o serviço de abastecimento veicular mediante cartões personalizados com senhas individuais, que podem ser utilizados em qualquer posto da rede credenciada. Ao final do período contratualmente estipulado, a contratada expedirá o faturamento dos abastecimentos realizados. A Administração pagará à gerenciadora, não integrando o contrato administrativo as obrigações desta com os postos de combustíveis, que serão remunerados com base em relação de direito privado firmada com a empresa de gerenciamento. Assim, a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, o gerenciamento informatizado do fornecimento de combustíveis para abastecimento de sua frota. A rede credenciada de postos de abastecimento não se limita apenas a localidade da sede da contratante, mas poderá atender demandas de âmbito estadual, regional ou nacional. Na prática, o agente público autorizado efetua o abastecimento de veículo em qualquer dos postos credenciados pela empresa gerenciadora, por meio da utilização de um cartão magnético, obrigando-se esta última a apresentar relatórios de gastos (consumo), preços praticados, identificação do usuário e dos postos de combustíveis fornecedores. O gerenciamento e controle de todas as operações efetuadas serão mais eficazes por meio de rede credenciada, garantindo maior transparência. O sistema também proporciona ao gestor do contrato melhor agilidade nas cotações junto às empresas da rede credenciada. O sistema propiciará também o completo gerenciamento da situação de cada veículo quanto ao seu consumo. A cobertura da rede de abastecimento deve garantir a disponibilidade e ampla cobertura de atendimento, sem que seja necessária utilização de outros meios para suprir as necessidades durante seus deslocamentos

Diante disso, a solução que se propõe para atender a frota e grupos geradores desta Defensoria Pública do Estado do Maranhão, é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento de frota para intermediação das manutenções dos veículos, mediante a utilização de sistema informatizado e de recursos tecnológicos, por meio de internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, utilizando-se para tanto o critério de ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que oferecer a menor taxa de administração com maior percentual de desconto a fim de garantir a economicidade da Instituição, ao tempo em que oferece ampla rede de atendimento em postos credenciados.

6. SOBRE O SISTEMA DE GERENCIAMENTO:

A CONTRATADA deverá implementar um sistema integrado através do uso de tecnologia de **cartões magnéticos** para os veículos e senhas para os condutores, visando a execução e controle eficientes dos serviços prestados. O sistema de Gerenciamento deverá conter:

- informatização dos controles através de sistema integrado de gestão de frota, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam controle total dos gastos com combustíveis;
- controle e gestão de consumo e custos, que ficará a cargo do Fiscal e Gestor do Contrato, sendo que a CONTRATADA deverá garantir que os preços dos combustíveis na rede

Av. Júnior Coimbra, Quadra 21, Lote 02, Nº 215, Loteamento Jaracaty, Bairro: Renascença II

São Luís/MA CEP: 65075-698 CNPJ nº 00.820.295/0001-42

Fone / Fax: (098) 3221-6110 - Ramal: 210

Site: www.defensoria.ma.def.br

E-mail: servtransp@ma.def.br



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

credenciada não poderão ultrapassar os valores à vista praticados pelo mercado;

c. identificação do veículo: marca/modelo, ano de fabricação, chassi, placa, tipo de combustível, capacidade do tanque, autonomia de rodagem km/litro e outros do interesse da DPE/MA; e

d. controle de abastecimento de veículo: data, hora, tipo de combustível, quantidade de litros, saldo anterior, valor total da despesa, saldo atual do cartão, local de abastecimento, identificação do condutor e hodômetro.

7. RELATÓRIOS GERENCIAIS:

A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios gerenciais, operacionais e cadastrais informatizados para cada veículo, contendo:

a. identificação do veículo: marca/modelo, ano de fabricação, chassi, placa, tipo de combustível, capacidade do tanque, autonomia de rodagem km/litro e outros do interesse da DPE/MA;

b. controle de abastecimento de veículo: data, hora, tipo de combustível, quantidade de litros, saldo anterior, valor total da despesa, saldo atual do cartão, local de abastecimento, identificação do condutor e hodômetro;

c. cadastro dos veículos: marca, modelo, ano de fabricação, chassi, cor e placa;

d. cadastro de usuários: gestores e motoristas;

e. relatório de consumo de combustíveis: por veículo, combustível, data; e

f. outros relatórios de interesse da .

8. CONTROLE E SEGURANÇA DO SISTEMA:

a. O controle e segurança do sistema deverá adotar sistema de segurança que vincule o cartão ao veículo, de forma que impeça a realização de manutenção de outros veículos que não sejam autorizados pelo CONTRATANTE, permitindo o controle sobre todas as manutenções, veículos e condutores.

b. A CONTRATADA deverá disponibilizar senhas individuais para os servidores indicados pelo CONTRATANTE.

c. O uso do cartão para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário.

d. O bloqueio do uso do cartão de veículo deverá ser realizado pelo fiscal através do sistema.

e. Sempre que houver necessidade deverá ser possível a troca periódica ou a validação de senha pessoal.

f. O cancelamento do cartão somente será feito pelo CONTRATANTE através do fiscal ou gestor.

g. O uso indevido de cartão do veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo CONTRATANTE, se constatado, será considerado falha no sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela CONTRATADA.

h. A CONTRATADA não será responsável por nenhum reembolso de valor decorrente do uso de cartão perdido, furtado ou roubado que não for bloqueado pelo CONTRATANTE.

i. A CONTRATADA deverá disponibilizar cartões magnéticos individuais para



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

identificação dos veículos e realização de manutenção na rede credenciada, sem ônus ao CONTRATANTE no primeiro fornecimento.

- j. Os cartões magnéticos poderão ser substituídos pela CONTRATADA, individualmente, sem ônus adicional ao CONTRATANTE, quando ocorrer desgaste natural ou se verificar a necessidade técnica de substituição do cartão magnético.
- k. Acarretará em ônus da reposição do cartão magnético ao CONTRATANTE, que repassará o custo de reposição ao condutor usuário do cartão, nos casos comprovados de má utilização ou extravio.
- l. Os cartões de manutenção dos veículos deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2.

9. METODOLOGIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- a. A CONTRATADA deverá fornecer inicialmente 19 (dezenove) cartões magnéticos a serem utilizados nas manutenções dos veículos, 3 (três) para os grupos geradores, pertencentes à DPE e locados pela Instituição, com valores variáveis determinados pela cota de combustível a cada veículo. Anexo I
- b. A CONTRATADA deverá fornecer, ainda, 02 (Dois) cartões de reserva que servirão para atender qualquer veículo em situação emergencial, utilização para veículos recém adquiridos enquanto aguarda a emissão do cartão original, geradores quando conveniente, como também abastecer veículos locados.
- c. As solicitações de crédito correspondentes à manutenção, caso a caso, serão feitas pelo fiscal.
- d. A CONTRATADA providenciará os cartões magnéticos impressos, identificando a CONTRATANTE, a saber: Defensoria Pública do Estado do Maranhão, incluindo o número da placa do veículo, cor, modelo para o referido veículo, e no caso dos grupos geradores, será incluído a numeração de identificação do referido grupo gerador, quando for o caso.
- e. A empresa deverá observar os valores de crédito determinados pelo fiscal para cada cartão, conforme o caso.
- f. O CONTRATANTE, atendendo às necessidades de serviço, poderá solicitar o remanejamento dos créditos não utilizados para outros cartões, ou reutilizá-los da forma que julgar mais conveniente aos interesses da Administração.
- g. A CONTRATADA deverá substituir os cartões magnéticos que tenham perdido a validade, que apresentarem defeitos que impeçam a sua utilização ou que tenham sido extraviados em, no máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação da CONTRATANTE.
- h. A CONTRATADA deverá emitir mensalmente, ou sempre que solicitado, relatórios de dados contendo a movimentação de cada veículo, acompanhando as Notas Fiscais de cobrança pelos serviços prestados que serviram de base para o faturamento.
- i. A CONTRATADA oferecerá rede credenciada de oficinas nas quais a Defensoria possui núcleos, Anexo II.

10. EQUIPAMENTOS E SOFTWARES:

- a. A CONTRATADA disponibilizará ao CONTRATANTE, para utilização durante o prazo de vigência contratual, equipamentos e softwares necessários à prestação dos serviços, devendo apresentar listagem contendo sua identificação e numeração.
- b. Disponibilizará, também, software de gerenciamento integrado, disponibilizando relatórios gerenciais de controle da situação (histórico de quilometragem, por exemplo) e das despesas de



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

manutenção de cada um dos veículos da frota.

- c. O sistema deverá consolidar os dados, permitindo a emissão de relatórios na base de gerenciamento da CONTRATANTE.
- d. O sistema deverá permitir a informatização dos dados de manutenção, quilometragem, custos, identificação dos veículos, identificação do portador do cartão, datas e horários, além do tipo de intervenção realizada.
- e. Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da CONTRATADA, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender o CONTRATANTE em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.
- f. O software fornecido pela CONTRATADA deverá ser submetido à aprovação do Setor de Logística responsável pela fiscalização do contrato.
- g. A CONTRATADA poderá subcontratar empresas especializadas, indicadas em sua proposta de preços, para execução dos serviços de instalação dos softwares, não se eximindo, contudo, de suas responsabilidades.

11. SUPORTE TÉCNICO:

- a. O atendimento do suporte técnico deve ser realizado de forma presencial, via chat, telefone, acesso remoto ou outro meio que viabilize tal atendimento, sem custo ao CONTRATANTE.
- b. O prazo para atendimento e solução de problemas de assistência técnica pela CONTRATADA não poderá ser superior a 4 horas em dias úteis e 8 horas em dias não úteis, considerando o horário comercial de 08h às 18h, devendo apresentar justificativa e solicitação de dilatação deste prazo por escrito, quando for o caso.

12. TREINAMENTO SIMPLES SOBRE O USO DO SISTEMA:

- a. A CONTRATADA deverá fornecer treinamento para gestores e servidores indicados pelo CONTRATANTE, visando o gerenciamento de todo o sistema de software utilizado para execução do serviço.
- b. O treinamento poderá ser substituído por manuais, cartilhas, tutoriais ou outro meio que possibilite o adequado uso do sistema, podendo inclusive ser disponibilizado por meio da internet.

13. PRAZOS

- a. A implantação do sistema de gerenciamento da manutenção deverá ocorrer imediatamente ao dia subsequente ao término do contrato findo, incluindo insumos necessários à operação do sistema, evitando assim, a paralisação dos serviços objetos desse contrato;
- b. Durante o mesmo prazo, os cartões magnéticos deverão ser encaminhados e entregues em sua totalidade com as devidas identificações;
- c. O início efetivo da prestação dos serviços dar-se-á com a implantação do sistema, devidamente testado e aprovado pelo CONTRATANTE;
- d. Considerando que o objeto a ser contratado consiste em serviço de natureza continuada, uma vez que sua interrupção pode comprometer as atividades finalísticas do Tribunal de Justiça, o contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo se estender por mais de um exercício financeiro, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

(cinco) anos, nos termos da Lei 8.666.

- e. Durante a execução do objeto, a média dos preços dos combustíveis será aferida de acordo com adivulgação da ANP – Agência Nacional de Petróleo.
- f. A taxa de administração, indicada na proposta, será fixa e irrevogável durante toda a vigência do contrato.
- g. Quanto a qualificação econômico-financeira, observado a Lei 8.666, a fim da licitante demonstrar a aptidão para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, deverão ser exigidos:

-Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante** ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente;

-Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

14. DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

A frota da Defensoria é composta pelos veículos e grupos geradores abaixo listados.

Item	Tipo de veículo/ Modelo	Marca	Placa	Tipo de Combustível
01	Caminhonete Hilux	Toyota	PTR 7D10	Diesel
02	Caminhonete Hilux	Toyota	PTR 7D14	Diesel
03	Caminhonete Hilux	Toyota	ROU8B46	Diesel
04	Caminhonete Hilux	Toyota	ROU8B44	Diesel
05	Caminhonete Hilux	Toyota	ROU8B43	Diesel
06	Caminhonete Frontier	Nissan	ROH 4G52	Diesel
07	Caminhonete Frontier	Nissan	ROH 1J02	Diesel
08	Caminhonete Frontier	Nissan	ROH 3D76	Diesel
09	Caminhonete Frontier	Nissan	RON 0B99	Diesel
10	Ônibus	Volare	PSL 9132	Diesel
11	Ônibus	Volare	SMM1J49	Diesel

Av. Júnior Coimbra, Quadra 21, Lote 02, Nº 215, Loteamento Jaracaty, Bairro: Renascença II
São Luís/MA CEP: 65075-698 CNPJ nº 00.820.295/0001-42

Fone / Fax: (098) 3221-6110 - Ramal: 210

Site: www.defensoria.ma.def.br

E-mail: servtransp@ma.def.br





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

12	Van Master	Renault	PTM8728	Diesel
13	Van Ducato	Fiat	PTX0G20	Diesel
14	Cavalo mecânico AXOR	Mercedes	RUR4C33	Diesel
15	Semirreboque Carreta	Truckvan	ROL7101	Diesel
EQUIPAMENTOS				
16	Reboque / Gerador	Toyama	PTJ9140	Gasolina
17	Gerador / Van	Buffalo BFGE	Sem placa	Gasolina
18	Gerador / Carreta	Tecmax TG- 55k Rofo	Sem placa	Diesel
19	Gerador / Tampa Carreta	Toyama TE70XP	Sem placa	Gasolina
PREVISÃO DE NOVOS VEÍCULOS				
4 CAMINHONETES HILUX/TOYOTA				

15. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Não há necessidade de parcelamento da solução a ser contratada, compreendendo-se mais vantagem a contratação integral.

16. NÃO HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS

17. A PRESENTE CONTRATAÇÃO VAI AO ENCONTRO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA INSTITUIÇÃO

18. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se aplica

São Luís (MA), 25 de março de 2024.

Catarina Pinheiro Silva

Chefe da Divisão de Logística e Consumo Consciente
DLCC/DPE/MA

Av. Júnior Coimbra, Quadra 21, Lote 02, Nº 215, Loteamento Jaracaty, Bairro: Renascença II
São Luís/MA CEP: 65075-698 CNPJ nº 00.820.295/0001-42
Fone / Fax: (098) 3221-6110 - Ramal: 210
Site: www.defensoria.ma.def.br E-mail: servtransp@ma.def.br





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

ANEXO I – RELAÇÃO DOS VEÍCULOS DA DPE/MA e Grupos Geradores

Item	Tipo de veículo/ Modelo	Marca	Placa	Tipo de Combustível
01	Caminhonete S10	Chevrolet	OJH 8599	Diesel
02	Caminhonete Hilux	Toyota	PTR 7D10	Diesel
03	Caminhonete Hilux	Toyota	PTR 7D14	Diesel
04	Caminhonete Hilux	Toyota	ROU8B46	Diesel
05	Caminhonete Hilux	Toyota	ROU8B44	Diesel
06	Caminhonete Hilux	Toyota	ROU8B43	Diesel
07	Caminhonete Frontier	Nissan	ROH 4G52	Diesel
08	Caminhonete Frontier	Nissan	ROH 1J02	Diesel
09	Caminhonete Frontier	Nissan	ROH 3D76	Diesel
10	Caminhonete Frontier	Nissan	RON 0B99	Diesel
11	Ônibus	Volare	PSL 9132	Diesel
12	Ônibus	Volare	SMM1J49	Diesel
13	Van Master	Renault	PTM8728	Diesel
14	Ducato	Fiat	PTX0G20	Diesel
15	Cavalo mecânico AXOR	Mercedes	RUR4C33	Diesel
16	Semirreboque Carreta	Truckvan	ROL7I01	Diesel
17	Ônix	Chevrolet	SAO8F60	Gasolina
18	Ônix	Chevrolet	SAP0I10	Gasolina
19	KA	Ford	PTS 2I30	Gasolina
20	Gol	Volkswagen	PTS 3H70	Gasolina
21	Uno	Fiat	RNF0A48	Gasolina

Av. Júnior Coimbra, Quadra 21, Lote 02, Nº 215, Loteamento Jaracaty, Bairro: Renascença II
São Luís/MA CEP: 65075-698 CNPJ nº 00.820.295/0001-42

Fone / Fax: (098) 3221-6110 - Ramal: 210

Site: www.defensoria.ma.def.br

E-mail: servtransp@ma.def.br





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

Grupos Geradores				
22	Reboque / Gerador	Toyama	PTJ9140	Gasolina
23	Gerador / Van	Buffalo BFGE	Sem placa	Gasolina
24	Gerador / Carreta	Tecmax TG-55k Rofo	Sem placa	Diesel
25	Gerador / Tampa Carreta	Toyama TE70XP	Sem placa	Gasolina

Previsão de novas aquisições de veículos

Item	Tipo de veículo/Modelo	Marca	Placa	Tipo de Combustível
01	Caminhonete			Diesel
02	Caminhonete			Diesel
03	Caminhonete			Diesel
04	Caminhonete			Diesel
05	Ônibus			Diesel
06	Ônibus			Diesel
07	Ônibus			Diesel
08	Ônibus			Diesel
09	Ônibus			Diesel
10	Van			Diesel





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

ANEXO II

**MUNICÍPIOS DO MARANHÃO NOS QUAIS A CONTRATADA DEVERÁ MANTER
POSTOS COM
REDE CREDENCIADA**

Açailândia
Alcântara
Arari
Amarante
Anajatuba
Bacabal
Balsas
Barra do Corda
Barreirinhas
Bom Jardim
Buriticupu
Cantanhede
Carolina
Caxias
Cedral
Chapadinha
Codó
Coelho Neto
Coroatá
Colinas
Cururupu
Dom Pedro
Esperantinópolis
Estreito
Grajaú
Gov. Eugênio Barros
Gov. Nunes Freire
Guimarães
Humb. de Campos
Icatu
Imperatriz
Itapecuru Mirim
João Lisboa
Lago da Pedra

Av. Júnior Coimbra, Quadra 21, Lote 02, Nº 215, Loteamento Jaracaty, Bairro: Renascença II
São Luís/MA CEP: 65075-698 CNPJ nº 00.820.295/0001-42

Fone / Fax: (098) 3221-6110 - Ramal: 210

Site: www.defensoria.ma.def.br

E-mail: servtransp@ma.def.br





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

Maracaçumé

Matões

Mirador

Morros

Matinha

Paulo Ramos

Parnarama

Pastos Bons

Pedreiras

Penalva

Pinheiro

Pindaré Mirim

Pio XII

Porto Franco

Presidente Dutra

Rosário

São Bento

São Domingos do Maranhão

Santa Helena

Santa Inês

Santa Quitéria

St. Luzia do Paruá

Santa Rita

São João dos Patos

São Mateus

São Vicente Ferrer

Timon

Tuntum

Turiação

Tutóia

Urbano Santos

Vargem Grande

Viana

Vitoria do Mearim

Vitorino Freire

Zé Doca

Av. Júnior Coimbra, Quadra 21, Lote 02, Nº 215, Loteamento Jaracaty, Bairro: Renascença II

São Luís/MA CEP: 65075-698 CNPJ nº 00.820.295/0001-42

Fone / Fax: (098) 3221-6110 - Ramal: 210

Site: www.defensoria.ma.def.br

E-mail: servtransp@ma.def.br



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO

1.1. Adesão a ARP Nº 42050/2023 – ARP-083, oriunda do Pregão Nº063/2023, do Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo / Marinha do Brasil - de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada nos serviços de Administração e Gerenciamento de frota para intermediação de manutenções detectivas, preventivas, corretivas e preditivas da frota institucional, por meio de Sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas de execução dos serviços, em atendimento às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, conforme contido no quadro abaixo da ARP, supracitada.

GRUPO 1						
Item	Descrição	Un	Quant	Desconto %	Valor Unit.	Valor Total
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS – serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleos de motor, lubrificantes, etc), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes a Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE/MA.	MÊS	12	17,02%	R\$ 38.951,4012	R\$ 467.416,8139
2	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	MÊS	12	99,99%	R\$ 0,0652	R\$ 0,7818
Valor Total Grupo 1						R\$ 467.417,5957
GRUPO 2						
Item	Descrição	Un	Quant	Desconto %	Valor Unit.	Valor Total
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS – serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleos de motor, lubrificantes, etc), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes a Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE/MA.	MÊS	12	17,02%	R\$ 12.812,9584	R\$ 153.755,5008
4	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	MÊS	12	99,99%	R\$ 0,0214	R\$ 0,2574
Valor Total Grupo 2						R\$



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

	153.755,7581
VALOR TOTAL GLOBAL GRUPO 1 + GRUPO 2	R\$ 621.173,3544

1.2. A contratação em tela trata-se de serviço comum de administração e gerenciamento de frota.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada po preço unitário.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, baseados no artigo 57, II da Lei 8.666 de 1993 –legislação sob a qual foi realizada o pregão.

2. FINALIDADE/JUSTIFICATIVA

2.1 O objeto da presente contratação é um serviço de natureza continuada, uma vez que sua interrupção pode comprometer as atividades da Defensoria Pública do Estado do Maranhão e cuja continuidade pode estender-se por mais de um exercício financeiro.

2.2 Considerando o encerramento da vigência da atual contratação em 29/04/2024 - e considerando que a nova contratação se mostra mais vantajosa economicamente para Instituição, já que opera com Taxa de Administração Negativa.

2.3 Considerando o aumento da frota de veículos da Defensoria, o surgimento de novos núcleos regionais, o aumento do número de viagens, a ampliação das ações sociais com participação das unidades móveis da Instituição, a saber: Carreta dos Direitos, ônibus e van escritórios e a ampliação dos atendimentos de núcleos especiais, como Núcleo dos Direitos Humanos no interior do Estado, além das atividades rotineiras dos núcleos localizados na capital do Estado que consequentemente requerem que os veículos estejam em perfeito estado de conservação para a atuação.

2.4 Dessa maneira, tem-se os serviços de administração e gerenciamento de frotas para intermediação de manutenção de veículos como necessários e imprescindíveis para a preservação do patrimônio material e principalmente a vida e integridade física dos servidores da Instituição.

2.5 Acrescenta-se, que esse tipo de serviço permite a simplificação dos procedimentos e das rotinas de controle das manutenções da frota, uma vez que o sistema permite ter maior controle dos servços prestados, e com reduzido quadro de servidores da instituição, que acumula diversas funções. O sistema informatizado , via internet, permite agilidade nos procedimentos, obtenção de informações sobre cada serviço realizado em tempo real, o que facilita o controle e gestão dos mesmos, resultando em maior eficiência e economicidade para a Administração Pública.

2.6 Assim, os serviços pretendidos estão em consonância com o princípio da eficiência, facilitando o controle das atividades ligadas à área finalística e, em consequência, otimizando a execução das atividades nos mais variados aspectos, tais como: redução de custos, melhor gestão orçamentária, eliminação de burocracia, eliminação do desperdício de tempo no controle efetivo da frota, redução do volume de trabalho para atender a demanda dos serviços de manutenção.

2.7 Justifica-se por fim, a presente adesão, por considerar mais vantajosa à administração.



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

3. Descrição da Solução

3.1 Adesão à ARP Nº42050/2023 ARP-081

4. Modelo de execução do Contrato

4.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, para os serviços de manutenção de frota:

4.1.1 Operações realizadas interativamente, através de sítio eletrônico na rede mundial de computadores (internet) entre o sistema da CONTRATADA e os operadores-servidores autorizados da CONTRATANTE, de acordo com cada nível de acesso, mediante opções de execução oferecidas (menus), com possibilidade de acesso a partir de qualquer terminal conectado à internet, por meio de login e senha de usuário;

4.1.2 Disponibilizar rede de oficinas e mecânicas para a prestação dos serviços de manutenção de veículos/máquinas/equipamentos nos municípios de São Luís e Imperatriz, credenciando estabelecimentos idôneos.

4.1.3 A plataforma de trabalho deverá estar disponível de forma contínua para a contratante realizar no mínimo as seguintes operações:

4.1.3.1 Abrir Ordens de Serviço on line/real time;

4.1.3.2 Receber orçamento on line/real time, com opção para extração em formato de planilha PDF, para fins de arquivo e controle;

4.1.3.3 Avaliar e aprovar on line/real time orçamentos de peças, acessórios e serviços;

4.1.3.4 Cotar preços de peças, acessórios e serviços on line/real time

4.1.3.5 Visualizar a combinação mais econômica entre as cotações realizadas;

4.1.3.6 Autorizar a realização de serviços de manutenção e reparos, bem como o fornecimento de auto peças e acessórios para os veículos da frota da contratante junto aos estabelecimento da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela administração;

4.1.3.7 Acompanhar on-line o status dos serviços que estiverem sendo executados;

4.1.3.8 Cadastrar e alterar operadores e veículos;

4.1.3.9 Controlar e gerenciar as regras de uso e limites de despesas;

4.1.3.10 Gerar relatórios gerencias, com opção para extração em formato planilha ou PDF;

4.1.3.11 Gerar relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, individualizados por veículos ou grupos de veículos, máquinas/equipamentos, no que couber, que possibilitem a análise de gastos discriminados por item(peças e serviços);

4.1.3.12 Visualização dos saldos de cada veículos e possibilidade de redistribuição dos saldos;

4.1.3.13 Demonstrativos do faturamento mensal, relativo a cada fechamento de período e emissão de nota fiscal para pagamento, discriminando valores gastos com manutenção (peças, serviços) e



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

taxa de administração.

4.1.3.1.4 A plataforma de trabalho deverá possibilitar à CONTRATANTE a aquisição, por meio da rede credenciada da CONTRATADA, de quaisquer peças de reposição, nos termos do previsto na norma ABNT NBR 15296;

4.1.3.1.5 Para efeito de solicitação da origem de peças a serem fornecidas serão consideradas as seguintes nomenclaturas:

4.1.3.1.5.1 Genuínas: produzidas com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo. Serão obrigatoriamente utilizadas quando na execução de revisões periódicas realizadas durante o período de garantia especificado pelo fabricante;

4.1.3.1.5.2 Originais: aquelas que possuem os mesmos padrões e níveis de qualidade exigidos pelo fabricante;

4.1.3.1.5.3 Segunda linha: produto não original, que não seja reconcondicionado, mas que atenda os níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo.

4.1.3.1.6 Excepcionalmente, quando não houver disponibilidade de peças novas e originais no mercado e mediante comprovação por parte da credenciada pela CONTRATADA, poderá ser admitida a substituição por peça de segunda linha.

4.1.3.1.7 O sistema da contratada deverá, de forma automática, enviar solicitação de orçamento para todas as oficinas credenciadas na localidade em que pretende executar o serviço;

4.1.3.1.8 Deverá ser apresentada 3 (três) orçamentos ou mais para cada ordem de serviço aberta, a depender da avaliação da gestão e fiscalização, previamente à autorização para cada execução.

4.1.3.1.9 A CONTRATADA é responsável pelas cotações e transações que envolvam os orçamentos, junto à rede credenciada de oficinas, devendo estabelecer o mesmo critério de competição considerando a localização de prestação de serviço.

4.1.3.1.10 O sistema deverá permitir o registro da negociação dos preços junto a rede credenciada.

4.1.3.1.11 A CONTRATADA obriga-se a credenciar novos fornecedores, sem custo adicional, se em pesquisa de mercado realizada pela administração fora da rede credenciada, os preços não forem compatíveis com a realidade de mercado.

4.1.3.1.12 A CONTRATANTE deverá contratar os serviços e adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto pela rede conveniada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

4.1.3.1.13 As oficinas integrantes da rede conveniada deverão ter como limite máximo de preço para peças e acessórios originais que possuam código da montadora (número de peça), os constantes da tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual o material está sendo adquirido.

4.1.3.1.14 Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

empresa conveniada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriado existentes no ambiente web da CONTRATADA, e respectiva autorizada da CONTRATANTE.

4.1.3.1.15 Define-se por plataforma de trabalho o ambiente informatizado e integrado de gerenciamento de frota, disponibilizado em tempo real para operacionalização de todo o processo, com captura eletrônica instantânea das transações efetivadas na rede credenciada, o controle financeiro das despesas, a gestão das informações da frota pertencente à CONTRATANTE, além da fiscalização das operações realizadas pelos condutores, usuários e gestores do sistema, contemplando, minimamente, os seguintes módulos, funcionalidades ou dispositivos:

4.1.3.1.15.1 Cadastramento do administrador/Gestor do sistema- a CONTRATANTE designará servidores para exercer esta função, o qual irá operar, gerenciar e manter as informações pertinentes ao uso do sistema;

4.1.3.1.15.2 Cadastramento de usuários- os quais terão acesso ao sistema e às informações através de relatórios e telas de consulta. Toda operação se dará mediante identificação de senha pessoal e intransferível. Será considerado usuário os servidores indicados pela CONTRATANTE, representantes das unidades regionais onde está distribuída a frota de veículos, designados fiscais setoriais e responsáveis pelo acompanhamento e ao gerenciamento dos serviços, aos quais a CONTRATADA, disponibilizará senhas de acesso ao sistema web, em diferentes níveis, conforme o caso, seguindo determinação do Gestor.

4.1.3.1.15.3 Cadastramento de veículos/máquinas/ equipamentos

4.1.3.1.15.4 Cadastramento de condutores;

4.1.3.1.15.5 Parametrização mínima para controle e gerenciamento do uso e despesas;

4.1.3.1.15.6 Emissão de relatórios Gerencias, Financeiros, Operacionais, Analíticos e Sintéticos que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículos/ máquinas / equipamentos e por cento de custo;

4.1.3.1.15.7 O sistema deverá emitir comprovante da transação de despesa, independentemente da solicitação do condutor, contendo as seguintes informações:

4.1.3.1.15.7.1 Identificação do fornecedor (nome, CNPJ, endereço);

4.1.3.1.15.7.2 Identificação do veículo (placa);

4.1.3.1.15.7.3 Identificação do condutor (nome e matrícula);

4.1.3.1.15.7.4 Marcação do hodômetro do veículo no momento da transação;

4.1.3.1.15.7.5 Produtos ou serviços comprados;

4.1.3.1.15.7.6 Valor unitário e total da transação;

4.1.3.1.15.7.7 Data e hora da transação.

4.1.3.1.15.8 Em caso de danos involuntários ao cartão destinado ao veículo ou à leitora de cartão, instalada no fornecedor credenciado, ou em situações de força maior (falta de energia elétrica, etc) a CONTRATADA obriga-se a disponibilizar procedimento contingencial de maneira

Av. Júnior Coimbra, Quadra 21, Lote 02, Nº 215, Loteamento Jaracaty, Bairro: Renascença II

São Luís/MA CEP: 65075-698 CNPJ nº 00.820.295/0001-42

Fone / Fax: (098) 3221-6110 – Ramal: 3020

Site: www.defensoria.ma.def.br E-mail: servtransp@ma.def.br



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

segura e que garanta a continuidade do registro das informações no sistema, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais da frota.

4.1.3.1.15.9 No caso de oficinas que não tenham equipamentos para operar cartões magnéticos, a CONTRATADA deve providenciar outra forma de fornecimento de produtos e prestação de serviços, de forma a não prejudicar o atendimento das demandas da CONTRATANTE.

4.1.3.1.16 Capacitar e treinar os operadores da CONTRATANTE, sem custo adicional, sempre que houver atualizações na plataforma de trabalho ou mudanças na sua operacionalização, de forma a manter a maior eficiência e eficácia na utilização do sistema.

4.1.3.1.17 Manter ampla rede de estabelecimento conveniados (borracharias, lava jatos, concessionárias, oficinas automotivas, autopeças e serviços de guinchos) em todo o estado do São Paulo e Rio de Janeiro, destinados aos diversos tipos de marcas e modelos dos veículos da CONTRATANTE.

4.1.3.1.18 No prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contatos da assinatura do contrato a CONTRATADA deverá comprovar a existência de, no mínimo 1 (um) estabelecimento próprio ou credenciado no municípios de Sorocaba, Boituva e da grade São Paulo, ambos no estado de São Paulo, e nos municípios de Resende, Itaguaí e do Grande Rio de Janeiro, ambos no estado do Rio de Janeiro.

4.1.3.1.19 Havendo qualquer inviabilidade para a ampliação da rede credenciada a CONTRATADA deverá informada oficialmente pela CONTRATANTE de forma motivada.

4.1.3.1.20 Caso a CONTRATADA não comprove a rede credenciada no prazo estipulado e, se for o caso, as motivações não sejam aceitas pela CONTRATANTE, a empresa poderá ser penalizada nos termos do item 20 deste instrumento, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

4.1.3.1.21 Durante a vigência do contrato a CONTRATADA deve promover o credenciamento de outros estabelecimentos, a pedido da CONTRATANTE, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais de : mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retífica, alinhamento, balanceamento e fornecimento de peças e acessórios em geral, tendo para isso o prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da solicitação.

4.1.3.1.22 Os prazos para execução das manutenções/ reparos necessários devem ser estabelecidos de comum acordo com a CONTRATADA, e registrados nas Ordens de Serviço, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, não podendo ser superior a 360(trezentos e sessenta) horas, a partir da aprovação do orçamento.

4.1.3.1.23 Os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 96 (noventa e seis) horas.

4.1.3.1.24 A CONTRATADA se responsabilizará pela execução dos serviços, objeto da contratação, através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

4.1.3.1.25 Os estabelecimentos integrantes da rede conveniada da CONTRATADA deverão estar



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

plenamente equipadas para prestação dos diversos tipos de serviços desmandados, bem como para fornecimento e instalação de peças, componentes e acessórios automotivos.

4.1.3.1.26 Os estabelecimentos da rede conveniada a CONTRATADA deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados; dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação da credenciada.

4.1.3.1.27 As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada da CONTRATADA deverão confeccionar Check-list dos itens e acessórios no interior dos veículos/ máquinas / equipamentos no momento do recebimento e entrega do mesmo.

4.1.3.1.28 As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada da CONTRATADA deverão proceder à entrega ao usuário das peças substituídas, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo.

4.1.3.1.29 As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada da CONTRATADA deverão fornecer garantia conforme estabelecimento abaixo.

4.1.3.1.29.1 90 (noventa) dias para peças substituídas e instaladas nas oficinas conveniadas da CONTRATADA, a partir da emissão do comprovante da transação, executando-se aquelas que tenham garantia superior especificada pelo fabricante;

4.1.3.1.29.2 90 (noventa) dias para os serviços executados pelas oficinas credenciadas da CONTRATADA, onde não houver utilização de peças, a partir da emissão do comprovante de transação;

4.1.3.1.29.3 30 (trinta) dias para os serviços de alinhamento de direção e balanceamento, a partir da emissão do comprovante da transição;

4.1.3.1.29.4 12 (doze) meses para os serviços de lanternagem e pintura, a partir da emissão do comprovante da transição;

4.1.3.1.29.5 6 (meses) para os serviços de peça utilizados sem serviços de retífica de bloco e/ ou cabeçote de motor, bem como seus componentes, caixa de câmbio, diferencial, moto de partida, bomba injetora, turbinas, bomba de direção hidráulica e compressor de ar condicionado, contados a partir da emissão do comprovante da transição, ou, ainda, de 10.000 (dez mil) quilômetros rodados, utilizando-se como critério o que ocorrer primeiro.

4.1.3.1.30 Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para a contratante, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, estão obrigados a:

4.1.3.1.30.1 Substituir o material defeituoso;

4.1.3.1.30.2 Corrigir defeitos de fabricação;

4.1.3.1.30.3 Trocar o material, no prazo de até 05(cinco) dias úteis, a contar da data de comunicação.

4.1.3.1.31 A garantia de peças e dos serviços deverá ser cumprida mesmo após o término ou após rescisão do contrato.



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

4.1.3.1.32 Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelos estabelecimentos conveniadas pela CONTRATADA, estarão sujeitos à aceitação pela contratante, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

4.1.3.1.33 Na hipótese prevista no subitem anterior os estabelecimentos conveniadas pela CONTRATADA, obrigar-se-ão a fazer os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicado a CONTRATADA a não aceitação pelo fiscal do contrato.

4.1.3.1.34 O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento à demandas do CONTRATANTE não deverá ser superior a 12h (doze horas).

4.1.3.1.35 A CONTRATADA se responsabilizará diretamente pela prestação dos serviços de administração e gerenciamento de que trata este termo e responderá pela quantidade, qualidade e cumprimento dos prazos, obedecendo às exigências do edital e seus anexos.

4.1.3.1.36 Todos os estabelecimentos integrantes, da rede credenciada da CONTRATADA deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a CONTRATANTE e tais prestadores de serviço.

4.1.3.1.37 Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e potentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da CONTRATADA, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender o CONTRATANTE em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas com assunto.

4.1.3.1.38 A Contratada ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como repassá-los a terceiros, por quaisquer meios, sem autorização prévia e por escrito da Administração.

4.1.3.1.39 A execução dos serviços será iniciada com a celebração do Instrumento de Contrato, devendo a mesma cumprir com os prazos máximos estipulados para o perfeito funcionamento do sistema e capacitação dos servidores indicados pela instituição para a sua operacionalização.

4.2 A execução dos serviços será iniciada no máximo até 10(dez) dias corridos após a publicação do contrato, tempo este em que deverá ser instalado o sistema e disponibilizado o treinamento para o servidor responsável pelo gerenciamento do sistema logo após início da vigência do contrato, na forma que seque:

4.2.1 Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá treinar e capacitar os servidores indicados pela CONTRATANTE a utilizar todos os recursos do sistema, no prazo máximo de 10(dez) dias corridos.

4.2.2 Deverão ser fornecidos todos os materiais didáticos e os manuais de operação para os fiscais e usuários do sistema, além de outros que podem se indicados pela CONTRATANTE.

4.2.3 A data de realização e conteúdo programático do curso deverão ser previamente alinhados com a CONTRATANTE.



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

4.2.4 A CONTRATADA deverá oferecer treinamento de reciclagem sempre que houver necessidade, e este treinamento poderá ser demandado pela CONTRATANTE a qualquer tempo.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1 A frota de veículos da Defensoria Publica do Estado do Maranhão é constituída por veículos e geradores, conforme tabela abaixo:

Item	Tipo de veículo/ Modelo	Marca	Placa	Tipo de Combustível
01	Caminhonete Hilux	Toyota	PTR 7D10	Diesel
02	Caminhonete Hilux	Toyota	PTR 7D14	Diesel
03	Caminhonete Hilux	Toyota	ROU8B46	Diesel
04	Caminhonete Hilux	Toyota	ROU8B44	Diesel
05	Caminhonete Hilux	Toyota	ROU8B43	Diesel
06	Caminhonete Frontier	Nissan	ROH 4G52	Diesel
07	Caminhonete Frontier	Nissan	ROH 1J02	Diesel
08	Caminhonete Frontier	Nissan	ROH 3D76	Diesel
09	Caminhonete Frontier	Nissan	RON 0B99	Diesel
10	Ônibus	Volare	PSL 9132	Diesel
11	Ônibus	Volare	SMM1J49	Diesel
12	Van Master	Renault	PTM8728	Diesel
13	Van Ducato	Fiat	PTX0G20	Diesel
14	Cavalo mecânico AXOR	Mercedes	RUR4C33	Diesel
15	Semirreboque Carreta	Truckvan	ROL7I01	Diesel
EQUIPAMENTOS				
16	Reboque / Gerador	Toyama	PTJ9140	Gasolina
17	Gerador / Van	Buffalo BFGF	Sem placa	Gasolina
18	Gerador / Carreta	Tecmax TG- 55k Rofo	Sem placa	Diesel



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

19	Gerador / Tampa Carreta	Toyama TE70XP	Sem placa	Gasolina
PREVISÃO DE NOVOS VEÍCULOS				
4 CAMINHONETES HILUX/TOYOTA				

5.1.2 Os veículos realizarão manutenções conforme necessidades institucionais, cuja periodicidade será observada mediante relatório gerencial emitido pela CONTRATADA.

5.1.3 O início da prestação dos serviços ocorrerá até o máximo 10(dez) dias corridos após a publicação do contrato, tempo este em que deverá ser instalado o sistema e disponibilizado o treinamento para o servidor do órgão contratante responsável pelo gerenciamento do sistema.

5.1.4 Os valores e quantidades estimados são apenas referenciais, podendo haver variação na execução do contrato, no entanto somente haverá o pagamento do que efetivamente for utilizado.

5.1.5 Os serviços de fornecimento de manutenção em geral também deverão ser disponibilizado para os veículos/maquinas/equipamentos que ainda serão adquiridos pela Contratante, bem como doados, ademais dos que estejam à sua disposição, inclusive os veículos que estejam em atividades e ações em parceria com outro órgãos, incluindo também os locados pela instituição.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.3 Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção certificando-se que as soluções por ela proposta sejam as mais adequada;

6.4 Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste termo de referencia;

6.5 Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

6.5.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

6.5.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

6.5.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividade distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

6.5.4 Considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

6.6 Fornecer por escrito as informações necessárias para desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

6.7 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

6.8 Cientificar o órgão de representação judicial da advocacia-geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela contratada;

6.9 Arquivar, entre outros documentos, projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

6.10 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da lei nº 8.666, de 1993.

6.11 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

6.12 Fornecer a relação de veículos e usuários da contratante autorizados a utilizar a plataforma de trabalho para os serviços de manutenção.

6.13 Realizar a aprovação/refeição do orçamento, acompanhamento da realização dos serviços, averiguar se a empresa fez a cotação do menor preço para a administração, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, recepção e aceitação dos serviços/peças através de ateste as notas fiscais, bem como ateste eletrônico se for o caso.

6.14 Solicitar a substituição de estabelecimento de atendimentos credenciados cadastrados que forem considerados incompatíveis.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Executar os serviços conforme especificações deste termo de referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas específicas neste termos de referência e de sua proposta;

7.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objetivo, bem como por todo e qualquer dano causado à união ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a administração em sua integralidade, ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

danos sofridos;

7.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinação em vigor;

7.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do decreto nº 7.203, de 2010;

7.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no sistema de cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contrata deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e a Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) certidão Negativa de Débitos trabalhistas - CNDT, conforme alínea “c” do item 10.2. do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissipio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhista, Sociais, Previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inobservância não transfere a responsabilidade à contratante;

7.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao seu local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos a execução do empreendimento.

7.10 Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não seja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução, dos serviços, durante a vigência do contrato.

7.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

7.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos poderes públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.14 Submeter previamente, por escrito, à contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habitação e qualificação exigidas na licitação;

7.17 Cumprir durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da referência estabelecida pela lei nº 13.146, de 2015.

7.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.19 Arcar Com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante;

7.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância as recomendações aceitas boa técnica, normas e legislação;

7.22 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1 “a” e “b” do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5; de 25/05/2017;

7.22.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo a contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.

7.22.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

7.23 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

7.24 Adotar e exigir da rede credenciada a observância de normas legais relativas a sustentabilidade ambiental, em especial as seguintes:

7.25 Utilização de sistema eletrônico para gerenciamento de todo processo de prestação dos serviços, em substituição a ordens de serviços, planilhas e orçamentos em suporte papel, sem o



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

comprometimento do bom desempenho da solução;

7.26 Recolher lâmpadas utilizadas na prestação dos serviços para descartá-las junto ao sistema de coleta do fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, conformes Sistema de Logística Reversa previsto Lei nº 12.305, de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos– PNRS;

7.27 Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou insensíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento por eles indicados, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01 de 2010, combinado com artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010–PNRS, artigo 1º e 9º da Resolução CONAMA Nº 416, de 2009, e legislação correlata;

7.28 Providenciar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305, de 2010–PNRS e Resolução CONAMA nº 362, de 2005, obedecendo minimamente aos seguintes procedimentos:

7.28.1 Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 2005, e legislação correlata;

7.28.2 Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entrega-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, incisos III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 2005, e legislação correlata; E

7.28.3 Dar destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizado pelo órgão ambiental competente, exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, conforme artigo 18 inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 2005, e legislação correlata.

7.29 Providenciar adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, estabelecimentos que comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, responsáveis pela destinação ambientalmente adequada nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08 de 2012, combinado com artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010–PNRS, artigo 4º e 6º da Resolução CONAMA Nº 401, de 2008, e legislação correlata;

7.30 Não permitir formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e tais como.



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

- 7.30.1 Lançamento a céu aberto, tanto em áreas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- 7.30.2 Queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; e
- 7.30.3 Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluvias, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonados, ou e áreas sujeitas a inundação.
- 7.31 Utilizar, preferencialmente, pilhas recarregáveis evitando o uso de pilhas e baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;
- 7.32 Observar a Resolução CONAMA nº 401 /2008, para aquisição de pilhas e baterias respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- 7.33 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores., tais como pilhas e baterias que contemplam em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos;
- 7.34 Não utilizar quaisquer substâncias que destruam a camada de ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à execução dos essenciais, permitidos pelo mencionado Protocolo, conforme artigo 1º, parágrafo único, do decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da resolução CONAMA Nº 267, de 2000, e legislação correlatada;
- 7.35 Observar às recomendações técnicas e legais para uso de produtos químicos;
- 7.36 Apresentar a composição química dos produtos utilizados na prestação dos serviços quando solicitado pela CONTRATANTE;
- 7.37 Verificar e não permitir a utilização de produtos que contenham substâncias perigosas, biodegradabilidade dos tensoativos, toxicidade aquática e teor de fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada;
- 7.38 Utilizar, preferencialmente, produtos de origem animal e que sejam biodegradável, sendo permitido o uso de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais;
- 7.39 Não utilizar produtos oriundos e/ ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM)) ou de plantas em risco de extinção;
- 7.40 Adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora e a coleta seletiva, conforme legislação específica;
- 7.41 Realizar a disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos e materiais inservíveis após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no Art.33 da lei nº 12.305, de 2010-PNRS;
- 7.42 Caso se enquadre nas hipótese do artigo 20 da lei nº 12.305, de 2010,(PNRS), possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos, aprovado pela autoridade competente;
- 7.43 Acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, observando as normas



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

municipais que estabelecem as regras para seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem e que indicam os locais de entrega e coleta.

7.44 Firmar convênios com cooperativas de reciclagem para destinação de resíduos sólidos;

7.45 Treinar e capacitar periodicamente seus funcionários em praticas de redução do consumo de energia elétrica, água tratada, geração de resíduos, desperdício e poluição, de forma a implementar as lições aprendidas durante a prestação de serviços, zelando pela preservação do meio ambiente;

7.46 Adotar boas práticas de otimização na utilização de recursos naturais, redução de desperdício e menor poluição, tais como:

7.46.1 Racionalizar/economizar energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia(ENCE) , para os casos possíveis, conforme regulamentações vigentes;

7.46.2 Evitar o desperdício da água potável com a verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos);

7.46.3 Racionalizar o usos de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

7.46.4 Substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

7.46.5 Reciclar e destinar adequadamente os resíduos gerados durante a realização dos serviços.

7.47 Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e substâncias utilizados na prestação de serviços;

7.48 Não utilizar as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos;

7.48.1 Deposição inadequada no solo;

7.48.2 Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

7.48.3 Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

7.48.4 Lançamento in natura a céu aberto;

7.48.5 Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluvias, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;

7.48.6 Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão e controle ambiental estadual competente;

7.48.7 Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

7.48.8 Outras formas vedadas pelo poder público;

7.48.9 Utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

7.48.10 Utilização para alimentação humana.



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

- 7.49 Observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01,d 2010, além de outras práticas sustentáveis aplicáveis a prestação dos serviços;
- 7.50 Respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos, bem como a política Nacional de Resíduos Sólidos(PNRS).
- 7.51 Adotar e exigir da rede credenciada a observância de normas legais relativas a sustentabilidade social, em especial as seguintes:
- 7.51.1 Cumprir as normas regulamentadoras expedidas pelo ministério do Trabalho e Emprego- MTE quanto às condições de segurança e medicina do trabalho da mão de obra envolvida nas objeto da contratação.
- 7.51.2 Fornecer aos seus profissionais os equipamentos de proteção individual e coletivo de segurança que se fizeram necessários a realização dos trabalhos, conforme o caso;
- 7.51.3 Fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção e segurança, em especial os que constam da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- 7.51.4 Utilizar equipamentos elétricos certificados com selo PROCEL e que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potencia sonora, conforme Resolução do CONAMA e do INMETRO, de forma a reduzir o risco à saúde física e mental dos funcionários, bem como dos demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho;
- 7.51.5 Qualificar seus profissionais consoante o previsto na Norma Técnica nº 156881;2009 da ABNT com o objetivo de estabelecer um padrão de qualidade na execução dos serviços;
- 7.51.6 Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual, religião ou estado civil na seleção da mão de obra;
- 7.51.7 Disponibilizar equipe técnica qualificada; devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como alocar os materiais equipamentos necessários a realização dos trabalhos decorrentes da contratação;
- 7.51.8 Dispor de pessoal técnico devidamente treinado, habilitado e disponível para realização do serviços, que atendam aos requisitos de norma técnica de capacitação ou regulamentação específica;
- 7.51.9 Observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e os regulamentos de segurança e saúde do trabalho;
- 7.51.10 Capacitar e trinar periodicamente seus funcionários no atendimento as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 7.51.11 Orientar seus funcionários e exigir da rede credenciada o cumprimento de normas relativas a prevenção e combate a incêndios nas áreas de prestação dos serviços, zelando pela segurança de pessoas bens e do meio ambiente;
- 7.51.12 Administrar situações emergências de acidentes em eficácia, mitigando os impactos



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

7.51.13 Observar o fiel cumprimento da legislação afeta a realização dos serviços de manutenção veicular;

7.51.14 Os estabelecimentos que utilizarem equipamentos para serviços que medem as emissões veiculares, assim como os ligados diretamente à segurança veicular conforme NBR-ABNT 14.624:2018, deverão atender, caso exista, a exigência de comprovação de homologação junto ao INMETRO.

8 . DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9 . ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo a execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução dos serviços, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da lei nº 8.666, de 1993.

10.2 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o desconto com o documento da contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais com; marca, qualidade e forma de uso.

10.3 O representante da contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o dispostos no §§ 1º e 2º do art. 67 da lei nº 8.666, de 1993.

10.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da lei nº 8.666 de 1993.

10.5 As atividades de gestão fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

fiscalização ou único servidor, desde que , no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e , em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

10.6 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

10.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer a CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidade constatadas.

10.8 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação de serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

10.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação dos serviços em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções a CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

10.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.13 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda , as seguintes rotinas:

10.13.1 A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

10.14 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da instrução Normativa SEGES/MG nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

10.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios readibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes gestores e fiscais de conformidade como o art. 70 da lei nº 8.666 de 1993.

11. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARAR FATURAMENTO

11.1 A avaliação de execução do objeto utilizará o instrumento de Mediação de Resultado (IMR) conforme previsto no Anexo II, devendo haver o redimensionamento no pagamento com



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA;

11.1.1 Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11.1.2 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.1.2.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

11.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios;

11.2.1 Prazo de conclusão dos serviços;

11.2.2 Conformidade dos itens fornecidos em relação à ordem de serviços aprovada pela administração;

11.2.3 Os serviços efetuados pela rede de credencias serão pagos/ ressarcidos nas quantidades e qualidade efetivamente medidas, diminuindo dos eventuais descontos contratados, os preços desses poderão sofrer variação, de acordo com a sistemática do mercado, sem que isso importe em reajuste contratual.

11.3 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

11.3.1 Não produziu os resultados acordados;

11.3.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

11.3.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigido para execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

12.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

12.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega a documentação acima, da seguinte forma :

12.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar as arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

12.3.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.3.3 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.3.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.3.5 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminha-lo ao gestor do contrato.

12.3.6 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato em relação a fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.3.7 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

12.3.8 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-a como realizada, consumado-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

12.3.9 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

12.3.9.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento de despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando a CONTRATADA; por escrito, as respectivas correções;

12.3.9.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

12.3.9.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Mediação de Resultado (IMR).

12.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não inclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força as disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

12.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigido/refeito/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13. DO PAGAMENTO

13.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

13.2 Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

13.3 O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.3.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666, e 1993.

13.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio e consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.5.1 O prazo de validade;

13.5.2 A data da emissão;

13.5.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

13.5.4 O período de prestação dos serviços;

13.5.5 O valor a pagar; e

13.5.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

13.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

13.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.9 Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado um vez, por igual período, a critério da contratante.

13.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.

13.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.12.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economia, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o poder público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observando o disposto no art.29, da Instrução Normativa nº 3,d de 26 de abril de 2018.

13.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

13.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na lei de Diretrizes orçamentárias vigente.

13.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5 (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM=I x VP, sendo;

EM= Encargos moratórios;



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

N= Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP= Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP= Valor da parcela a ser paga.

I= Índice de compensação financeira=0,00016438, assim apurado;

$I=(TX)$ $I= 6/(100) /365$ $I=0,00016438$

TX = Percentual da taxa anula =6%

14. REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte, com base na seguinte fórmula (art. 5º do decreto nº 1.054, de 1994):

$R=V(I-I^0)$, onde:

R= Valor do reajuste procurado;

V= Valor contratual a ser reajustado;

Iº índice inicial- refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I= Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por aditamento.

14.9. Os reajustes serão efetuados unilateralmente pela contratante, por aditivo, quando esta considerar que os valores encontram-se desfasados em face da inflação, promovendo perda na



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

sua capacidade de aquisição, sendo este procedido aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA.

14.10. Em razão da natureza do objeto da licitação, e pelo fato de que a taxa de administração e os descontos sobre os preços dos itens foram cotados em percentuais, não caberá reajustes destes.

14.11. Define-se como fixo e irrefutável os percentuais de desconto propostos pelo vencedor do certame que vier a ser contratado, não sendo alterados durante a vigência do contrato, executando-se os casos em que a empresa aceitar elevar o percentual de desconto.

15. GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contando da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo se renovada a cada prorrogação.

15.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da lei. n.8.666 de 1993.

15.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de :

15.2.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objetivo do contrato e do não implemento das demais obrigações nele previstas;

15.2.2 Prejuízos diretos causados à administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

15.2.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela administração a contratada; e

15.2.4 Obrigações trabalhista e providenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

15.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

15.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

15.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e a avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

15.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancaria, deverá contar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do código civil.

15.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quanto da contratação.

15.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.9 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.10 Será considerada extinta a garantia:

15.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

15.10.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o termino da vigência do contrato, caso a administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea “ h2” do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

15.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ ou aplicar sanções à contratada.

15.12 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no contrato.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrava no termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de qualquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo indôneo;ou
- e) Cometer fraude fiscal

16.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais, consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos

Av. Júnior Coimbra, Quadra 21, Lote 02, Nº 215, Loteamento Jaracaty, Bairro: Renascença II

São Luís/MA CEP: 65075-698 CNPJ nº 00.820.295/0001-42

Fone / Fax: (098) 3221-6110 – Ramal: 3020

Site: www.defensoria.ma.def.br

E-mail: servtransp@ma.def.br



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

significativos para o serviço contrato;

16.2.2 Multa de:

16.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.2.2.2 0,1 % (um décimo por cento) até 10 (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

16.2.2.3 0,1 % (um décimo por cento) até 15 (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

16.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

16.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observando o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

16.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento do SICAF pelo prazo de até cinco anos

16.2.5 Declaração de indoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados;

16.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4 As Sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão se aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2;

Tabela 1



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviços determinando pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

16.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art.87,III E IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que;

16.6.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributo;



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

16.6.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.6.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se -a em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos das garantias, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.8.1 Caso o contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme, artigo 419 do Código Civil.

16.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou processo Administrativo de Responsabilização -PAR.

16.12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu ritmo normal na unidade administrativa.

16.13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para a apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplina no edital.

17.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

previstos no edital.

17.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão;

17.3.1 Comprovação de aptidão para prestação dos serviços em características, quantidades, e prazos compatíveis com objeto desta licitação, ou com item pertinente, mediante a apresentação de atestados(s) fornecedor(s) por pessoas jurídicas de direito publico ou privado.

17.3.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

17.3.2.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES / MPDG n.5/2017.

17.3.2.2. Execução de contratos de prestação serviços compatíveis com o objeto dessa licitação, cujo valor anula seja igual ou superior a esta.

17.3.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária específica no contrato social vigente;

17.3.4 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES / MP n.5/2017.

17.3.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma unica contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES / MP n.5/2017.

17.3.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias a comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o dispositivo no item 10.10 do Anexo VII- A da IN SEGES/MP N.5/2017.

17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão;

17.4.1. Valor Global: R\$ 758.978,76 (Setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e oito reais e setenta e seis centavos).

17.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global do grupo.

17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

18.1 O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será conforme tabela do item 1.1.



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

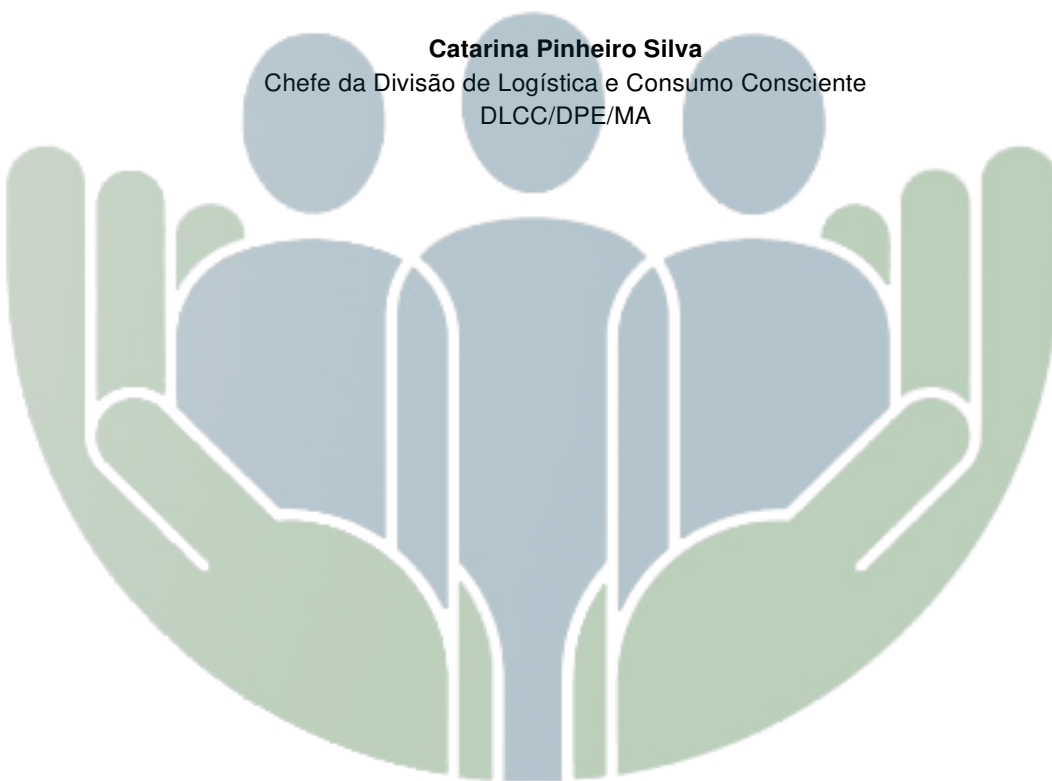
19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1. A indicação da dotação orçamentaria fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

São Luís (MA), 25 de março de 2024.

Catarina Pinheiro Silva

Chefe da Divisão de Logística e Consumo Consciente
DLCC/DPE/MA



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

ANEXO I

**MUNICÍPIOS DO MARANHÃO NOS QUAIS A CONTRATADA DEVERÁ MANTER
OFICINAS COM REDE CREDENCIADA**

São Luís

Bacabal

Balsas

Caxias

Imperatriz

Santa Inês

Timon



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

MAPA DE RISCO

FASE DE PLANEJAMENTO

RISCO 01.		
Erro na elaboração do orçamento estimativo da planilha de custo e formação de preços detectado antes da licitação.		
Probabilidade:	() Muito Baixa (x) Baixa () Média () Alta () Muito Alta	
Impacto:	() Muito Baixo () Baixo () Médio (x) Alto () Muito Alto	
ID	DANO	
1.	Atraso no processo e contratação em virtude do prazo de conferência com indícios de sobrepçoço ou orçamento subestimado, implicando ajustes no feito, com a retificação do estudo preliminar, termo de referência e edital ainda não publicado.	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar levantamento e conferir as informações antes da publicação.	Setor demandante
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Realizar nova conferência no orçamento previsto no Estudo Técnico Preliminar, TR e Edital, checando os valores de referência.	Setor demandante

SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 01		
Erro na confecção do edital.		
Probabilidade:	() Muito Baixa (x) Baixa () Média () Alta () Muito Alta	
Impacto:	() Muito Baixo () Baixo () Médio (x) Alto () Muito Alto	
ID	DANO	
1.	Atraso na contratação por erro na elaboração da minuta do edital, em quaisquer de suas cláusulas	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar levantamento e conferir as informações antes da publicação do edital.	Apoio da Coordenadoria de Licitações e Contratos
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Revogação e republicação do edital de licitação, abrindo novo prazo para aberturas de propostas.	Apoio da Coordenadoria de Licitações e Contratos
RISCO 02		
Fornecedor não tem a qualificação técnica .		
Probabilidade:	() Muito Baixa (x) Baixa () Média () Alta () Muito Alta	
Impacto:	() Muito Baixo () Baixo () Médio (x) Alto () Muito Alto	
ID	DANO	
1.	Atraso na contratação, chamamento na ordem de classificação do segundo licitante.	
ID	Ação Preventiva	Responsável



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

1.	Realizar conferência do atestado de capacidade técnica.	Pregoeiro
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Evitar a contratação de licitante que não atende as exigências da capacidade técnica.	Pregoeiro

FASE DE CONTRATAÇÃO

RISCO 01. Proposta aceita pela administração, sem observações aos valores unitário e global de referência, bem como ausência de memória de cálculo na proposta, após a assinatura do contrato.		
Probabilidade:	() Muito Baixa (x) Baixa () Média () Alta () Muito Alta	
Impacto:	() Muito Baixo () Baixo () Médio (x) Alto () Muito Alto	
ID	DANO	
1.	Superfaturamento do contrato ou aditivo contratual	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar conferência na proposta a fim resgatar valores em favor do erário ou inibir a prática de aditivo.	Pregoeiro
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Pode ser o caso de anulação e nova licitação e apuração de responsabilidade.	Pregoeiro

FASE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

RISCO 01. Contratada não manter as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no Contrato.		
Probabilidade:	() Muito Baixa (x) Baixa () Média () Alta () Muito Alta	
Impacto:	() Muito Baixo () Baixo () Médio (x) Alto () Muito Alto	
ID	DANO	
1.	Retorno de todos os riscos que foram mitigados por meio de critérios de habilitação e qualificação da licitação, podendo o Contrato ser rescindido, causando prejuízo ao erário.	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Fiscal do contrato deve exigir a comprovação por parte da contratada da manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação ao longo da execução do contrato, abrindo procedimento administrativo para aplicação de sanções e execução da garantia em caso de desconformidade dos serviços prestados.	Fiscal do Contrato
ID	Ação de Contingência	Responsável



DIVISÃO DE LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

1.	Contrato pode ser rescindido, providenciando-se nova licitação com a solução mais adequada.	Fiscal do Contrato
RISCO 02. Contratada não manter a prestação de serviços a contento		
Probabilidade:		() Muito Baixa (x) Baixa () Média () Alta () Muito Alta
Impacto:		() Muito Baixo () Baixo () Médio (x) Alto () Muito Alto
ID	DANO	
1.	Danos à prestação jurisdicional pelo estado inoperante de veículos e prejuízo ao erário	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Fiscal do contrato deverá notificar a empresa a respeito das falhas ocorridas, que estejam em desconformidade com as cláusulas contratuais das obrigações da contratada.	Fiscal do Contrato
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Contrato pode ser rescindido, providenciando-se nova contratação com modelo de execução mais adequado	Fiscal do Contrato
RISCO 03. Necessidade de o fiscal se ausentar em face de acompanhamento de outras contratações		
Probabilidade:		() Muito Baixa (x) Baixa () Média () Alta () Muito Alta
Impacto:		() Muito Baixo () Baixo () Médio (x) Alto () Muito Alto
ID	DANO	
1.	Não avaliação de outros aspectos contratuais ou recebimento do serviço em desconformidade com as especificações técnicas	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar cronograma para acompanhamento e recebimento dos serviços	Fiscal do Contrato
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Notificar fiscal substituto com antecedência	Fiscal do Contrato

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO			
Qtd	Nome	Setor	Assinatura
1	Catarina Pinheiro Silva	DLCC	
2	Aparecida Maria B. Veiga	SUPAD	





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

Unidade Emitente: SUPAD /Supervisão Administrativa

Ao Gabinete da Defensoria Geral,

Considerando o processo n.º 0001218.110000937.0.2024, Prestação de Serviço, Adesão a ARP N.º 42050/2023-ARP-081 - Adm. e gerenciamento de frota para Manutenção de veículos;

Considerando a identificação da ARP n.º 42050/2023-ARP-081 da Marinha do Brasil, constatou-se a vantagem na adesão da mesma, para contratação do serviço de DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO COM USO DE TECNOLOGIA DE CARTÕES MAGNÉTICOS INDIVIDUAIS, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS NO ESTADO DO MARANHÃO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DA FROTA DE VEÍCULOS E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, posto que a ATA atende a demanda institucional.

Assim, o pleito foi devidamente instruído para adesão à ARP supramencionada, visto a publicação da ata, edital de convocação, aceite da empresa com documentação jurídica e fiscal, planilha da pesquisa de preço e a cotação de preço, estudo técnico preliminar, termo de referência e mapa de risco. Contudo, constatamos ausência da aprovação formal do defensor público geral, em cumprimento ao Ato DPGE N.º 21 de 07 de março de 2024.

Portanto, encaminhamos o pleito para aprovação, no propósito de instruir e prosseguir os trâmites de contratação dos serviços de fornecimento de combustíveis e lubrificantes que atenderá demanda da frota de veículos da DPE/MA, sendo sugerida adesão a Ata de Registro de Preços n.º 42050/2023-ARP-081 da Marinha do Brasil, que garantirá a manutenção as atividades cotidianas da Instituição relativas ao uso dos transportes.

Após aprovação, solicita-se que seja enviado à Comissão Permanente de Licitação para requerer o aceite do órgão gerenciador da ARP via sistema, ocorrendo o deferimento prosseguir a tramitação da contratação, com início em 02 de maio de 2024.

Atenciosamente,

São Luís—MA, em **01 de abril de 2024**.

Aparecida Maria Brito Veiga
Supervisora Administrativa
SUPAD-DPE/MA



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Maria Brito Veiga, Supervisora Administrativa**, em 01/04/2024, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0034799** e o código CRC **F1D282C8**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

Unidade Emitente: GAB-DEFGERAL /Gabinete da Defensoria Geral

À CPL,

Considerando o processo n.º **0001218.110000937.0.2024**, **Prestação de Serviço, Adesão a ARP N.º 42050/2023-ARP-081 - Adm. e gerenciamento de frota para Manutenção de veículos;**

Considerando a autorização do Defensor Público Geral, encaminho os autos para as providências cabíveis.

São Luís—MA, em **04 de abril de 2024**.

Ana Paula de Oliveira Almeida
Assessor Sênior
GAB-DEFGERAL

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / defensoriageral@ma.def.br -

0037248v2



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Oliveira Almeida, Assessor Sênior**, em 04/04/2024, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0037248** e o código CRC **D0A1D3B0**.

EXTRATO DA ORDEM DE FORNECIMENTO n.º 011/2023, referente à ARP 007/2022, Processo Administrativo nº 1381/2023, Pregão Presencial n.º 014/2022 - CPL. **OBJETO:** Fornecimento de materiais e serviços comuns de engenharia. **FORNECEDORA:** FORTEWS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. **NOTA DE EMPENHO:** 2023NE001417 de 18/05/2023. **VALOR DO EMPENHO:** R\$ 179.888,32 (cento e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos). **BASE LEGAL:** Lei 8.666/93 e Processo Administrativo nº 1381/2023 – ALEMA. **DATA DA ASSINATURA:** 25/05/2023. **ASSINATURAS:** Assembleia Legislativa do Maranhão – Ricardo da Costa Silva Barbosa - Diretor Geral, Danielson Viana Pereira – Gestor Substituto do Contrato, Leonardo Aguiar Ribeiro – Representante legal da contratada. São Luís – MA, 29 de maio de 2023. Bivar George Jansen Batista – Procurador-Geral da ALEMA. **BIVAR GEORGE JANSEN BATISTA - Procurador-Geral da Assembleia Legislativa.**

PORTARIAS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

PORTARIA Nº 917 - DPGE, 30 DE MAIO DE 2023. O Defensor Público-Geral do Estado, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 17, VI, da Lei Complementar Estadual nº 19, de 11 de janeiro de 1994 e pelo art. 97-A, III da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994; **Considerando** o disposto no art. 121 e seguintes do Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, que tratam do afastamento para frequentar cursos ou seminários de aperfeiçoamento; **Considerando** o disposto no art. 126, §1º, da Lei Complementar nº 80/94; **Considerando** a emissão da COMUNICAÇÃO Nº 355/2023, na qual o Defensor Público Geral concede o afastamento para estudo requerido, condicionado as observações proferidas no Parecer da Corregedoria; **RESOLVE: Art. 1º** Afastar, **Maiele Karem França Moraes Veras**, Defensora Pública de 2ª Classe, Matrícula nº 2246304, do exercício de suas atividades funcionais na Defensoria Pública do Estado do Maranhão, para fase qualificação e defesa da dissertação pelos períodos de 01/08/2023 a 30/08/2023, e de 08/01/2024 a 08/03/2024. **Parágrafo único:** O afastamento se dará em dedicação exclusiva à atividade que motivou o afastamento, conforme disposto no art. 126, III do Regimento Interno da Defensoria Pública. **Art. 2º** A Defensora Pública afastada fica ciente que suas férias funcionais deverão ser coincidentes com o recesso acadêmico, nos termos do parágrafo único do artigo 127 do Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. **Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação. Publique-se, comunique-se, anote-se e cumpra-se. Gabinete da Defensoria Pública-Geral do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de maio de 2023. **GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES** Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão.

PORTARIA Nº 918-DPGE, DE 30 DE MAIO DE 2023. O Defensor Público-Geral do Estado, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 17, VI, da Lei Complementar Estadual nº 19, de 11 de janeiro de 1994 e pelo art. 97-A, III da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994; **Considerando** que o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993 e o art. 107 da Lei nº 14.133/2021 determinam que os serviços a serem executados de forma contínua poderão ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração; **Considerando** as diretrizes emanadas do Tribunal de Contas da União no sentido de que a Administração deve definir em processo próprio quais são seus serviços contínuos; **Considerando** que os serviços executados de forma contínua são definidos como aqueles imprescindíveis para a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente; **Considerando** que os serviços executados de forma contínua que podem ser contratados de terceiros pela Administração

são aqueles que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão ou entidade; **Considerando** o custo gerado para Defensoria Pública do Estado do Maranhão na repetição de procedimentos licitatórios, anualmente, à contratação de serviços que são de natureza contínua, resolve: **RESOLVE: Art. 1º** Definir que os seguintes serviços serão, de preferência, objeto de execução indireta e são considerados executados de forma contínua no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão: I. Serviços de Transportes; II. Serviços de Manutenção e Locação de impressoras; III. Serviços de Telecomunicações; IV. Serviços técnicos especializados na área de engenharia e arquitetura, englobando, suporte a fiscalização, supervisão e gerenciamento de projetos, obras e serviços, manutenção de prédios, equipamentos e instalações; V. Serviços de correios e telégrafos; VI. Serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado; VII. Serviços de tecnologia da informação; VIII. Serviços de monitoramento eletrônico e segurança; IX. Serviços de clípagem (Monitoramento da Defensoria Pública na Mídia); X. Serviços de certificação digital; XI. Serviços de locação de veículos; XII. Serviços de dedetização; XIII. Serviços de motorista; XIV. Serviços de exames de DNA. **Art. 2º** Definir, conforme o art. 40, inciso III da Lei nº 14.133/2021, como fornecimento contínuo para a Defensoria Pública do Estado do Maranhão: I. Fornecimento de passagens aéreas, terrestres e fluviais; II. Fornecimento de carteira funcional; III. Fornecimento de Água mineral; IV. Fornecimento de Café; V. Fornecimento de Açúcar. **Art. 3º** A prestação de serviços de que trata esta Portaria não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. **Art. 4º** Esta Portaria revoga a PORTARIA Nº 063-DPGE, DE 28 DE JANEIRO DE 2019. **Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se, comunique-se, anote-se e cumpra-se. Gabinete da Defensoria Pública-Geral do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de maio de 2023. **Gabriel Santana Furtado Soares** Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes. Licitações e Contratos: orientações básicas/Tribunal de Contas da União, 2 ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Interno, 2003, p. 237

PORTARIA Nº 919-DPGE, DE 30 DE MAIO DE 2023. Dispõe sobre a criação da Comissão de Contratação da Defensoria Pública do Estado do Maranhão e a nomeação dos seus membros componentes, de acordo com a Lei nº 14.133/2021. O Defensor Público-Geral do Estado, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 17, VI, da Lei Complementar Estadual nº 19, de 11 de janeiro de 1994 e pelo art. 97-A, III da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994; **RESOLVE: Art. 1º** Criar Comissão de Contratação em caráter permanente com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, conforme disposto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021. § 1º Para efeito do disposto no caput, os agentes indicados para comporem a Comissão de Contratação deverão preencher os seguintes requisitos: I - sejam, preferencialmente, servidores efetivos ou estáveis pertencente aos quadros permanentes da Administração Pública; II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional

emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e, III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração, nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil. § 2º Deverá ser observado o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação. DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO Art. 2º A licitação será conduzida por um Agente de Contratação designado pela autoridade competente na forma do § 1º do art. 1º desta portaria, que poderá tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação. § 1º O Agente de Contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe. § 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 03 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão. § 3º As regras relativas à atuação do Agente de Contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos serão estabelecidas em regulamento, podendo estes contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta portaria. § 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação. Art. 3º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que: a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas; b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes; c) sejam impertinentes ou irrele-

vantes para o objeto específico do contrato; II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional; III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei. DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO Art. 4º Ficam nomeados para comporem a Comissão de Contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021 os seguintes servidores: I – Agente de Contratação: a) Anunciação de Maria Costa Barbosa. II – Pregoeiro: a) Hilton Rafael Carvalho Costa. III – Equipe de Apoio: a) Raimundo Eduardo Silva Farias; b) Beatriz Jorge de Melo Martins. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 5º Em decorrência da escassez de servidores com formação e ou conhecimentos específicos na área de licitações e contratos administrativos, os servidores nomeados conforme o artigo anterior, continuarão exercendo as suas funções. Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se, comunique-se, anote-se e cumpra-se. Gabinete da Defensoria Pública-Geral do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de maio de 2023. Gabriel Santana Furtado Soares Defensor Público-Geral do Estado.

PROJETO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EXTRATO DO PROJETO DE INSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DA REDE DE ENSINO E DA APRENDIZAGEM –SAGEA/SEDUC. REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71502/2023. TÍTULO DO PROJETO: GRUPO DE TRABALHO “FUNCIONAMENTO E EXPANSÃO DA PRIMEIRA ESCOLA DIGNA BILÍNGUE DE TEMPO INTEGRAL ENSINO FUNDAMENTAL”. **VALOR TOTAL:** R\$ 384.000,00 (TREZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL REAIS). **PERÍODO DE EXECUÇÃO:** 24 (vinte e quatro) meses / abril de 2023 a março de 2025. **BASE LEGAL:** Portaria SEDUC nº. 292, de 15 de abril de 2016. **RESPONSÁVEL:** JOÃO PAULO MENDES DE LIMA (Superintendente de Planejamento da Rede de Ensino e Regime de Colaboração – SUPREC/SAGEA/SEDUC). **THIAGO DE LIMA RAMOS ROSADO** Chefe da Assessoria Jurídica/SEDUC OAB/MA Nº 7.692.

TERMO DE APOSTILAMENTO

SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2023 – SEGEP. A SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES – SEGEP, através da SECRETARIA ADJUNTA DE REGISTRO DE PREÇOS – SARP, doravante denominada ORGÃO GERENCIADOR, instituída pelo Decreto Nº 34.711, de 25 de março de 2019, que altera o Decreto nº 33.845, de 28 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores – SEGEP, e dá outras providências, com sede na Av. Jerônimo de Albuquerque, Edifício Clodomir Milet, 4º andar, s/nº, Calhau - São Luís/MA. CEP: 65074-220, neste ato representado pela Secretária Adjunta de Registro de Preços, a Sra. Aline Pinheiro Vasconcelos, tendo em vista a necessidade de ajuste do órgão participante e do quadro de especificações da Ata de Registro de Preços nº 022/2023 - SEGEP, decorrente PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023 – SARP/MA, do processo administrativo nº 254.608/2022 - SARP, resolve apostilar Ata em comento com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes: **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO DO APOSTILAMENTO O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a retificação da Ata de Registro de Preços nº 022/2023 - SEGEP corrigindo o nome do órgão participante e o quadro de especificações, ficando assim estabelecido: [...] para atender as demandas do Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão - **PROCON**. [...] Quadro de Especificações.**

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Médio do Bilhete (R\$)	Taxa de Agenciamento	Valor da Taxa de Embarque (R\$)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	0013086	Passagem terrestre / rodoviária	1 – Serv.	960	210,00	41,50%	5,00	304,22	292.051,20

SIASGnet

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

ATA SRP

Início

Consultas

Adesão

Gestão

Apoio

Ambiente: PRODUÇÃO

Gestão de Ata

04/04/2024 15:40:49

A Solicitacao nº 00001/2024 foi enviada.

Órgão

94120 - ESTADO DO MARANHÃO

UASG do Gestor

453747 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

Gestor

671.772.553-20 - HILTON RAFAEL CARVALHO COSTA

E-mail

hiltonrafael@dpe.ma.gov.br

Telefone

(98) 3221-610

Minhas Solicitações

Solicitações Recebidas

Nº da Solicitação	UASG Licitação	Modalidade de Licitação	Licitação	Justificativa para Adesão	Situação	Ação
00001/2024	742050	Pregão Eletrônico	00063/2023	Considerando o Termo de Referência do Processo Eletrônico SEI 0001218.110000937.0.2024	Aguardando Análise	

Solução

https://www2.comprasnet.gov.br/siasgnet-atasrp/secure/manterSolicitacaoAdesao.do?method=enviar

Anexo / Comprovante de solicitação de adesão (SIASGNET) (0039657)

SEI 0001218.110000937.0.2024 / pg. 172

1/1

1 of 1



Comissão Permanente de Licitação da DPE-MA <cpldpe@ma.def.br>

Solicitação de Adesão à Ata SRP nº 081/2023 - Administração e Gerenciamento de Frota

Ana Paula Lima <anapaula.lima@marinha.mil.br>

15 de abril de 2024 às 08:06

Para: Comissão Permanente de Licitação da DPE-MA <cpldpe@ma.def.br>

Prezados Senhores,
Bom dia.

Solicitação 00001/2024 autorizada com a metade solicitada, entrar no SIASGNET e aceitar.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número
Ata de Registro de Preço (Lei 14.133) 0293964

Respeitosamente,
Ana PAULA da Silva LIMA Cirino
Seção de Pregão
Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo - CeITMSP
(15) 3229-8587
anapaula.lima@marinha.mil.br
"Apoiar para obter Independência Tecnológica"

De: "Comissão Permanente de Licitação da DPE-MA" <cpldpe@ma.def.br>

Para: "Ana Paula Lima" <anapaula.lima@marinha.mil.br>

Enviadas: Sexta-feira, 12 de abril de 2024 16:17:56

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]



SIASGnet-ATASRP - Solicitacao de Adesao itens.pdf
123K



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

Unidade Emitente: CPL /Comissão Permanente de Licitação

Processo SEI nº 0001218.110000937.0.2024

Assunto: Redução do quantitativo a ser aderido.

À Divisão de Logística e Consumo Consciente,

Encaminhamos em anexo, tela do Comprasnet e e-mail, encaminhados pelo Órgão gerenciador da Ata, Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo – CeITMSP, que informa que a adesão pretendida por esta Defensoria não pode ser superior a 50% do quantitativo registrado. Sendo assim, conforme anexo a este despacho, o quantitativo disponível para adesão é de 6 unidades/mês para cada item. Encaminhamos os autos do processo para que seja confirmado pelo setor solicitante, se vai querer aderir os 50% do quantitativo, 6(seis) meses.

Atenciosamente, em **15 de abril de 2024**.

Comissão Permanente de Contratação

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / cpldpe@ma.def.br -

0040694v4



Documento assinado eletronicamente por **Hilton Rafael Carvalho Costa, Assessor Sênior**, em 15/04/2024, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0040694** e o código CRC **7CA4E812**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

Unidade Emitente: DLCC /Divisão de Logística e Consumo Consciente

Comissão Permanente de Licitação,

Considerando o processo n.º 0001218.110000937.0.2024, **Prestação de Serviço, Adesão a ARP N.º 42050/2023-ARP-081 - Adm. e gerenciamento de frota para Manutenção de veículos;**

Em atenção às observações feitas pela Marinha, órgão gerenciador da supracitada ARP, informamos que a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, aceita a adesão pelo período de 6 meses, tendo em vista a proximidade do término da contratação atual e também pela possibilidade de renovação do contrato advindo da adesão da ARP já que se trata de serviço contínuo a manutenção de veículos.

São Luís-MA, em **15 de abril de 2024.**

Catarina Pinheiro Silva
Chefe de Divisão
DLCC

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / servtransp@ma.def.br -

0040876v2



Documento assinado eletronicamente por **Catarina Pinheiro Silva, Chefe da Divisão de Logística e Consumo Consciente**, em 15/04/2024, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0040876** e o código CRC **1AF2E0A1**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

Unidade Emitente: CPL /Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Confirmação de autorização de adesão com redução parcial do período

Ao gabinete,

Encaminhamos em anexo, confirmação de autorização de adesão à Ata de Gerenciamento de frota de Veículos, pelo Centro de Intendência da Marinha de São Paulo, frisando que houve redução do quantitativo de vigência de 12 meses para 6 meses.

Atenciosamente, em **15 de abril de 2024**.

Comissão Permanente de Contratação

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / cpldpe@ma.def.br -

0040892v3



Documento assinado eletronicamente por **Hilton Rafael Carvalho Costa, Assessor Sênior**, em 15/04/2024, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0040892** e o código CRC **B36D28AE**.

SIASGnet

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

ATA SRP

Início

Consultas

Adesão

Gestão

Licitação

Apoio

Ambiente: PRODUÇÃO

Solicitação de Adesão

15/04/2024 10:56:54

Licitação

Apoio

Orgão

UASG Gerenciadora

52131 - COMANDO DA MARINHA

742050 - CENTRO DE INTENDÊNCIA TECNO.DA MARINHA SP

Modalidade de Licitação

Modo de Disputa

Nº da Licitação

Nº da IRP

Nº do Processo

Compra Nacional

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Pregão Eletrônico

Aberto

00063/2023

00021/2023

63232001934202198

Sim

Não

Solicitação

Itens

Ocorrências

Filtro

Nº do Item

Descrição do Item

Fornecedor

Pesquisar

Limpar

4 adesão(ões) solicitada(s)

Item						Fornecedor			Adesão		Quantidade Solicitada	Situação	Ação
25518 - Administração / gerenciamento-manutenção veículo automotivo						05.340.639/0001-30 - PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA			<div><div><div></div><div></div></div><div>Saldo p/ Novas Adesões</div></div>		126	Aceita	<div></div>
Nº do Item	Quantidade do Edital	Unidade de Fornecimento	Vigência	<div><div></div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	Quantidade Homologada	Valor Unitário	<div><div><div></div><div></div></div><div>06</div></div>	6				
1	12	UNIDADE	03/10/2024	12	12	1º	12	R\$ 93.881,4300					
25518 - Administração / gerenciamento-manutenção veículo automotivo						05.340.639/0001-30 - PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA			<div><div><div></div><div></div></div><div>Saldo p/ Novas Adesões</div></div>		126	Aceita	<div></div>
Nº do Item	Quantidade do Edital	Unidade de Fornecimento	Vigência	<div><div></div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	Quantidade Homologada	Valor Unitário	<div><div><div></div><div></div></div><div>06</div></div>	6				
2	12	UNIDADE	03/10/2024	12	12	1º	12	R\$ 1.304,0400					
25518 - Administração / gerenciamento-manutenção veículo automotivo						05.340.639/0001-30 - PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA			<div><div><div></div><div></div></div><div>Saldo p/ Novas Adesões</div></div>		126	Aceita	<div></div>
Nº do Item	Quantidade do Edital	Unidade de Fornecimento	Vigência	<div><div></div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	Quantidade Homologada	Valor Unitário	<div><div><div></div><div></div></div><div>06</div></div>	6				
3	12	UNIDADE	03/10/2024	0	6	1º	12	R\$ 30.882,0400					
25518 - Administração / gerenciamento-manutenção veículo automotivo						05.340.639/0001-30 - PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA			<div><div><div></div><div></div></div><div>Saldo p/ Novas Adesões</div></div>		126	Aceita	<div></div>
Nº do Item	Quantidade do Edital	Unidade de Fornecimento	Vigência	<div><div></div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	Quantidade Homologada	Valor Unitário	<div><div><div></div><div></div></div><div>06</div></div>	6				
4	12	UNIDADE	03/10/2024	0	6	1º	12	R\$ 428,9600					

4 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Solução



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

Unidade Emitente: GAB-DEFGERAL /Gabinete da Defensoria Geral

À CPL,

Considerando o processo n.º **0001218.110000937.0.2024**, **Prestação de Serviço, Adesão a ARP N.º 42050/2023-ARP-081 - Adm. e gerenciamento de frota para Manutenção de veículos;**

Comunico a autorização do Defensor Público Geral para adesão à Ata com a redução da vigência de 12 para 6 meses.

São Luís—MA, em **15 de abril de 2024**.

Ana Paula de Oliveira Almeida
Assessor Sênior
GAB-DEFGERAL

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / defensoriageral@ma.def.br -

0041253v2



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Oliveira Almeida, Assessor Sênior**, em 15/04/2024, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0041253** e o código CRC **0B74E195**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

Unidade Emitente: CPL /Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Confirmação de autorização de adesão com redução parcial do quantitativo/período.

À Segunda Subdefensoria Geral,

Retornamos os autos do presente processo, com a autorização de adesão à Ata de Gerenciamento de frota de Veículos, pelo Centro de Intendência da Marinha de São Paulo, conforme documento: "Aceite parcial do órgão autorizador - 0040901", e frisamos que houve redução do quantitativo de vigência de 12 meses para 6 meses. Desta forma, segue o presente para as devidas tratativas.

Atenciosamente, em **16 de abril de 2024**.

Comissão Permanente de Contratação

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / cpldpe@ma.def.br -

0041370v3



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Jorge De Melo Martins, Assessoria - CPL**, em 16/04/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0041370** e o código CRC **ABB9D9EA**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

Unidade Emitente: 2ª SUB /Segunda Subdefensoria Pública do Estado

Divisão de Logística e Consumo Consciente,

Considerando o processo n.º 0001218.110000937.0.2024, **Prestação de Serviço, Adesão a ARP N.º 42050/2023-ARP-081 - Adm. e gerenciamento de frota para Manutenção de veículos.**

Considerando o aceite parcial do órgão gerenciador, encaminho os autos do processo para novo envio de ofício a empresa fornecedora, com a retificação do quantitativo deferido.

São Luís—MA, em **16 de abril de 2024.**

Paulo Rodrigues da Costa
Segundo Subdefensor Público Geral

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / 2subdefensoriageral@ma.def.br -

0041801v2



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rodrigues da Costa, 2º Subdefensor Público Geral do Estado do Maranhão**, em 16/04/2024, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0041801** e o código CRC **1043A531**.



Divisão de Logística e Serviços Gerais da DPE-MA <servtransp@ma.def.br>

ANUÊNCIA PRIME E REDE CREDENCIADA - 23586 - DEFENSORIA PÚBLICA - MA

Divisão de Logística e Serviços Gerais da DPE-MA <servtransp@ma.def.br>

17 de abril de 2024 às 10:45

Para: Claudia Patricio Pereira <claudia.pereira@primebeneficios.com.br>

Bom Dia,

Cláudia,

Recebemos a autorização da Marinha para a adesão à ARP, entretanto a mesma utiliza como medida o "tempo" e não o valor, motivo pelo qual nos autorizou à adesão por 6 meses.

Dessa maneira, precisamos de nova anuência da PRIME para que possamos contratar por 6 meses. Após a contratação já iniciamos o processo aditando o contrato por prazo superior.

Por favor entre em contato conosco.

98 988025350

Att

Catarina Pinheiro

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--



Divisão de Logística e Consumo Consciente

Av. Júnior Coimbra, S/N, Renascença II

São Luís - MA CEP: 65075-696

Fone: (98) 3221-6110.3231-5819 Ramal 3020

Fone Institucional: (98) 98802-5350



Divisão de Logística e Serviços Gerais da DPE-MA <servtransp@ma.def.br>

ANUÊNCIA PRIME E REDE CREDENCIADA - 23586 - DEFENSORIA PÚBLICA - MA

Claudia Patricio Pereira <claudia.pereira@primebeneficios.com.br>

17 de abril de 2024 às 11:05

Para: Divisão de Logística e Serviços Gerais da DPE-MA <servtransp@ma.def.br>

Cc: Novos Contratos PRIME <NovosContratosprime@primebeneficios.com.br>, Renata Nunes <renata.nunes@primebeneficios.com.br>

Prezada, bom dia,

Na anuência não consta nem prazo, nem valor, só a taxa e o gerenciamento.

Não há necessidade de nova anuência.

Eu vou anexar este e-mail no sistema.

Dúvidas à disposição.

Atenciosamente,



[Texto das mensagens anteriores oculto]

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
SUPERVISÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - SMAAA**

INDICADOR 01	
ITEM	DISPONIBILIDADE DA FROTA
Finalidade	Assegurar que a frota esteja prontamente disponível para atender às demandas operacionais da instituição
Meta a Cumprir	<ul style="list-style-type: none">• Manter a disponibilidade da frota acima de 95%.• Minimizar o tempo de inatividade dos veículos para garantir que estejam prontos para uso quando necessário.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato

INDICADOR 02	
ITEM	MANUTENÇÃO E REPAROS
Finalidade	Garantir que as manutenções detectivas, preventivas, corretivas e preditivas sejam realizadas periodicamente, minimizando interrupções nas operações devido a falhas mecânicas.
Meta a Cumprir	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir o número de quebras ou falhas mecânicas por veículo abaixo de um limite aceitável.• Manter o tempo médio de reparo em um nível que não comprometa significativamente a disponibilidade da frota.• Realização de revisões periódicas nos veículos, conforme manual do fabricante• Monitoramento do estado geral dos veículos.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
SUPERVISÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - SMAAA**

INDICADOR 03	
ITEM	CONSUMO DE COMBUSTÍVEL
Finalidade	Controlar os custos operacionais e promover a eficiência energética da frota.
Meta a Cumprir	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir o consumo médio de combustível por veículo em relação ao período anterior.• Implementar medidas para melhorar a eficiência energética da frota, como treinamento de motoristas em técnicas de direção econômica.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato

INDICADOR 04	
ITEM	CUSTOS OPERACIONAIS
Finalidade	Gerenciar os custos relacionados à operação da frota de forma eficaz e dentro do orçamento previsto.
Meta a Cumprir	<ul style="list-style-type: none">• Manter os custos operacionais totais dentro do orçamento estabelecido.• Identificar oportunidades de redução de custos sem comprometer a qualidade ou a segurança dos serviços.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
SUPERVISÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - SMAAA**

INDICADOR 05	
ITEM	SUSTENTABILIDADE
Finalidade	Reduzir o impacto ambiental da frota e promover práticas sustentáveis de transporte.
Meta a Cumprir	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir as emissões de CO2 por veículo em relação ao período anterior.• Explorar e implementar tecnologias ou práticas que contribuam para a redução da pegada de carbono da frota.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato

INDICADOR 06	
ITEM	SEGURANÇA
Finalidade	Proteger os motoristas, passageiros e outros usuários da estrada, minimizando o risco de acidentes.
Meta a Cumprir	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir o número de acidentes por veículo abaixo de um determinado limite.• Implementar medidas de prevenção de acidentes, como treinamento em segurança viária e manutenção preventiva da frota.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
SUPERVISÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - SMAAA**

INDICADOR 07	
ITEM	CONFORMIDADE REGULATÓRIA
Finalidade	Garantir que a operação da frota esteja em conformidade com as regulamentações e normas vigentes.
Meta a Cumprir	<ul style="list-style-type: none">• Assegurar o cumprimento de todas as normas de tráfego e transporte aplicáveis.• Realizar verificações regulares para garantir que os veículos estejam em conformidade com os padrões de segurança e emissões exigidos pelas autoridades regulatórias.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato

INDICADOR 08	
ITEM	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DA FROTA
Finalidade	Garantir que os clientes ou usuários da frota estejam satisfeitos com os serviços prestados.
Meta a Cumprir	<ul style="list-style-type: none">• Obter uma pontuação média de satisfação do usuário acima de 80% ou mais.• Abordar e resolver rapidamente quaisquer problemas ou reclamações relatados pelos usuários.
Forma de Medição	Fiscalização Contratual
Periodicidade da verificação	Mensal
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
Sanções Contratuais	Conforme previsto em contrato



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

ENQUADRAMENTO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Emitente: ASPLAN /Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas

Supervisão Financeira,

Considerando **processo n.º 0001218.110000937.0.2024 - Prestação de Serviço - Adesão a ARP N.º 42050/2023-ARP-081 - Adm. e gerenciamento de frota para Manutenção de veículos**, conforme solicitado, as despesas correrão no seguinte Programa de Trabalho.

Informações de Enquadramento da Despesa:

Função:	03 - Essencial à Justiça
Subfunção:	092 - Representação Judicial e Extrajudicial
Programa:	0623 - Orientação Jurídica, Acesso a Direitos e Garantias Fundamentais
Ação:	2656 - Assistência Jurídica Gratuita
Subação:	023626 - Conservação e Manutenção
Programa de Trabalho:	03.092.0623.2656.023626

Atenciosamente, em **19 de abril de 2024**.

César Rafael Pimentel Esser
Assessor Júnior DAS II
Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / asplan@ma.def.br -

0042845v1



Documento assinado eletronicamente por **César Rafael Pimentel Esser, Assessoria - ASPLAN**, em 19/04/2024, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0042845** e o código CRC **58AD26AB**.



ORÇAMENTO DE 2024

INFORMAÇÕES CADASTRAIS E ORÇAMENTÁRIAS

PAG. 1

INFORMAÇÕES CADASTRAIS			
Nº DO PROCESSO:	121811000093702024	DATA:	19/04/2024
CREDOR:	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA		
Nº CPF/CGC:	05.340.639/0001-30		
ENDEREÇO:			
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS			
ORGÃO:	08000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO		
UNID. ORÇAMENTÁRIA:	08101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO		
FUNÇÃO:	03 - Essencial a Justiça		
SUBFUNÇÃO:	092 - Representacao Judicial e Extrajudicial		
PROGRAMA:	0623 - Orientação Jurídica, acesso a Direitos e Garantia Fundamentais		
PROJETO ATIVIDADE:	2656 - Assistência Jurídica, Integral e Gratuita		
UNIDADE GESTORA:	080101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO		
SUBAÇÃO:	023626 - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO		
NATUREZA DE DESPESA:	339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA		
SUBELEMENTO DE DESPESA:	33903982 - Gerenciamento de Frota: Combustível, Serviços e Peças		
FONTE DE RECURSOS:	1500101000 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO		
MOD. EMPENHO:	Estimativa	LICITAÇÃO:	11 - Pregão Eletrônico
HISTÓRICO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO COM USO DE TECNOLOGIA DE CARTÕES MAGNÉTICOS INDIVIDUAIS, ATRAVÉS DE REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS NO ESTADO DO MARANHÃO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E		
VALOR:	R\$ 310.400,00	SALDO DA ND:	R\$ 9.122.000,00
		SALDO DO ITEM:	R\$ -

VALOR DE DOTAÇÃO FIXO: NÃO

ÚLTIMA GRAVAÇÃO: JJSFERREIRA

Nº RA	Nº CT	Nº NE	Nº NL	Nº PD	Nº PP

Em conformidade com o inciso II, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000), informo que a despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei nº 12.168, de 19/12/2023) e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2024 - 2027 (Lei nº 12.167, de 19/12/2023) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 11.994, de 31/07/2023).



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

PARECER

PARECER JURÍDICO N.º: 151/2024 - ASSEJUR

PROCESSO N.º: 0001218.110000937.0.2024

Unidade Emitente: ASSEJUR /Assessoria Jurídica

Assunto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE CARONA

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE CARONA. COMPROVAÇÃO DE VANTAJOSIDADE. POSSIBILIDADE.

I - Relatório

Trata-se de procedimento administrativo aviado pela Supervisão Administrativa desta Defensoria Pública Estadual, com vistas a contratar, através de processo de adesão a ARP (Carona), empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento eletrônico com uso de tecnologia de cartões magnéticos individuais, através de rede de estabelecimentos credenciados no estado do maranhão para fornecimento de combustíveis e lubrificantes da frota de veículos e manutenção preventiva e corretiva dos veículos para a Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

Consta nos autos que o Setor Solicitante pretende aderir à Ata de Registro de Preços n.º 42050/2023-ARP-081 da Marinha do Brasil, oriunda do Processo administrativo n.º 63232.001934/2021-98, Pregão Eletrônico SRP n.º 063/2023, por entender que esta atende às necessidades deste Órgão e demonstra vantajosidade na contratação.

Consta dos autos, no essencial:

- Solicitação da Demanda - DLCC (doc 0033866);
- Ata de Registro de Preços n.º 42050/2023-ARP-081- da Marinha do Brasil (doc. 0033739);
- Edital do Pregão Eletrônico n.º 63/2023 - Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo (doc. 0033760);
- Ofício DPE/MA à empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA solicitando adesão à Ata (Doc. 0033771);

- Ofício resposta da empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA aceitando a adesão e concordando com o serviço (doc. 0033776);
- Documentação da empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA docs. 0033791, 0033821, 0033793, 0033799, 0033816, 0033823, 0033825, 00338280033832, 0033834, 0033836, 0033837 e 0033839);
- Mapa resumo de cotação de preço (doc. 0033843);
- Pesquisa de Preços (doc. 0033847);
- Estudo Técnico Preliminar (doc. 0034675);
- Termo de referência DPE/MA (doc. 0034676);
- Mapa de Risco (0034677);
- Comprovante de solicitação de adesão no SIASGNET (doc. 0039657);
- Aceite do órgão autorizador (doc. 0040901);
- Instrumento de Medição de Resultados (doc. 0042500);
- Disponibilidade Orçamentária (doc. 0043176);

Constam, ainda, despachos ordinários característicos do trâmite regular do processo administrativo.

Os autos foram remetidos a esta ASSEJUR para análise.

É o sucinto relatório. Opina-se.

II - Fundamentação

A presente manifestação toma por base os elementos que constam nos autos até a presente data, competindo a esta ASSEJUR o exame estritamente jurídico, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, bem como dos princípios que regem o regime administrativo, não adentrando no juízo de conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem adentrando aspectos de natureza eminentemente técnica da contratação.

Trata-se de parecer jurídico que visa analisar a regularidade do processo de aquisição através do procedimento de adesão à Ata de Registro de Preços, na modalidade carona, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, planejamento, coordenação, execução e acompanhamento de eventos institucionais pertinente à Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

O prof. Marçal Justen Filho explica que a contratação mediante carona, consiste na contratação fundada num sistema de registro de preços em vigor, mas envolvendo entidade estatal dele não participante originalmente, com a peculiaridade de que os quantitativos contratados não serão computados para o exaurimento do limite máximo. (JUSTEN FILHO, 2010, P. 207).

Antes de adentrar no mérito da contratação propriamente dita, convém analisar a possibilidade legal da adesão, haja vista que a Defensoria Pública não é órgão participante do pregão que deu origem à referida ARP que se pretende aderir.

Manifestando-se sobre o sistema de Registro de Preços, o Prof. Marçal Justen Filho leciona:

O SRP também comporta utilização por órgãos administrativos distintos. Havendo necessidade de contratações para fornecimento de objetos (bens ou serviços) dotados de características similares, é cabível entidades diversas implementarem um único SRP. Então, haverá uma única licitação, cujos resultados poderão ser aproveitadas por órgãos diversos. Isso propicia duas ordens de vantagens. Por um lado, há a já mencionada redução da burocracia. Reduz-se o número de licitações realizadas e se amplia a eficiência da gestão administrativa. Por outro lado, há ganhos econômicos derivados da ampliação da escala de fornecimento. O custo unitário dos produtos varia em função das quantidades fornecidas – segundo uma lei econômica insuscetível de controle pela vontade do governante. Logo, o contrato administrativo que verse sobre quantidades reduzidas acarretará propostas com preço unitário muito mais elevado do que a contratação de quantidades maiores. (FILHO, Marçal Justen, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17ª ed. rev., São Paulo: RT, p. 310)

Importante destacar que, no âmbito estadual, o sistema de registro de preços é atualmente regulado pelo Decreto Estadual nº 38.136/2023, que assim dispõe:

Art. 7º Poderão integrar o procedimento para registro de preços, na qualidade de órgãos ou entidades participantes:

I - os órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual e os fundos especiais;

II - as empresas estatais regidas pela Lei Federal nº 13.303, 30 de junho de 2016;

III - os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público do Estado, a **Defensoria Pública do Estado** e o Tribunal de Contas do Estado.

Mais adiante, em seu art. 27, o referido normativo prescreve:

Art. 27. **Desde que devidamente justificada a vantajosidade**, a ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública não participante do registro, mediante anuência do órgão gerenciador. Grifo nosso.

Nos mesmos termos dispõe o Decreto nº 7.892/2013 que regulamentava o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Lei 8.666/93:

Art. 22. **Desde que devidamente justificada a vantagem**, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou

entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. Grifo nosso.

Como se observa, a contratação pretendida pelo Setor Solicitante através da adesão à ata de registro de preços na modalidade carona encontra-se devidamente respaldada e ocorrerá pela égide da Lei 8.666/93, tendo em vista que a ata está válida e obedece ao regime jurídico daquela lei.

No mesmo sentido, com a publicação do Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamentou o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Executivo Federal, o legislador admitiu a adesão às ARPs ainda regidas pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, durante suas vigências. O § 2º, do art. 38 do Decreto Federal nº 11.462/2023, estabeleceu expressamente que as atas de registro de preços regidas pelo Decreto nº 7.892/2013, durante suas vigências, poderiam ser utilizadas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública federal, municipal, distrital ou estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

É de se notar, ainda, que foi providenciada pelo Setor Solicitante a pesquisa de preços com a juntada de duas Atas de Registros de Preços com o mesmo objeto e um Pregão Eletrônico, a fim de comprovar a vantajosidade da referida contratação, bem como, a anuência da empresa e o consentimento do Órgão gerenciador da Ata.

Resta clarividente, nessa perspectiva, a vantagem quanto a adesão às referidas Atas, uma vez que a Administração está evitando a elaboração de mais um processo administrativo complexo, saltando etapas burocráticas e que geram gastos aos cofres públicos.

Nesse sentido:

“a falta de estimativa prévia, no edital, das quantidades a serem adquiridas por não participante impede a adesão desses entes a atas de registro de preços conformadas após o início da vigência do novo Decreto 7.892/2013. (TCU, Acórdão nº 855/2013, Plenário, Rel. Min. José Jorge, 10.04.2013.)

No que concerne à documentação apresentada pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, consta nos autos as certidões de regularidade fiscal da empresa. No entanto, para a formalização da contratação, solicitamos a juntada da Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo e do Certificado de Regularidade do FGTS, visto que os documentos estão vencidos.

Noutro ponto, destacamos que o aceite da empresa possui validade apenas até o dia 25 de abril de 2024, de modo que se faz necessário o encaminhamento de novo aceite pela empresa para formalização da adesão.

Também consta no processo informação do setor competente quanto à existência de dotação orçamentária e financeira para cobrir a despesa referente ao orçamento vigente.

Recomenda-se, quando da ultimação da contratação, a observância quanto a

manutenção, pela Contratada, das condições de regularidade fiscal da empresa.

Ex positis, manifestando-se com base nos aspectos jurídico-formais da pretensa contratação, opina-se pela possibilidade de prosseguimento do feito, ante a inexistência de óbice legal quanto a adesão à Ata de Registro de Preços 42050/2023-ARP-081 da Marinha do Brasil, oriunda do Processo administrativo n.º 63232.001934/2021-98, Pregão Eletrônico SRP n.º 063/2023.

Orientamos a remessa dos autos ao Controle Interno a fim de que sejam adotadas as providências administrativas necessárias e, posteriormente, o encaminhamento para autorização do Defensor-Geral.

Por fim, ressalta-se que após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, consoante dispõe o Art. 22, § 6º, do Decreto 7.892/13, que regulamente a ata a ser aderida.

É o parecer. S.M. J

São Luís—MA, em 24 de abril de 2024.

Jéssica Côrtes Fonseca de Andrade
Assessora Junior
Matrícula: 2498343

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / assessoriajuridica@ma.def.br -

0044874v4



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Côrtes Fonseca de Andrade, Assessoria Jurídica**, em 25/04/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0044874** e o código CRC **09AB8E86**.

OFÍCIO DE CONCORDÂNCIA
ANUÊNCIA DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO.

REFERÊNCIA: RESPOSTA À SOLICITAÇÃO DE ADESÃO.

SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023 – PROCESSO Nº 63232.001934/2021-98.

OBJETO: contratação de empresa especializada nos serviços de administração e gerenciamento de frota para intermediação de manutenções detectiva, preventiva, corretiva e preditiva da frota institucional, por meio de sistema informatizado e integrado via internet para registro e acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços, em atendimento as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DO DEFERIMENTO:

A empresa **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, com sede à Calçada Canopo, nº 11, 2º andar, sala 03, Centro de Apoio II, Alphaville Empresarial, Santana de Parnaíba-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.340.639/0001-30, representada neste ato por seu representante legal, o Sra. RENATA NUNES FERREIRA, brasileira, casada, coordenadora de contratos, portadora do CPF nº 371.237.288-40 e RG nº 48.537.010-4 -SSP-SP, vem respeitosamente em resposta à solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 081/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº63/2023 – Processo nº 63232.001934/2021-98, informar que a empresa é **FAVORÁVEL** ao pedido nos quantitativos e valores indicados, considerando mesmas condições pactuadas, sendo que a Autorização não prejudicará as obrigações assumidas presentes e futuras prejudicando o bom andamento e fornecimento para com a Gestora.

DOS QUANTITATIVOS E VALORES:

ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO BRUTO (R\$)	TAXA DE DESCONTO (%)	ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO LÍQUIDO (R\$)
R\$ 600.000,00	- 17,02%	R\$ 497.880,00

Valor estimado não oficial. Aguardando aceite do órgão Gerenciador. Valor poderá sofrer reajustes

www.primebeneficios.com.br

Rua Calçada Canopo, 11 | Sala 03 - Andar 2 - Centro de Apoio II
Alphaville - Santana de Parnaíba-SP | CEP: 06541-078

(11) 4154-2398

Diante desta anuência, ficamos no aguardo da autorização por parte do Órgão Gerenciador, posteriormente o envio do Instrumento Contratual, considerando as mesmas condições, inclusive quanto a Minuta de Contrato disponibilizada no Edital do órgão gerenciador.

A validade deste deferimento é de **30 (trinta) dias corridos**.

Trabalhamos para oferecer as melhores soluções, tecnologia e um atendimento de qualidade, de forma a garantir a excelência nos serviços prestados.

Santana de Parnaíba, 29 de abril de 2024.

RENATA
NUNES
FERREIRA:371
23728840

Assinado de forma
digital por RENATA
NUNES
FERREIRA:37123728840
Dados: 2024.04.29
08:05:29 -03'00'

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

RENATA NUNES FERREIRA

CPF: 48.537.010-4 – RG: 48.537.010-4

Tel. (19) 3518-7021

www.primebeneficios.com.br

Rua Calçada Canopo, 11 | Sala 03 - Andar 2 - Centro de Apoio II
Alphaville - Santana de Parnaíba-SP | CEP: 06541-078

(11) 4154-2398



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

ANÁLISE DE REGULARIDADE

Unidade Emitente: DCI /Departamento de Controle Interno

PROCESSO N.º: 0001218.110000937.0.2024

Interessado: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda

Assunto: Prestação de Serviço - Adesão a ARP N.º 42050/2023-ARP-081 - Adm. e gerenciamento de frota para Manutenção de veículos

Gabinete da 1ª Subdefensoria,

Trata o presente processo de **Adm. e gerenciamento de frota para Manutenção de veículos**, para fins de atender a demanda institucional, através da **ARP 42050/2023-ARP-081**, tendo como detentora a MARINHA DO BRASIL CENTRO DE INTENDÊNCIA TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO e beneficiária a empresa **Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda**, conforme especificado abaixo:

Consta nos autos, a fim de amparar o pleito, a documentação abaixo relacionada:

1. Justificativa para aquisição, conforme "Solicitação da Demanda";
2. Cópia da ARP e respectiva publicação no D.O.U;
- 3- Aceite do órgão gerenciador e da empresa beneficiária;
- 4- Parecer Técnico da ASPLAN;
- 5- Documento de Habilitação e Certidões de Regularidades Fiscais;
- 6- Informação de Disponibilidade Orçamentária; e
- 7- Parecer Jurídico nº 151/2024.

Dá análise dos documentos acostados aos autos, observa-se que foram atendidos os requisitos necessários para a referida contratação, ou seja, a ARP encontra-se vigente, a informação orçamentária é adequada à despesa e a empresa encontra-se com regularidade fiscal.

Diante do exposto, declara-se que o processo devidamente instruído e regular nos termos do Decreto Federal 11.642/2023 (regulamenta o Sistema de Registro de Preços), Resolução no 006-DPEGE/2020 (regulamenta no âmbito da DPE o Sistema de Registro de Preços) e Decreto Estadual no 38.136/2023 (regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Estado do Maranhão).

Remetem-se os autos para **Deliberação do Ordenador de Despesas**.

São Luís–MA, em **29 de abril de 2024**.

Gabriel de Melo Lopes

Assessor Junior
Departamento de Controle Interno

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / controleinterno@ma.def.br - Ramal 235

0046323v1



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel de Melo Lopes, Assessoria do Departamento de Controle Interno**, em 29/04/2024, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0046323** e o código CRC **6B2C052D**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DELIBERAÇÃO

Unidade Emissora: GAB-DEFGERAL /Gabinete da Defensoria Geral

Considerando:

01. Solicitação de Demandas anexada nos autos;
02. Que a presente despesa dispõe de suficiente disponibilidade orçamentária como anexado aos autos;
03. Análise do Departamento de Controle Interno que recomenda a emissão de nota de empenho pelo ordenador de despesa.

Na qualidade de DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO e Ordenador de despesas

AUTORIZO

na forma da Lei, que seja emitida nota de empenho de modo a custear as despesas visando a cobertura financeira para a Demanda apresentada, conforme quadro de Informações abaixo. Outrossim, informo que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar n.º 101/00, no que tange o art. 16. Que estabelece normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Quadro de Detalhamento:

Número do Processo:	0001218.110000937.0.2024
Tipo:	Prestação de Serviço
Especificação:	Adesão a ARP N.º 42050/2023-ARP-081 - Adm. e gerenciamento de frota para Manutenção de veículos
Interessado:	Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda
Valor Total	R\$ 310.400,00

São Luís-MA, em 03 de maio de 2024.

Gabriel Santana Furtado Soares
Defensor(a) Público(a)-Geral do Estado
do Maranhão /DPGE/MA

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / defensoriageral@ma.def.br -

0048569v1



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Marques Mendes, Defensor(a) Público(a) Geral do Estado do Maranhão em Exercício**, em 03/05/2024, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0048569** e o código CRC **3BDB34A2**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

Unidade Emitente: 2ª SUB /Segunda Subdefensoria Pública do Estado

Comissão Permanente de Licitação,

Considerando o processo n.º **0001218.110000937.0.2024, Prestação de Serviço, Adesão a ARP N.º 42050/2023-ARP-081 - Adm. e gerenciamento de frota para Manutenção de veículos.**

Considerando o despacho da ASPLAN, ratifico a orientação exarada e determino a correção dos atos a partir do despacho da 2ª Subdefensoria Geral que solicitou a emissão de nota de empenho sem a anterior ratificação da adesão à ata de registro de preços.

Nesse sentido, solicito que a CPL adote as providências para inserção e assinatura do Termo de Ratificação. Após, determino o retorno dos autos à 2ª Subdefensoria Geral para adoção das demais providências cabíveis.

São Luís–MA, em **17 de maio de 2024.**

Paulo Rodrigues da Costa
Segundo Subdefensor Público Geral

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / 2subdefensoriageral@ma.def.br -

0054263v2



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rodrigues da Costa, 2º Subdefensor Público Geral do Estado do Maranhão**, em 17/05/2024, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0054263** e o código CRC **A4AC7AE9**.



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

TERMO DE ADESÃO

N.º Processo: 00001218.110000937.0.2024

Pregão Eletrônico n.º 063/2023-Marinha do Brasil
Processo Administrativo n.º 63232.001934/2021-98

Assunto: Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 42050/2023 - Adm. e Gerenciamento de Frota para Manutenção de Veículos.

De acordo com os documentos e informações constantes nos autos do processo administrativo acima citado, após análise e aprovação do Controle Interno, parecer favorável nº 151/2024 - ASSEJUR/DPE, e considerando que foram atendidos os requisitos legais impostos pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e Lei 8.666/93, DECLARO, para todos os fins a ADESÃO ao processo licitatório da Ata de Registro de Preços n.º 42050/2023-ARP-081 da Marinha do Brasil, oriunda do Processo administrativo n.º 63232.001934/2021-98 e Pregão Eletrônico SRP n.º 063/2023, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento eletrônico com uso de tecnologia de cartões magnéticos individuais, através de rede de estabelecimentos credenciados no Estado do Maranhão para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos conforme abaixo indicado tendo como vencedora a empresa:

DADOS GERAIS

Contratado(a) /Interessado:	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ:	05.340.639/0001-30
Endereço:	Calçada Canopo, nº 11, 2º andar, Sala 03 – Centro Apoio II, Bairro Alphaville. Santana do Parnaíba / SP - CEP 06.541-078
Telefone:	(19) 3518 – 7000 (19) 3518 – 7021 WhatsApp: (19) 99654 - 2970
E-mail	novoscontratosprime@primebeneficios.com.br

OUTRAS INFORMAÇÕES

GRUPO 1						
Item	Descrição	Un	Quant	Desconto %	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$

1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS – serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleos de motor, lubrificantes, etc), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes a DPE/MA.	MÊS	6	17,02%	R\$ 38.951,4012	R\$ 233.708,4072
2	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	MÊS	6	99,99%	R\$ 0,0652	R\$ 0,3912
					Valor Total Grupo 1	R\$ 233.708,7984
GRUPO 2						
Item	Descrição	Un	Quant	Desconto %	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TODAS AS PEÇAS – serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, entre outros materiais (pneus, óleos de motor, lubrificantes, etc), inclusive, transporte em suspenso por guincho e socorro mecânico, higienização (lavagem completa), produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, plotagem, etc., em rede de oficinas mecânicas e centros automotivos credenciados para atendimento dos veículos pertencentes a DPE/MA.	MÊS	6	17,02%	R\$ 12.812,9584	R\$ 76.877,7504
4	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	MÊS	6	99,99%	R\$ 0,0214	R\$ 0,1284
					Valor Total Grupo 2	R\$ 76.877,8788
VALOR GLOBAL ESTIMADO (GRUPO 1 + GRUPO 2)					R\$ 310.586,6772	

Defensor(a) Público(a)-Geral do Estado do Maranhão DPE/MA

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / - cpldpe@ma.def.br -

0054336v1



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Marques Mendes, Defensor(a) Público(a) Geral do Estado do Maranhão em Exercício**, em 20/05/2024, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0054336** e o código CRC **69C29A0C**.

R RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA FA... <



Início

✕ Procedimento Adesão

CNPJ
Procedimento 00820295000142

Id
Procedimento AA063/2023MB

Número do
Procedimento 63

Ano do
Procedimento 2023

Número do
Processo 00001218.110000937.0

Ano do
Processo 2024

Finalidade 4

Data Adesão 20/05/2024

Regime
Execução 5

Objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciame com uso de tecnologia de cartões magnéticos individuais, através de rede de estabelecimentos credenciados no Estado do Maranhão para manutenção preve corretiva da frota de veículos.

Valor 621173.35

CPF da
Autoridade 97479705387

CNPJ
Gerenciador 40188327000153

Número Ata 42050

Ano Ata 2023

FECHAR

R RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA FA...



Início

✕ Procedimento Adesão

CNPJ
Procedimento 00820295000142

Id
Procedimento AA063/2023MB

Número do
Procedimento 63

Ano do
Procedimento 2023

Número do
Processo 00001218.110000937.0

Ano do
Processo 2024

Finalidade 4

Data Adesão 20/05/2024

Regime
Execução 5

Objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciame com uso de tecnologia de cartões magnéticos individuais, através de rede de estabelecimentos credenciados no Estado do Maranhão para manutenção preve corretiva da frota de veículos.

Valor 621173.35

CPF da
Autoridade 97479705387

CNPJ
Gerenciador 40188327000153

Número Ata 42050







Ano Ata 2023

FECHAR

R

RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA FA...

<

-  Início
-  Enviar
-  Gerenciar
-  Sem Movimentação
-  Trilhas 

PUBLICA DO ESTADO
DO MARANHAO -
CNPJ:
00820295000142 -
EXERCÍCIO: 2024

×

Resultado

CNPJ Procedimento00820295000142

Id ProcedimentoAA063/2023MB


Tipo Resultado1

Data Homologação20/05/2024

CPF Autoridade97479705387

Valor310586.67

Procedimento de Contratação

Nome Documento	Tamanho	Data Envio	Ação
resultado_AA063/2023MB_SEI_0001218.110000937.0.2024 Gereciamento de Frota_24b97dbb-634b-4845-a088- ff4eaaa9ffd2.pdf	28.14 MB	20/05/2024 4:44:17	

FECHAR

00820295000142	AA063/2023MB
00820295000142	DP0092024DPEMA
00820295000142	AA0032021
00820295000142	AA0302023TJRR
00820295000142	AA0262021DETRANES

Ofício nº 024/2024-CPC/DPE-MA

São Luís, 20 de maio de 2024.

À Senhora

Tereza Raquel Brito Bezerra Fialho
GESTORA DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO


Prezada Senhora,

Protocolo nº 24052004263658.

Encaminhamos a Vossa Senhoria, para que seja publicado no Diário Oficial, edição do Caderno de Terceiros o(s) documento(s) listado(s) abaixo:

1. EXTRATO DE ADESÃO À ATA SRP. PROCESSO SEI 00001218.110000937.0.2024-DPE/MA.

Cordiais saudações,


Anunetácio de M. C. Barbosa
Presidente da CPL
DPE/MA



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

DESPACHO

Unidade Emitente: CPL /Comissão Permanente de Licitação

À Segunda Subdefensoria Geral,

Retornamos os autos do presente processo administrativo, após providências de envio da publicação do Extrato da Dispensa no DOE (Diário Oficial do Estado), bem como da divulgação no TCE (SINC CONTRATA), conforme comprovantes anexos.

Atenciosamente, em 20 de maio de 2024.

Comissão Permanente de Contratação

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / cpldpe@ma.def.br -

0055191v5



Documento assinado eletronicamente por **Hilton Rafael Carvalho Costa, Assessor Sênior**, em 20/05/2024, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0055191** e o código CRC **13EECC12**.